

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
Programa de Pós-Graduação Serviço Social

A POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS NA CIDADE DE MANAUS:
avanços e desafios para sua efetivação.

SIMONE MORAES LISBÔA

Manaus / AM

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
Programa de Pós-Graduação Serviço Social

SIMONE MORAES LISBÔA

A POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS NA CIDADE DE MANAUS:
avanços e desafios para sua efetivação.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Serviço Social, da Universidade Federal do Amazonas, linha de pesquisa Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia, como requisito para obtenção do título de Mestre, sob orientação da Prof^a Dra. Yoshiko Sassaki.

Manaus / AM

2011

SIMONE MORAES LISBÔA

A POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS NA CIDADE DE MANAUS:
avanços e desafios para sua efetivação.

Aprovada em: 29 / 09 / 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Yoshiko Sasaki
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Prof^a. Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Prof^a. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

DEDICATÓRIA

Aos meus amados idosos, inspiradores deste estudo: meu pai Dr. Eros Pereira da Silva (In Memoriam), e meus avôs Manoel Lopes Lisbôa e Raymunda Moraes Lisbôa (In Memoriam).

Aos meus filhos Oswaldo, Eros e Evaline. E meus netinhos queridos Gabrielle e Gabriel. Dedico-lhes esta conquista como gratidão pela realização de mais um sonho.

AGRADECIMENTOS

- *Primeiramente a DEUS e ao Seu Filho Amado Jesus Cristo, por Sua Fidelidade, Amor e Graça.*
- *Aos meus filhos Oswaldo, Eros, Evaline, e meus netinhos Gabrielle e Gabriel, pelo amor, carinho e incentivo.*
- *Aos meus pais Eros e Olgarina por terem me gerado no coração e garantido as oportunidades para minha formação na vida cristã e secular.*
- *Ao Psicólogo Alessandro Brummel, filho e amigo, por ter se disponibilizado nas horas tristes de perdas.*
- *A minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Yoshiko Sassaki pela atenção, carinho e confiança. Muitíssimo obrigado por me fazer continuar a busca do amadurecimento intelectual.*
- *A Prof^a. Dr^a. Simone Eneida Baçal de Oliveira por seu apoio e incentivo durante toda a jornada do curso. Suas palavras no Exame de Qualificação foram determinantes para o prosseguimento do estudo proposto.*
- *As minhas amigas e colegas de profissão que ainda persistem na militância do segmento idoso: Betânia Jatobá, Mírnia Santos, Lucineide Alves e Socorro Lima.*
- *A Prof^a. Dr^a. Nara Costa Rodrigues (In Memoriam) pelo exemplo e experiência de vida. Seus conhecimentos e memórias serão sempre lembrados nas aulas de Gerontologia e de Serviço Social.*
- *Aos Professores e colegas de trabalho das Faculdades Salesiana Dom Bosco – FSDB, e da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO.*
- *A todos os amigos e colaboradores que participaram direta ou indiretamente deste estudo, disponibilizando seus acervos documentais e registrando suas ideias e contribuições.*
- *A todos idosos, velhos, envelhecidos e envelhescentes. Nos Centros de Convivência, nas Instituições de Longa Permanência ou Asilares, nos Abrigos ou Casas de Passagem. Nas ruas e/ou em trânsito. Muitíssimo obrigada.*

“Política Social é um processo dinâmico e contínuo de formulação, instrumentalização, implementação e revisão de um conjunto orgânico de diretrizes no que diz respeito:

“Ao atendimento das necessidades básicas do homem.

“À otimização dos níveis de vida da população.

“À equalização das oportunidades.

“À adequação, ou reformulação de estruturas institucionais e sistemas, visando responder às exigências de efetivação da própria política.”

(Nara Costa Rodrigues)

RESUMO

O fenômeno da longevidade no mundo tem repercutido nos campos social e econômico de forma significativa. Trata-se de um processo que se desenvolve segundo as características e especificidades encontradas entre os diversos países do mundo. Para ter um parâmetro sobre isso, a Organização Mundial de Saúde – OMS definiu que são consideradas pessoas idosas nos países em desenvolvimento aquelas com 60 anos ou mais e em países desenvolvidos aquelas que atingiram os 65 anos de idade. No contexto brasileiro especificamente, consideramos a formação de regiões desenvolvidas, em desenvolvimento, existindo realidades caracterizadas pelos economistas como subdesenvolvidas. Sendo assim, a reflexão acerca desta realidade é relevante por se perceber que o Brasil tem alcançado uma população de 21 milhões de pessoas com mais de 60 anos, contabilizando um crescimento de 23% da população idosa. Esses dados são preocupantes ao considerarmos as especificidades regionais brasileiras que demonstram que o processo de envelhecimento varia de região para região devido às condições e história de vida dos trabalhadores durante seu desenvolvimento humano. Como comprovação desta afirmação, destacamos a realidade da cidade de Manaus, que se encontra hoje entre as seis cidades que mais recebem migrantes motivados pela busca de trabalho e melhores condições de vida. Tendo como fator agravante desta realidade, dos 174.866 mil idosos existentes no Estado do Amazonas, mais de 50% destes estão concentrados na capital. Como resposta a estas realidades, tivemos publicações e regulamentação de políticas públicas para idosos, que tiveram no marco da Constituinte, e posteriormente da Política Nacional de Assistência Social, o estabelecimento de sistemas integrados de proteção ao segmento em estudo e as famílias. Porém a realidade tem demonstrado que o sistema não tem dado conta de atender as demandas específicas do público local. É neste sentido que buscamos analisar a efetivação da política pública para Idosos, os avanços e os desafios enfrentados junto à rede social de proteção na cidade de Manaus. Pautados numa abordagem crítica da realidade, utilizamos roteiro de análise documental e questionário elaborados e encaminhados através dos e-mails dos profissionais que atuam com idosos, participam ou participaram dos Conselhos de Direitos. A análise dos dados quanti-qualitativos se deu a partir do referencial teórico, especificando o envelhecimento na cidade de Manaus. Mediante levantamento da rede de proteção, identificamos a velhice pobre, sem vínculos afetivo-familiar, sem a garantia da seguridade social. Transeunte das instituições, mandatário de programas e serviços não efetivados. Dependente, físico ou mental. Tendo a invisibilidade política de suas necessidades humanas, agravadas pela falta de integralização das políticas, bem como pelas condições subalternizadas de trabalho na assistência social.

Palavras-Chaves: Velhice; Envelhecimento; Políticas Públicas; Controle Social.

ABSTRACT

The phenomenon of longevity in the world has passed in the social and economic development significantly. It is a process that evolves according to the characteristics and specificities found among the various countries of the world. To have. To have a parameter on this, the World Health Organization – WHO defined that are considered elderly in developing countries those with 60 years or more in developed countries and those who reached 65 years of age the Brazilian context specifically, we consider the formation of regions developed, developing, existing realities characterized by if you notice that Brazil has reached a population of 21 million people over 60 years, accounting for an increase of 23% of the elderly population. These data are of concern when considering the specific regional Brazilian show that the aging process varies from region to region due to the conditions and life history of the workers for their human development. As proof of this statement, we highlight the reality of the city of Manaus, which is today among the six cities that receive migrants motivated by the search for work and better living conditions. Taking this fact as an aggravating factor, the elderly 174 866 000 in the State of Amazonas, more than 50% of these are concentrated in the capital. In response to these realities, we published regulations and public policies for the elderly that had the Constituent Assembly in March, and posteriormente the National Social Welfare Policy, the establishment of integrated systems of protection to the segment under study and the families. But reality has show that the system is realized to meet the specific demands of the local public. In this sense, we sought to analyze the effectiveness of public policy for the elderly, the demands and challenges faced by the social protection network in the city of Manaus. Lined a critical approach to reality, we use script document analysis and questionnaire prepared and sent through the mail from professionals who work with senior, participating in or participated in the Councils of Rights. The analysis of qualitative and quantitative data was given from the theoretical framework, specifying aging in the city of Manaus. By raising the net and its demands, we indentified old age poor, without family-affective relationship, with no guarantee of social security. Transient institutions, programs and services demandatário uncommitted. Dependent, physically or mentally. Having the political invisibility of their human needs, exacerbated by the lack of payment policies, as well as subordinated by conditions of work in social care.

Key Words: Aging, Aging, Public Policy, Social Control.

LISTA DE SIGLAS

ACEPI	Associação Cearense Pró-Idosos;
AME	Assembléia Mundial do Envelhecimento;
ANG	Associação Nacional de Gerontologia;
CAIMI	Centro de Atenção Integral a Melhor Idade;
CEI	Conselho Estadual do Idoso;
CIPDI	Centro Integrado de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social;
CMI	Conselho Municipal do Idoso;
EUA	Estados Unidos da América;
FDT	Fundação Doutor Thomas;
FOPI	Fórum Permanente do Idoso;
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
LBA	Legião Brasileira de Assistência;
MAP	Movimento de Aposentado e Pensionista;
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social;
OMS	Organização Mundial de Saúde;
ONU	Organização das Nações Unidas;
PNAS	Política Nacional de Assistência Social;
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PIB	Produto Interno Bruto
PNI	Política Nacional do Idoso
PUC	Pontífice Universidade Católica
SSVP	Sociedade São Vicente de Paulo
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNATI	Universidade Aberta a Terceira Idade
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
ZFM	Zona Franca de Manaus

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Agrupamento de Grupos de Idosos.....	98
Tabela 02	Número de Grupos Registrados.....	102
Tabela 03	Coordenador Disponibilizado.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Programas e Serviços Municipais para Idosos.....	110
Quadro 02	Projetos Sociais Institucionalizados.....	113
Quadro 03	Perfil dos Residentes da FDT – 2005	116
Quadro 04	Participantes da Pesquisa Eletrônica.....	126
Quadro 05	Relação de Trabalho, Experiência e Localização Urbana.....	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo I – ENVELHECIMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO E AMAZÔNICO.....	22
1.1. Envelhecimento e transição demográfica	22
1.2. Velhice e Envelhecimento: categorias e conceitos	26
1.3. Ciclos Econômicos e os movimentos migratórios na região	34
1.4. Condições de Vida e a proteção da Velhice Pobre	44
Capítulo II – AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS NO CENÁRIO BRASILEIRO. 58	
2.1. O Direito a Velhice e as Legislações para Idosos	58
2.2. Política Nacional do Idoso: integração ou marginalização?	66
2.3. Políticas Públicas e as organizações de idosos em Manaus-Am	71
Capítulo III: REDE DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL DE IDOSOS EM MANAUS..	82
3.1. Seguridade Social: proteção e cidadania?	82
3.2. Organização de Idosos: avanços e retrocessos no controle social	94
3.3. Rede de Proteção: avanços e desafios do envelhecimento em Manaus.....	106
3.3.1 Perfil da Velhice e do Envelhecimento	115
3.3.2 Perfil dos Trabalhadores na Rede de Proteção.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE	142
Apêndice 01 – Roteiro de Análise Documental	
Apêndice 02 – Questionário	
Apêndice 03 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)	

INTRODUÇÃO

O fenômeno da longevidade no mundo tem repercutido nos campos social e econômico de forma significativa. Trata-se de um processo que se desenvolve segundo as características e especificidades encontradas entre os diversos países do mundo. Para ter um parâmetro sobre isso, a Organização Mundial de Saúde – OMS definiu que são consideradas pessoas idosas nos países em desenvolvimento aquelas com 60 anos ou mais e em países desenvolvidos aquelas que atingiram os 65 anos de idade.

A distinção da idade cronológica se deve ao fato de que, os países desenvolvidos vivenciaram o processo de envelhecimento de sua população de forma gradativa, ou seja, levaram mais de cem anos, enquanto que os países em desenvolvimento estão passando por um processo acelerado deste fenômeno, onde o Brasil se destaca, uma vez que a partir do final da década de 70, passou a ser percebido uma gradativa transição demográfica em sua pirâmide populacional, ocasionado pelas mudanças nas estruturas familiares brasileiras (ALMEIDA: 2003).

Essa realidade brasileira é preocupante, considerando a cultura de um país jovem, que por muitos anos foi promovida de forma ostensiva pelos governistas militares. Segundo registros da Associação Nacional de Gerontologia – ANG e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG, os governistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
Programa de Pós-Graduação Serviço Social

A POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS NA CIDADE DE MANAUS:
avanços e desafios para sua efetivação.

SIMONE MORAES LISBÔA

Manaus / AM

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
Programa de Pós-Graduação Serviço Social

SIMONE MORAES LISBÔA

A POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS NA CIDADE DE MANAUS:
avanços e desafios para sua efetivação.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Serviço Social, da Universidade Federal do Amazonas, linha de pesquisa Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia, como requisito para obtenção do título de Mestre, sob orientação da Profª Dra. Yoshiko Sassaki.

Manaus / AM

2011

SIMONE MORAES LISBÔA

A POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS NA CIDADE DE MANAUS:
avanços e desafios para sua efetivação.

Aprovada em: 29 / 09 / 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Yoshiko Sasaki
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Prof^a. Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Prof^a. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

DEDICATÓRIA

Aos meus amados idosos, inspiradores deste estudo: meu pai Dr. Eros Pereira da Silva (In Memoriam), e meus avôs Manoel Lopes Lisbôa e Raymunda Moraes Lisbôa (In Memoriam).

Aos meus filhos Oswaldo, Eros e Evaline. E meus netinhos queridos Gabrielle e Gabriel. Dedico-lhes esta conquista como gratidão pela realização de mais um sonho.

AGRADECIMENTOS

- *Primeiramente a DEUS e ao Seu Filho Amado Jesus Cristo, por Sua Fidelidade, Amor e Graça.*
- *Aos meus filhos Oswaldo, Eros, Evaline, e meus netinhos Gabrielle e Gabriel, pelo amor, carinho e incentivo.*
- *Aos meus pais Eros e Olgarina por terem me gerado no coração e garantido as oportunidades para minha formação na vida cristã e secular.*
- *Ao Psicólogo Alessandro Brummel, filho e amigo, por ter se disponibilizado nas horas tristes de perdas.*
- *A minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Yoshiko Sassaki pela atenção, carinho e confiança. Muitíssimo obrigado por me fazer continuar a busca do amadurecimento intelectual.*
- *A Prof^a. Dr^a. Simone Eneida Baçal de Oliveira por seu apoio e incentivo durante toda a jornada do curso. Suas palavras no Exame de Qualificação foram determinantes para o prosseguimento do estudo proposto.*
- *As minhas amigas e colegas de profissão que ainda persistem na militância do segmento idoso: Betânia Jatobá, Mirnia Santos, Lucineide Alves e Socorro Lima.*
- *A Prof^a. Dr^a. Nara Costa Rodrigues (In Memoriam) pelo exemplo e experiência de vida. Seus conhecimentos e memórias serão sempre lembrados nas aulas de Gerontologia e de Serviço Social.*
- *Aos Professores e colegas de trabalho das Faculdades Salesiana Dom Bosco – FSDB, e da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO.*
- *A todos os amigos e colaboradores que participaram direta ou indiretamente deste estudo, disponibilizando seus acervos documentais e registrando suas ideias e contribuições.*
- *A todos idosos, velhos, envelhecidos e envelhescentes. Nos Centros de Convivência, nas Instituições de Longa Permanência ou Asilares, nos Abrigos ou Casas de Passagem. Nas ruas e/ou em trânsito. Muitíssimo obrigada.*

“Política Social é um processo dinâmico e contínuo de formulação, instrumentalização, implementação e revisão de um conjunto orgânico de diretrizes no que diz respeito:

“Ao atendimento das necessidades básicas do homem.

“À otimização dos níveis de vida da população.

“À equalização das oportunidades.

“À adequação, ou reformulação de estruturas institucionais e sistemas, visando responder às exigências de efetivação da própria política.”

(Nara Costa Rodrigues)

RESUMO

O fenômeno da longevidade no mundo tem repercutido nos campos social e econômico de forma significativa. Trata-se de um processo que se desenvolve segundo as características e especificidades encontradas entre os diversos países do mundo. Para ter um parâmetro sobre isso, a Organização Mundial de Saúde – OMS definiu que são consideradas pessoas idosas nos países em desenvolvimento aquelas com 60 anos ou mais e em países desenvolvidos aquelas que atingiram os 65 anos de idade. No contexto brasileiro especificamente, consideramos a formação de regiões desenvolvidas, em desenvolvimento, existindo realidades caracterizadas pelos economistas como subdesenvolvidas. Sendo assim, a reflexão acerca desta realidade é relevante por se perceber que o Brasil tem alcançado uma população de 21 milhões de pessoas com mais de 60 anos, contabilizando um crescimento de 23% da população idosa. Esses dados são preocupantes ao considerarmos as especificidades regionais brasileiras que demonstram que o processo de envelhecimento varia de região para região devido às condições e história de vida dos trabalhadores durante seu desenvolvimento humano. Como comprovação desta afirmação, destacamos a realidade da cidade de Manaus, que se encontra hoje entre as seis cidades que mais recebem migrantes motivados pela busca de trabalho e melhores condições de vida. Tendo como fator agravante desta realidade, dos 174.866 mil idosos existentes no Estado do Amazonas, mais de 50% destes estão concentrados na capital. Como resposta a estas realidades, tivemos publicações e regulamentação de políticas públicas para idosos, que tiveram no marco da Constituição, e posteriormente, da Política Nacional de Assistência Social, o estabelecimento de sistemas integrados de proteção ao segmento em estudo e as famílias. Porém a realidade tem demonstrado que o sistema não tem dado conta de atender as demandas específicas do público local. É neste sentido que buscamos analisar a efetivação da política pública para Idosos, os avanços e os desafios enfrentados junto à rede social de proteção na cidade de Manaus. Pautados numa abordagem crítica da realidade, utilizamos roteiro de análise documental e questionário elaborados e encaminhados através dos emails dos profissionais que atuam com idosos, participam ou participaram dos Conselhos de Direitos. A análise dos dados quanti-qualitativos se deu a partir do referencial teórico, especificando o envelhecimento na cidade de Manaus. Mediante levantamento da rede de proteção, identificamos a velhice pobre, sem vínculos afetivo-familiar, sem a garantia da seguridade social. Transeunte das instituições, mandatário de programas e serviços não efetivados. Dependente, físico ou mental. Tendo a invisibilidade política de suas necessidades humanas, agravadas pela falta de integralização das políticas, bem como pelas condições subalternizadas de trabalho na assistência social.

Palavras-Chaves: Velhice; Envelhecimento; Políticas Públicas; Controle Social.

ABSTRACT

The phenomenon of longevity in the world has passed in the social and economic development significantly. It is a process that evolves according to the characteristics and specificities found among the various countries of the world. To have. To have a parameter on this, the World Health Organization – WHO defined that are considered elderly in developing countries those with 60 years or more in developed countries and those who reached 65 years of age the Brazilian context specifically, we consider the formation of regions developed, developing, existing realities characterized by if you notice that Brazil has reached a population of 21 million people over 60 years, accounting for an increase of 23% of the elderly population. These data are of concern when considering the specific regional Brazilian show that the aging process varies from region to region due to the conditions and life history of the workers for their human development. As proof of this statement, we highlight the reality of the city of Manaus, which is today among the six cities that receive migrants motivated by the search for work and better living conditions. Taking this fact as an aggravating factor, the elderly 174 866 000 in the State of Amazonas, more than 50% of these are concentrated in the capital. In response to these realities, we published regulations and public policies for the elderly that had the Constituent Assembly in March, and posteriormente the National Social Welfare Policy, the establishment of integrated systems of protection to the segment under study and the families. But reality has show that the system is realized to meet the specific demands of the local public. In this sense, we sought to analyze the effectiveness of public policy for the elderly, the demands and challenges faced by the social protection network in the city of Manaus. Lined a critical approach to reality, we use script document analysis and questionnaire prepared and sent through the mail from professionals who work with senior, participating in or participated in the Councils of Rights. The analysis of qualitative and quantitative data was given from the theoretical framework, specifying aging in the city of Manaus. By raising the net and its demands, we indentified old age poor, without family-affective relationship, with no guarantee of social security. Transient institutions, programs and services demandatário uncommitted. Dependent, physically or mentally. Having the political invisibility of their human needs, exacerbated by the lack of payment policies, as well as subordinated by conditions of work in social care.

Key Words: Aging, Aging, Public Policy, Social Control.

LISTA DE SIGLAS

ACEPI	Associação Cearense Pró-Idosos;
AME	Assembleia Mundial do Envelhecimento;
ANG	Associação Nacional de Gerontologia;
CAIMI	Centro de Atenção Integral a Melhor Idade;
CEI	Conselho Estadual do Idoso;
CIPDI	Centro Integrado de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social;
CMI	Conselho Municipal do Idoso;
EUA	Estados Unidos da América;
FDT	Fundação Doutor Thomas;
FOPI	Fórum Permanente do Idoso;
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
LBA	Legião Brasileira de Assistência;
MAP	Movimento de Aposentado e Pensionista;
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social;
OMS	Organização Mundial de Saúde;
ONU	Organização das Nações Unidas;
PNAS	Política Nacional de Assistência Social;
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PIB	Produto Interno Bruto
PNI	Política Nacional do Idoso
PUC	Pontífice Universidade Católica
SSVP	Sociedade São Vicente de Paulo
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNATI	Universidade Aberta a Terceira Idade
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
ZFM	Zona Franca de Manaus

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Agrupamento de Grupos de Idosos.....	98
Tabela 02	Número de Grupos Registrados.....	102
Tabela 03	Coordenador Disponibilizado.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Programas e Serviços Municipais para Idosos.....	110
Quadro 02	Projetos Sociais Institucionalizados.....	113
Quadro 03	Perfil dos Residentes da FDT – 2005	116
Quadro 04	Participantes da Pesquisa Eletrônica.....	126
Quadro 05	Relação de Trabalho, Experiência e Localização Urbana.....	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo I – ENVELHECIMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO E AMAZÔNICO.....	22
1.1. Envelhecimento e transição demográfica	22
1.2. Velhice e Envelhecimento: categorias e conceitos	26
1.3. Ciclos Econômicos e os movimentos migratórios na região	34
1.4. Condições de Vida e a proteção da Velhice Pobre	44
Capítulo II – AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS NO CENÁRIO BRASILEIRO..	58
2.1. O Direito a Velhice e as Legislações para Idosos	58
2.2. Política Nacional do Idoso: integração ou marginalização?	66
2.3. Políticas Públicas e as organizações de idosos em Manaus-Am	71
Capítulo III: REDE DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL DE IDOSOS EM MANAUS....	82
3.1. Seguridade Social: proteção e cidadania?	82
3.2. Organização de Idosos: avanços e retrocessos no controle social	94
3.3. Rede de Proteção: demandas e desafios do envelhecimento em Manaus.....	106
3.3.1 Perfil da Velhice e do Envelhecimento	115
3.3.2 Perfil dos Trabalhadores na Rede de Proteção.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE	142
Apêndice 01 – Roteiro de Análise Documental	
Apêndice 02 – Questionário	
Apêndice 03 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)	

INTRODUÇÃO

O fenômeno da longevidade no mundo tem repercutido nos campos social e econômico de forma significativa. Trata-se de um processo que se desenvolve segundo as características e especificidades encontradas entre os diversos países do mundo. Para ter um parâmetro sobre isso, a Organização Mundial de Saúde – OMS (2002) definiu que são consideradas pessoas idosas nos países em desenvolvimento aquelas com 60 anos ou mais e em países desenvolvidos aquelas que atingiram os 65 anos de idade.

A distinção da idade cronológica se deve ao fato de que, os países desenvolvidos vivenciaram o processo de envelhecimento de sua população de forma gradativa, ou seja, levaram mais de cem anos, enquanto que os países em desenvolvimento estão passando por um processo acelerado deste fenômeno, onde o Brasil se destaca, uma vez que a partir do final da década de 70, passou a ser percebido uma gradativa transição demográfica em sua pirâmide populacional, ocasionado pelas mudanças nas estruturas familiares brasileiras (ALMEIDA: 2003).

Essa realidade brasileira é preocupante, considerando a cultura de um país jovem, que por muitos anos foi promovida de forma ostensiva pelos governantes militares. Segundo registros da Associação Nacional de Gerontologia – ANG e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG, esses governantes

insistiram com o discurso de um país jovem, apesar da visível queda na natalidade e na mortalidade da população que já era percebida como reflexo dos avanços da medicina, bem como devido às mudanças ocasionadas na base da família brasileira com a saída da mulher para o mercado de trabalho.

Esta visão de mundo se desenvolve no cotidiano das relações sociais, onde o segmento idoso é pressionado, muitas vezes, “a participar de atividades físicas, culturais e educativas para serem vistos e aceitos publicamente enquanto ‘cidadãos ativos’” (MEDEIROS: 2003 p. 187).

O reconhecimento público e legal da cidadania do idoso é consolidado a partir de sua contribuição e participação no movimento da economia brasileira. Ao se tornarem responsáveis pela manutenção e sobrevivência de suas famílias, devido o desemprego entre a população jovem e adulta, a renda do idoso torna-se a única fonte em muitas famílias.

Diante disto, eles são os maiores consumidores de programas e serviços oferecidos a esta parcela da população trazendo em seu bojo o verdadeiro sentido do termo terceira idade. Mas esta não é a realidade da grande parcela de idosos, que vivem na pobreza dependendo da família, da sociedade e do Estado.

A reflexão acerca desta realidade é relevante por se perceber que o Brasil tem alcançado uma população de 21 milhões de pessoas com mais de 60 anos, contabilizando um crescimento de 23% da população idosa (IBGE,2009).

Enquanto que no Amazonas, visto ainda como um dos Estados brasileiros que agrega mais jovem, conta com uma população de 3.341.096 habitantes, representando 1,8% da população brasileira. Destes, 174.866 mil são idosos. Por outro lado, sua capital – Manaus compreende uma população total de 2.137.060 habitantes, dos quais 9,8 % possuem 60 anos ou mais. Significa dizer que mais

de 50% da população idosa de todo o Estado está concentrado na capital, Manaus, e vem crescendo diariamente com a chegada de pessoas de toda parte do país e do mundo (IBGE/2009).

A concepção de velhice e envelhecimento, a partir da definição de idade cronológica estabelecida pela OMS, aponta a necessidade de uma reflexão sobre o processo de envelhecimento. E no caso da região Amazônica e do Amazonas prioritariamente, de especificidades e características regionais distintas, onde o seu desenvolvimento econômico é determinado por sua história político-econômica e seu processo de colonização e migração, somada a clima e formas de sua ocupação.

Considerando atuação e experiência profissional junto ao segmento idoso, percebemos ao longo destes últimos dezesseis anos, questões inquietantes que demandam reflexões mais aprofundadas sobre a realidade vivida pelas pessoas em processo de envelhecimento e na condição de idosos no Estado do Amazonas e, especificamente em Manaus.

A partir da definição da OMS, entendemos que a Região Norte é identificada pela literatura econômica, sob um discurso contraditório de *crescimento e em desenvolvimento*, e por isto defendemos a ideia de que o *ser velho* da região tem seu processo de envelhecimento acelerado, sendo necessário situar sua idade cronológica em 60 anos (ou antes dessa idade) para efeitos de inserção nas políticas públicas devido às características e especificidades locais.

Estas considerações são necessárias por entendermos que as políticas públicas para a pessoa idosa, idealizadas ao nível nacional, não atendem as demandas apresentadas pelo segmento no Estado do Amazonas. Sendo

necessário considerar ainda o constante processo migratório e o inchaço populacional na capital como resultado da ausência de políticas públicas efetivas em seus municípios ou Estado de origem.

Ao situarmos esta realidade local e específica, compreendemos ser necessária a garantia de desenvolver programas e serviços de atenção e proteção ao segmento idoso segundo as legislações e políticas públicas existentes. Sendo importante destacar para este estudo a Política Nacional de Assistência Social que estabelece os níveis de atenção, segundo critérios e competências de cada esfera de governo.

No contexto local de Manaus, vivenciamos ações paralelas entre Estado e Município, onde programas e serviços ofertados pelo Estado nos Centros de Convivência confundem-se com as práticas operacionalizadas nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Ambos investem em atividades esportivas e de lazer e não de Assistência Social conforme rege a política.

E apontamos assim a não obediência de direção única em cada nível de atenção, de modo que o governo estadual compete paralelamente com o município nas ações de sua competência.

Ambas as instituições citadas acima não promovem a formação de sujeitos coadjuvantes nas lutas pela efetivação de seus direitos, uma vez que as práticas físicas e recreativas são priorizadas em detrimento das ações socioeducativas e de convivência familiar e comunitária que preconiza a política de Assistência Social.

Esta afirmação baseia-se nos tipos de demandas apresentadas pelo público que procura o Serviço Social dos Centros de Convivência, e que não conseguem ser atendidos em suas necessidades. Diante desta realidade os

profissionais procuram articular junto aos CRAS ou aos Conselhos alternativos que venham atender as solicitações.

Para efetivar a Política de Proteção aos Idosos e em especial de Assistência Social é necessário garantir sua transversalidade com manutenção e formação de profissionais habilitados, qualificados e concursados, evitando o descomprometimento e desvirtuamento destas políticas pela interferência partidária, demagógica, contribuindo para a formação de um gargalo de desassistidos nas unidades e demais instituições.

Diante deste cenário é pertinente apontar a necessidade de se tratar com maior afinco a formação, capacitação e qualificação de profissionais técnico-operacionais para o tratamento e atendimento continuado desta população que em sua grande maioria ainda não se reconhece neste contexto.

Considerando a cultura da elevação e manutenção da juventude, os profissionais que atuam nesta realidade acabam por contribuir com a reprodução da negação da velhice e do envelhecimento, principalmente porque não se concebem enquanto parte e participantes neste processo.

Estas considerações justificam a viabilização desta proposta como um relevante estudo social e científico para nosso Estado, onde pretendemos: analisar a política pública para Idosos na cidade de Manaus, os avanços e desafios enfrentados pelos sujeitos idosos junto às unidades de Assistência Social; pontuar as demandas dos idosos através dos Conselheiros Estadual, Municipal e Fórum Permanente do Idoso – FOPI; levantar o perfil dos participantes dos Conselhos / FOPI e suas instituições ou grupos que representam; identificar o perfil e demanda dos idosos junto às unidades de Assistência Social.

A possibilidade de alcançar os objetivos propostos junto aos respectivos espaços sócio institucionais e entidades envolvidas com a Política Pública para Idosos foi garantida através de nossa atuação enquanto profissional e militante na área, a partir da inserção no campo de estágio no período acadêmico até os dias atuais. Ou seja, consideramos, não só, todo o acervo documental, registrado e catalogado, durante militância acadêmica profissional, momento em que foram disponibilizados Planos, Projetos, Programas e Serviços de atenção ao segmento idoso, datados a partir do ano de 1994 até o momento presente.

Também consideramos e mantivemos todos os contatos registrados dos conselheiros, coordenadores de grupos de idosos, profissionais e gestores da assistência que participaram direta ou indiretamente do processo de elaboração, publicação e implantação da política pública para idosos em Manaus e que hoje atuam nos respectivos conselhos de direitos de idosos e no FOPI.

A trajetória profissional junto aos idosos e as pessoas em acelerado processo de envelhecimento se deu desde o primeiro momento no campo e nas comunidades. Primeiramente nas Unidades de Saúde através do Hospital Universitário Getúlio Vargas – HUGV, onde constatamos o abandono de idosos nos leitos hospitalares¹.

Em seguida nas comunidades quando tomamos conhecimento dos grupos, associações e sindicatos de aposentados e pensionistas. E posteriormente na passagem e participação ativa do processo de construção da Política Municipal do

¹ Durante nossa inserção no campo de estágio na graduação tivemos oportunidade de atuar na Clínica Médica do Hospital Universitário Getúlio Vargas – HUGV, e percebemos já naquele período um número significativo de idosos acidentados e sequelados abandonados nos leitos pelos seus familiares e responsáveis. Após a alta hospitalar, o Serviço Social buscava pelos registros familiares, tentando descobrir a localização dos mesmos, articulava a mídia local para divulgar junto a sociedade o desaparecimento da família do paciente. Após várias tentativas o paciente era transferido para a Fundação Dr. Thomas como mais um caso de abandono no leito hospitalar, pois o leito do mesmo não podia permanecer ocupado (Registro de Campo, 1996).

Idoso, tendo a oportunidade de registrar a criação e construção dos programas e serviços previstos em lei.

Mediante contato diário e direto com os idosos durante participação na execução dos programas e serviços, passamos, a conhecer, reconhecer e distinguir suas necessidades segundo critérios e perfil exigido por cada programa. Primeiramente na esfera Municipal através da Fundação Dr. Thomas, quando conhecemos a condição extrema de pobreza em que muitos idosos vivem. Depois na esfera Estadual através do Centro Estadual de Convivência do Idoso, conhecemos a negação da velhice pobre, diante do ativismo e consumismo dos idosos da terceira idade.

A metodologia adotada neste estudo foi pautada numa abordagem crítica da realidade, utilizando dois instrumentos norteadores para sistematização e interpretação dos dados coletados como: roteiro de análise documental e questionário. O universo constitui-se nos 68 participantes da oficina de trabalho para a elaboração do Plano Municipal Integrado de Ação para o desenvolvimento da Política Municipal do Idoso, coordenada pela Fundação Dr. Thomas em junho de 1999. Adotou-se a amostra probabilística de 10% do universo total, destacando-se os profissionais da assistência social que atuam ou atuaram junto ao segmento idoso desde aquele período até os dias atuais.

O critério de escolha dos sujeitos da pesquisa foi definido considerando a atuação com idosos e participação nos Conselhos de Direitos do segmento. A princípio a abordagem proposta era a realização de entrevistas diretas, porém devido período eleitoral (2010) não ser favorável à realização da pesquisa revisamos a estratégia.

Desta forma optamos em articular a aplicação de questionário através do envio para o endereço eletrônico dos profissionais trabalhadores da rede de proteção que atuam com os idosos, e que participam, ou que já participaram dos Conselhos de Idosos.

As informações referentes aos contatos dos sujeitos da pesquisa foram coletadas durante visitas realizadas nos Conselhos e Unidades de Assistência. A definição dos espaços sócio institucionais e das entidades representativas se deve ao fato de concentrarem o maior número de informações e documentos sobre as demandas do processo de envelhecimento e de velhice no Estado e na cidade de Manaus.

Considerando as experiências e vivências do exercício profissional, escolhemos enfatizar a velhice pobre que não tem visibilidade política e que é banalizada pelo Estado. A velhice asilada ou isolada que não tem recurso orçado porque é considerado encargo social, assim como a velhice dependente, física ou mental. A velhice aparente que cresce transitando pelas ruas da cidade aos olhos do outro, por causa das condições subumanas que aceleram o envelhecimento antes da chegada da idade cronológica. A velhice que vem de longe em busca de trabalho e de esperança, mas também àquela que vem corrida da penalidade e da criminalidade.

Estas diferentes formas de envelhecer nos chamam a atenção para o crescente numero de pessoas que buscam por alimento e abrigo nas unidades de assistência social e, não encontram as respostas esperadas. Enfatizando a necessidade de atenção para o envelhecimento Amazônico urbano de Manaus que demanda por serviços de média e alta complexidade. Para isto organizamos o presente estudo em três capítulos.

No primeiro, intitulado como *“Envelhecimento no contexto Brasileiro e Amazônico”* contextualizamos a transição demográfica brasileira a partir dos dados estatísticos disponibilizados no site do IBGE. Procuramos trabalhar as categorias velhice e envelhecimento como referência para a definição e construção dos diferentes conceitos e termos que surgiram ao longo dos anos, como: terceira idade, melhor idade, velho, idoso e nos dias mais recentes o termo envelhescente.

Ainda neste primeiro capítulo procuramos destacar o processo de colonização e ocupação do Estado e formação da cidade de Manaus, pontuando os dois ciclos econômicos marcantes da história local e que foram motivadores de migrações. E que no caso da Zona Franca, na atualidade, ainda é a grande responsável pelo crescimento desordenado e sem planejamento na cidade. Diante disto trazemos para reflexão os impactos sociais e ambientais causados com o inchaço populacional e a volta a mendicância, tendo como resposta a institucionalização da velhice a partir de sua condição humana e de pobreza associada à loucura.

O segundo capítulo, *“As Políticas Públicas para Idosos no cenário brasileiro”*, propomos discutir o direito a velhice e as diferentes formas e interpretações das legislações que foram regulamentadas para a garantia deste direito. Mas que acabam se transformando num mecanismo de manipulação político-partidária. E ao trazermos as reflexões para a realidade local, percebemos como é feita a condução da política para idosos e as formas de organização do segmento. Destacamos o pensamento de Nara Rodrigues que provoca a reflexão sobre a manipulação do segmento e questiona se as políticas são instrumentos de integração ou marginalização.

No terceiro capítulo, “*Rede de Atenção e Proteção Social de Idosos em Manaus*” trabalhamos a seguridade social a partir dos conceitos proteção e cidadania conforme a preconização da Constituição de 88 e as políticas setoriais e transversais. Para esclarecer a preocupação com a velhice pobre, pontuamos as demandas sociais detectadas pelos profissionais, conselheiros e componentes do controle social que nos ajudaram a traçar o perfil da velhice e do envelhecimento que não ganha visibilidade política, decorrente do processo de privatização da Assistência Social e das condições de subalternidade dos trabalhadores responsáveis pela prestação e execução da rede de serviços.

Portanto a sistematização, organização e publicização deste estudo contribuirão de maneira significativa na reflexão sobre as práticas desenvolvidas e operacionalizadas na execução das Políticas Públicas de Atenção, Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, em nosso Estado, em especial na cidade de Manaus considerando que o segmento em estudo – *os idosos devem ser o sujeito de sua própria história, e não mero objeto de manipulação e marginalização* (RODRIGUES: 1998, 32).

Capítulo I

ENVELHECIMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO E AMAZÔNICO

A discussão sobre a velhice e o envelhecimento no âmbito mundial traz em seu bojo os embates sociais, econômicos, políticos e culturais. Neste sentido, buscamos aprofundar esta temática a partir da realidade local e regional, pontuando a transição demográfica, categorias, conceitos e condições da velhice e do envelhecimento no processo de industrialização e urbanização na cidade de Manaus – Amazonas.

1.1 Envelhecimento e transição demográfica

A velhice e o envelhecimento são concebidos a partir da Revolução Industrial, devido seus rebatimentos junto à classe trabalhadora. A manifestação e expressão da velhice e do envelhecimento no contexto mundial se deram de forma distinta. O bloco dos chamados países desenvolvidos experimentaram este fenômeno lentamente, ao longo de mais de cem anos, organizaram-se a tempo para o enfrentamento e disponibilização de *recursos necessários* através de

políticas públicas que fazem *frente às mudanças advindas desta transformação demográfica* (VERAS: 2003 p. 6)².

Por outro lado, nos países chamados em desenvolvimento, onde situamos o exemplo brasileiro, a velhice e o envelhecimento ocorrem de forma acelerada e desorganizada. A transição demográfica brasileira foi percebida pelo Governo Militar no final da década de 70, porém o Estado só admitiu a emergência de uma sociedade de longevos no início da década de 90. Muito depois da realização da *Assembleia Mundial do Envelhecimento – AME* (Madri/1982) e do movimento Constituinte que deu origem a promulgação da Constituição Cidadã (1988).

Atualmente o *Relatório sobre a Situação da População Mundial* (2009) apresentado a Organização das Nações Unidas – ONU aponta que somos 6,8 bilhões de pessoas e, que, temos como projeção chegar a 9 bilhões. Partindo destes dados, encontramos nos *Relatórios do Departamento do Censo dos EUA* (2008) que o globo terrestre conta hoje com 506 milhões de pessoas com 65 anos e mais. Sendo projetado neste mesmo *Relatório* que, em 2040, esse número dobre e represente 14% da população mundial³. Neste estudo não são incluídas pessoas de 60 ou mais idade e sim a partir de 65 anos, portanto ultrapassará na verdade os 14% previstos.

Podemos verificar diante destes dados, e de acordo com os estudos realizados, que a velhice e o envelhecimento realmente se expressam diferentemente nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Sendo

² Médico Geriatra, Titulado pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG, com especialização em Psiquiatria, formado pela UFRJ, Professor Adjunto do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Mestre em Saúde Coletiva pela London School of Hygiene and Tropical Medicine e Doutor pelo Guys Hospital da Universidade de Londres. E-mail: veras@uerj.br

³ Estes dados foram apresentados e disponibilizados no site do Portal do Envelhecimento, pela Marília Anselmo Viana da Silva Berzins, Assistente Social, Mestre em Gerontologia (PUC/SP). <http://www.portaldoenvelhecimento.pucsp.br>. Acesso 20 Jul. 2009.

pertinente pontuar e distinguir as características e especificidades de cada bloco econômico, social, político e cultural.

No Brasil, diferentemente dos demais países desenvolvidos, a definição e identificação do *ser velho* ou pessoa idosa é fundamentado no conceito cronológico estabelecido pela OMS. Ou seja, é considerada pessoa idosa nos países desenvolvidos aquelas que atingiram os 65 anos de idade, enquanto que nos países em desenvolvimento são contabilizadas as pessoas que alcançaram os 60 anos.

Neste sentido, segundo os dados apresentados pela PNAD (2008) e divulgados pelo IBGE (2009) a velhice e o envelhecimento se manifestam de acordo com o bloco econômico do qual faz parte. Compreendendo ser um país em desenvolvimento, nos últimos dez anos o Brasil contabilizou um crescimento de 23% da população idosa, representando os dados absolutos atuais de 21 milhões de pessoas com mais de 60 anos de idade⁴.

Os dados disponibilizados pelo IBGE representam os avanços científicos e tecnológicos que garantiram melhorias na saúde pública da população de um modo geral. As doenças epidemiológicas passaram a ser mais controladas e muitas conseguiram chegar à cura mediante a produção de vacinas. Por outro lado, as doenças crônico-degenerativas cresceram, considerando o aumento da expectativa de vida das pessoas, principalmente a expectativa de vida do homem que é sete anos menor que a da mulher. Complementando este raciocínio, Berzins (2003; p. 25) afirma que:

⁴ <http://www.ibge.gov.br> Acessos realizados em Julho de 2008-2009; onde foram disponibilizados as análises dos Relatórios e Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE. A análise dos dados é feita a partir dos anos 60, comparando com a transição demográfica detectada a partir da década de 70, mais que só virá a público após publicação da Constituição de 88.

O processo de transição demográfica que em poucas décadas mudou o padrão de fecundidade feminina brasileira provocou forte desaceleração na taxa de crescimento demográfico do país. A queda de fecundidade, iniciada em meados da década de 60 e intensificada nas duas seguintes, continuou em 1990 de forma moderada (...) A associação da redução da fecundidade com a queda da mortalidade reflete-se na evolução da composição etária da população do país que segue em processo de envelhecimento.

A emergência da população de longevos ocorre no mundo inteiro, e por isso a preocupação da OMS em estabelecer uma idade cronológica para a realização de estudos e pesquisas sobre o envelhecimento humano.

Considerando as condições de vida, o lugar e a cultura de cada povo, será refletido no processo de envelhecimento de um determinado indivíduo face às diferenças regionais. Berzins (2003, p.26) afirma que,

...a velhice e o envelhecimento passam a ser concebidos como uma "vitória", desde que as lideranças governamentais pensem e executem políticas públicas que vem de encontro aos interesses e necessidades da população.

No contexto regional a realidade populacional de idosos não é muito diferente, apesar de ainda sermos considerados um Estado jovem, o Amazonas conta hoje com um total de 3.341.096 habitantes, representando 1,8% da população brasileira. Dentre estes números 174.866 possuem 60 anos ou mais, destes, mais de 50% estão concentrados na capital, Manaus (IBGE: 2009).

Seguindo as análises da *Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (2009)*, detectamos a população total da capital, Manaus concentrando 2.069.010 habitantes. Sendo necessário destacar para fins deste estudo que é *uma das cidades brasileiras que mais recebe migrantes de todo país, crescendo desordenadamente com muitas áreas ocupadas de forma ilegal e por ocupação/invasão.*

Partindo destes dados, apresentamos a preocupação com o processo de envelhecimento neste contexto Amazônico, considerando que assim como no restante do país e do mundo, tem sido frequente os debates junto às Universidades e os órgãos de defesa e de atenção ao segmento em estudo.

Esta emergência temática se deve ao crescimento significativo deste segmento populacional no cenário mundial e local, determinando as condições de vida da população local, decorrente das migrações nos municípios e demais Estados Brasileiros, que vêm em busca da melhoria da qualidade de vida e, ou, de atenção à saúde provocando um crescimento urbano desordenado na capital.

Sendo assim, é pertinente conhecermos quem é este *ser velho envelhecido* e *envelhescente*⁵ que está se formando junto à população do Amazonas, em especial em Manaus, para podermos avaliar se teremos a estrutura necessária ao enfrentamento dos rebatimentos desta transição demográfica. Para isto teremos que, inicialmente compreender e refletir a luz dos pensadores intelectuais da velhice e do envelhecimento como se dá este fenômeno na sua totalidade.

1.2 Velhice e Envelhecimento: categorias e conceitos

A velhice e o envelhecimento na sua totalidade perpassam pela esfera social, cultural, política e econômica. Esta compreensão é fundamental para os

⁵ Beauvoir (1990) define o *ser velho* como um ser construído nas relações contraditórias da sociedade capitalista. A autora irá construir a categoria velhice segundo o olhar do outro na sociedade, que percebe a velhice como um estado de vida, decadente, decrepto e improdutivo devido suas perdas físico-motoras, psico-sociais, estético-culturais. Seguindo o raciocínio da autora, Medeiros (2003) aponta o envelhecimento como um processo construído, determinando seu tempo interno (*Kairós*) e externo (*Kronos*), segundo o meio e as condições de vida deste indivíduo. E, Prata (2000) delimita este processo de envelhecimento a partir da *envelhescência*, que segundo o autor é um momento vivido pelo indivíduo de crises de identidade, internas e externas, muito parecido com a adolescência, e que é fruto das relações sociais e interpessoais do *ser envelhescente* que responderá de forma positiva ou negativa o olhar do outro sobre seu processo de envelhecimento e estado de velhice. Notas elaboradas a partir de nossa leitura da obra.

distinguirmos enquanto categorias de análise, dos conceitos socioculturais construídos ao longo dos anos na elaboração das políticas públicas de atenção ao segmento em estudo.

A justificativa na criação destes novos conceitos culturais é uma tentativa de inserir o velho na sociedade. Tais conceitos são definidos como uma forma de *reinventar a velhice*, visando não somente à ruptura com os estigmas e a negação da própria velhice, mas, buscar compensar a ausência de produtividade decorrente da aposentadoria, pelo consumismo muito bem difundido na promoção dos conceitos: idoso, terceira idade e melhor idade (DEBERT: 2002)⁶.

Em consonância com este raciocínio, Peixoto apud Barros (1998) pontua estes distintos conceitos construídos a partir do olhar antropológico, classificando-os segundo os *estigmas e a compaixão dos termos: velho, velhote, idoso, terceira idade*.

(...) Os termos “velho” e “velhote” podem ou não estar carregados de conotações negativas, mas quando isso acontece são empregados para reforçar uma situação de exclusão social (...) A noção de velho é, pois, fortemente assimilada à decadência e confundida com incapacidade para o trabalho: ser velho é pertencer a categorização emblemática dos indivíduos idosos e pobres (...) A introdução da noção menos estereotipada “idoso” foi bastante criticada (...) o termo idoso não é tão preciso quanto velho, mesmo que seja mais respeitoso (...) homogêneiza todas as pessoas de mais idade (...) deu outro significado ao indivíduo velho, transformando-o em sujeito respeitado (...) parece ser mais valorizado com a criação da categoria aposentado (...) passam a adquirir um estatuto social reconhecido (...) a representação dos jovens aposentados _ surge a terceira idade. Sinônimo de envelhecimento ativo e independente (...) uma nova etapa da vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades sob o signo do dinamismo. A

⁶ Referência na Gerontologia, escreveu o livro *A Reivenção da Velhice*, retratando o modelo de sociedade capitalista, suas reformulações e seus rebatimentos junto aos trabalhadores que tem no trabalho o sentido de sua vida e existência. Em sua obra aponta os conceitos criados pela sociedade sobre o processo de envelhecimento deste trabalhador que passa a ser marginalizado por sua condição de velhice. Na visão da autora a Velhice e a Aposentadoria tornam-se sinônimos desta marginalização, pois a sociedade compreende que os velhos aposentados são improdutivos e inúteis. Porém a autora afirma que esta mesma sociedade cria novos mecanismos para reinserir este *ser velho*, a partir do conceito de *Terceira Idade* que irá constituir-se num novo grupo de pessoas, ativas e consumidoras de programas e serviços compensatórios. E será através deste conceito que a economia será alimentada e retroalimentada pelas aposentadorias e pensões que serão estimuladas ao consumo, e “compensarão” a falta de contribuição das populações de jovens desempregados.

velhice muda de natureza: “integração” e “autogestão” constituem as palavras-chave desta nova definição (...) é simplesmente produto da universalização dos sistemas de aposentadoria e do consequente surgimento de instituições e agentes especializados no tratamento da velhice, e que prescrevem a esse grupo etário maior vigilância alimentar e exercícios físicos, mas também necessidades culturais, sociais e psicológicas (p.72-74; p.76).

Como podemos observar, a autora irá definir os termos construídos pelas distintas sociedades, no sentido de atender as demandas apresentadas pelo segmento em estudo. Seja ele(a), velhos(as) pobres necessitados de abrigo e proteção compensatória e substituta do grupo familiar, um *encargo social* para o Estado, ou seja, eles(as), senhores(as) idosos(as) aposentados, inativos(as), mas respeitosos(as) que já deram sua contribuição ao desenvolvimento social e econômico da nação.

E ainda, sejam eles(as), membros da terceira idade, uma nova geração de jovens aposentados (as) ativos e independentes capazes de se autogerir na busca de novos sonhos e projetos de vida ativa e participativa. Alvo ideal de programas e serviços específicos para esta nova categoria que é reinventada, garantido a formação e consolidação de mais uma grupo componente e mantenedor da sociedade capitalista de consumo, compensando a inatividade produtiva do trabalhador (a) aposentado(a).

Compreendemos que a concepção da velhice e do envelhecimento nas sociedades modernas são discutidas e difundidas a partir do olhar do outro, do externo, sendo, portanto necessário uma leitura da totalidade na qual estas categorias estão inseridas⁷. A velhice pode ser concebida como um estado

⁷ Beauvoir, na segunda parte do livro *A Velhice*, intitulado *O Ser no Mundo*, provoca reflexões ao pontuar os sinais e a percepção da velhice a partir do outro ser que observa, interpreta e avalia o próprio reflexo no espelho. Não significa que ele se veja completamente no outro, mais partindo de comparações, positivas ou negativas, vai depender de como este observador se sente enquanto *ser velho*. Ela diz: *“É normal, uma vez*

natural a partir das literaturas biológicas, que defendem a ideia da evolução e desenvolvimento de todos os seres vivos. Esta compreensão visualiza a velhice como uma das distintas fases cíclicas da vida. Porém, ela também pode ser percebida como um fato cultural, considerando a leitura e visão de mundo de cada sociedade.

As singularidades das categorias velhice/envelhecimento irão refletir no desenvolvimento humano e, conseqüentemente, na sua relação com o meio social. Uma vez que o envelhecimento será compreendido como um processo, também natural e cultural, processo este que será definido de maneiras distintas considerando o campo de pesquisa e o objeto de interesse segundo o olhar do pesquisador⁸.

Para esclarecer as especificidades entre estes conceitos e categorias debatidos, refletimos sobre a definição de Hayflick (1985) que concebe a velhice como um *estado natural* componente cíclico da vida de todo ser vivo, e o envelhecimento como um *processo* também natural da vida que se inicia a partir da fecundação original a vida do ser.

Para Beauvoir (1990),

(...) a velhice, como todas as situações humanas, tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história (...) Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade a qual pertence (...) A sociedade destina ao velho seu lugar e seu papel levando em conta sua idiossincrasia individual: sua impotência, sua experiência; reciprocamente, o indivíduo é condicionado pela atitude prática e ideológica da sociedade em relação a ele. Não basta, portanto, descrever de maneira analítica os diversos aspectos da velhice: cada um deles reage sobre todos os outros e é afetado por eles; é no movimento indefinido desta circularidade que é preciso apreendê-la.

que em nós é o outro que é velho, que a revelação de nossa idade venha dos outros. Não consentimos nisso de boa vontade" (1990:p.353).

⁸ Ibidem.

Ao comparar os dois pensadores, Hayflick e Beauvoir, percebe-se que existe uma pequena divergência entre eles no que diz respeito à naturalidade da velhice, pois enquanto Hayflick⁹, pela sua formação profissional, concebe a velhice sob um prisma biofisiológico, Beauvoir¹⁰, identifica este *ser velho* a partir de sua concepção de totalidade, considerando comportamentos, atitudes, pensamentos, aprendizados e experiências adquiridas segundo o lugar e o tempo histórico no qual ele foi formado e onde ele se desenvolveu, pontuando os reflexos que este meio possa causar ao longo deste processo. Portanto o envelhecimento é processual, *o indivíduo, ser velho, envelhecido ou envelhescente*, precisa ser identificado a partir de um estudo sócio-político-econômico e cultural, e porque não dizer socioambiental.

Neste sentido, entendemos que o *ser velho* é a expressão materializada de um indivíduo que possui uma história de vida, trata-se de alguém que nasceu, cresceu, viveu, e que viveu sua vida de várias e distintas formas. Alguém que produziu e que de alguma forma contribuiu e participou do desenvolvimento regional de sua terra natal, de um grupo familiar e de um grupo de amigos. A não ser que este indivíduo já tenha nascido *doente e incapacitado*, socialmente isolado devido sua condição e estado físico-mental.

Em nossas reflexões não tratamos apenas do termo *velho*, mas do *ser velho*. Porque *velho* em nossa sociedade é visto de forma estigmatizada, associada a um objeto descartável, inútil e que perdeu seu valor e sua razão de existir e conseqüentemente de *ser*.

⁹ Médico Geneticista que realiza estudos e pesquisas sobre o envelhecimento humano, sua obra "Como e Porque Envelhecemos" é muito utilizada como referencia nos estudos epidemiologicos de saúde do idoso.

¹⁰ Simone D' Beauvoir era Bacharel em Letras, Matemática, Historiadora e Filósofa, tinha grande inquietação acerca da finitude da vida (<http://www.simonebeauvoir.kit.net/links.htm>).

O termo velho foi elaborado no auge da Revolução Industrial que percebeu a forma acelerada como os trabalhadores estavam *envelhecendo* e perdendo a capacidade de acompanhar o ritmo das máquinas. É a partir deste contexto sóciopolítico e econômico que o termo *velho* será associado à doença, incapacidade, decrepitude e final da vida, pois a lógica do capital é definida apenas pela produção e geração de riquezas. Portanto se o trabalhador envelhecido não consegue mais acompanhar o ritmo da produção e consequentemente não compreendem ou não faz parte das mudanças e transformação no mundo do trabalho significa dizer que este indivíduo não serve para mais nada.

Esta leitura da realidade pode ser constatada no pensamento de Bosi, quando diz que¹¹:

(...) a sociedade Industrial é maléfica para a velhice (...). Quando as mudanças históricas se aceleram e a sociedade extrai sua energia da divisão de classes, criando uma série de rupturas nas relações entre os homens e na relação dos homens com a natureza, todo sentimento de continuidade é arrancado de nosso trabalho (...). A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho já não é produtor e nem reproduzidor (1973: 35).

Ao ser visto como descartável pelo contexto político-econômico, o *ser velho* será objeto de fundamentação e criação dos asilos, manicômios e albergues para pessoas, que devido seu estado de improdutividade no sistema vigente, eram abandonados à própria sorte por suas famílias e amigos. E consequentemente a forma como eram vistos e tratados refletiam esta realidade, ou seja, ninguém queria *ser* ou sequer pensar em *ser velho* ou ficar *velho*.

¹¹ Ecléa Bosi é destacada por sua obra *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, onde ela nos lembra que a *velhice* é um destino biológico do indivíduo e uma categoria social, tendo em cada sociedade um estatuto contingente. Vera Almeida se utiliza das reflexões de Bosi para fundamentar seu artigo: *Modernidade e Velhice*, explorando a expropriação dos idosos da condição de referentes do ato fotográfico e das imagens visuais e seu significado na atualidade.

Assim como num passado não muito distante, os trabalhadores envelhecidos ficavam e, hoje ainda ficam pelas ruas, em busca de algo para fazer e para ocupar o *tempo livre*, uma vez que perderam sua referência enquanto trabalhador, enquanto produtor. Associada a esta perda, identificamos outra grande perda, que é a perda de seu papel social e funcional na família, ou seja, o papel de provedor da família, aquela pessoa que garantia o sustento da família. Ao sair do mercado de trabalho já não tem mais sentido e significado neste grupo familiar ou de amigos.

Em consonância com Bosi (1973), entendemos que as relações sociais são construídas principalmente no trabalho e na família, ocorre que, devido a permanência e a constância no trabalho, as relações familiares aos poucos vão se fragilizando, devido ao distanciamento, e com a aposentadoria ou o afastamento do trabalho por motivos de doença as relações de amizade também vão se perdendo, considerando que, em sua maioria, se tratam de relações de interesse e de convivência no campo do trabalho, e não de amizade no sentido da afetividade.

Sendo assim o grande desafio das sociedades modernas será resignificar a *velhice* e o *envelhecimento* uma vez que as relações foram construídas num contexto de produtividade associado ao entendimento de utilidade. Nestes modelos de sociedade o trabalhador não compreende a necessidade e significado do *tempo livre*, por isso este tempo só será percebido ao final do trabalho – com a *aposentadoria* (LISBÔA: 2007).

Como pensar e viver o *tempo livre* se durante toda sua *historia de vida* ele foi condicionado ao trabalho e a produção? Quem quer ser este *velho* socialmente construído nas sociedades modernas? Será que este *velho* ao parar de produzir,

ao se aposentar, deixa de *existir* enquanto *ser social*? Como este *ser velho* existe e se vê neste mundo, ou nestas sociedades? Ele se percebe? Ele se vê? Ele compreende o que os outros afirmam a seu respeito? Será que no dia seguinte – o primeiro dia de aposentado – este *ser velho* deixou de existir no apagar das luzes da produção?¹²

Partindo destas indagações e reflexões é que nos preocupamos com este segmento emergente em nossa região. Assim como eles, devemos também fazer estas reflexões, considerando que todos nós somos parte deste cenário, enquanto *seres envelhescentes* numa região com características demográficas predominantemente de jovens, mas desenvolvendo um processo de envelhecimento diferenciado devido às condições climáticas, culturais e ambientais.¹³

Ao construirmos estas reflexões queremos deixar clara que nossa preocupação é o fenômeno da longevidade no cenário Amazônico, compreendendo que suas características e especificidades regionais não podem ser analisadas separadamente das discussões referentes à sustentabilidade do meio ambiente, outro tema também bastante relevante e atual no cenário mundial. Considerando que, ao mesmo tempo em que vivemos um crescimento significativo de pessoas longevas, experienciamos os impactos ambientais ocasionados pela intervenção do homem na natureza e, pela forma como este homem vê e se relaciona com a natureza.

¹² Beauvoir ao tratar da Velhice, faz uma abordagem existencial sobre os aspectos biopsicosociais do envelhecimento humano. Neste contexto ela destaca a velhice cronológica que é apontada pelo outro em dois momentos: primeiro na ocasião de comemoração dos anos de vida, sejam eles quais foram, e como foram; segundo momento, é o momento da aposentadoria, momento de separação e isolamento social; momento em que o indivíduo perde a identidade de trabalhador. E a pergunta que a autora deixa em aberto é: No dia seguinte da aposentadoria o trabalhador velho, envelhecido, deixa de existir? (1990: 345)

¹³ Hayflick (1985), em sua obra *Como e Porque Envelhecemos*, apresenta estudos realizados em laboratórios com grupos de controle genético sobre o processo de envelhecimento de vários seres vivos, dentre os quais destaca o Homem e suas diferentes formas e tipos de envelhecimento que variam segundo as condições de vida, hábitos, costumes e o ambiente ou lugar ao qual está exposto.

A partir destas leituras e estudos, defendemos a ideia de que o *ser velho* construído, e em construção no Amazonas, é alguém que se deslocou de seu local de origem, devido às pressões do mundo do trabalho em busca de condições melhores de vida. Pressões econômicas e políticas que se desenrolaram em dois momentos, constituindo-se em marcos históricos distintos, alimentando os sonhos de milhares de homens e mulheres. Pessoas que contribuíram de forma negativa ou positiva no processo de urbanização e industrialização de uma cidade dentro da selva (OLIVEIRA, 2000).

Neste sentido introduziremos a velhice e o envelhecimento no Amazonas, pontuando o processo histórico de urbanização e industrialização da cidade e as condições de vida do trabalhador que envelheceu e se concentrou no centro urbano da cidade de Manaus.

1.3 Ciclos Econômicos e os movimentos migratórios na região

O processo de ocupação e exploração da Amazônia fundamentou-se em períodos históricos da economia mundial que refletiram sobre a formação do espaço urbano e as condições de vida dos trabalhadores que migraram em busca de alternativas de mercado na região.

No primeiro período da economia mundial os europeus avançaram os mares em busca de descobertas e conquistas de terras e especiarias. As tentativas de exploração e apropriação territorial eram realizadas através de constantes excursões de exploração do comércio, e também com as edificações de fortes às margens de alguns rios da região. Segundo Benchimol (1996, p. 57):

(...) a ocupação, conquista, povoamento e dimensão humana na Amazônia se dá a partir da descoberta espanhola e da conquista portuguesa, ao contrário daquilo que aconteceu com o Paraguai, que foi uma descoberta portuguesa e tornou-se uma conquista espanhola.

As estratégias de ocupação e conquista foi fortalecida pela atuação das missões religiosas. Apesar da história não deixar claro, se os missionários tinham consciência de sua participação neste processo de dominação e colonização dos povos naturais destas terras, garantindo a submissão dos indígenas com menos conflitos.

Nessa época, o desenvolvimento e a produção do espaço Amazônico eram praticamente inexistentes, somente com a chegada dos europeus é que foram apresentadas *diferentes formas espaciais para servir de base ao desenvolvimento de novas atividades econômicas gerando conflitos com as relações de produção até então existentes* (OLIVEIRA: 2000; p.147)¹⁴.

Neste contexto brevemente citado, muitos povos e nações indígenas são dizimadas devido sua resistência em ceder às imposições dos colonizadores. A descoberta e exploração das riquezas naturais vão contribuir para chegada de um número maior de exploradores. E com o passar dos anos a descoberta de uma semente marcará o primeiro grande ciclo econômico local, contribuindo para um período breve de crescimento e desenvolvimento da região.

O cenário que conduziu os povos europeus ao poder garantiu o povoamento da região de forma traumática, devido às lutas e conquistas decorrentes da escravização de mão-de-obra indígena, empreendidas pelas tropas de resgate,

¹⁴ Oliveira faz uma reflexão sobre os impactos causados pela colonização, que trouxe novos hábitos, costumes e relações de produção diferente a que era praticada pelos povos tradicionais da região, que mantinham uma relação de uso, retirando da natureza somente o necessário a sobrevivência do grupo, enquanto que os colonizadores impuseram uma relação baseada na exploração, apropriação e consumo em massa.

guerras justas e reduções missionárias, determinando a perda e destruição de grande parte da humanidade índia, conforme aponta Benchimol (1999, p.62):

(...) a destruição da maior parte da base demográfica nativa da Amazônia promoverá a explicação primaria sobre o grande vazio populacional que durante séculos retardou o processo de ocupação humana e que foi lentamente substituído pelos senhores e colonos resultando na miscigenação portuguesa com os remanescentes das nações primitivas dando origem as atuais populações caboclas.

Podemos perceber o embate político econômico sobre a apropriação e conquista da Amazônia, que teve seu início nos meados de 1616, quando os portugueses se firmaram na exploração da terra, expulsando os franceses de São Luís e, que, se consolidou na extensão de seu poder político na Amazônia litorânea, com a criação do Estado do Maranhão e Grão Pará. Esse processo de apropriação lenta e gradativa do Território Amazônico se deu com a busca pelo conhecimento da terra e conquista do gentio, e da formação de um Estado independente.

A formação sócio histórica da Amazônia ocorreu de forma lenta e gradativa, resultando num processo de apropriação tardia do território que se tornou dependente do mercado externo.

Porém, surgiu um fator econômico determinante e puncionador de uma forte corrente migratória da região nordeste, que sofria com a seca, para a região norte, que emergia de seu anonimato e isolamento geográfico para uma vultosa perspectiva econômica promovida pela comercialização e industrialização da *hevea brasiliensis* – a seringueira que era utilizada pelos índios para confecção de calçados, mantos seringas e bolas elásticas em seus jogos (BECKER: 2004 p.23).

Neste período áureo de comercialização e produção da borracha, acontecerá desapercivelmente um fato preponderante e interruptor da história do desenvolvimento econômico na Amazônia. Fato este, garantido pela intervenção e exploração das riquezas locais desenvolvidas pelos colonizadores do Vale Amazônico. Levaram de nosso solo as sementes originais das plantações de seringueiras para o Oriente, garantindo aos concorrentes do Brasil uma produção de 382 mil toneladas, desbancando a modesta produção brasileira de 34 mil.

A ameaça já vinha de longa data. Em 1873 e 1876, são levadas do Amazonas para Londres sementes de hevea e lá semeadas no jardim botânico de Kew (...) transportadas para Ceilão e Cingapura (...) dariam origem às plantações racionalmente conduzidas e selecionadas do Ceilão e da Malásia que desbancariam completamente a produção extrativa da América (PRADO: 1967; p. 239).

O que nos chama atenção neste período retratado tanto por Prado, como por Benchimol, é que ao apontar os dois grandes períodos em que ele define como os *períodos áureos da borracha*, 1912 e 1944, *I e II Batalha da Borracha*, é a significativa participação e contribuição do *cearense-nordestino* (1999: p. 65). O autor destaca estes nordestinos, dentre os outros povos aventureiros, que vieram em busca de trabalho e garantias de sobrevivência, alternativa à *seca do nordeste e a fome ou, simplesmente, devido o “apetite” pela seringa – imigração por cobiça e fortuna, ou simultaneamente por ambos.*

Benchimol retrata e aponta os povos que foram incentivados a migrar por distintos interesses para o Vale Amazônico, destacando os nordestinos que correram do sofrimento da seca e da fome e, encontraram uma realidade muito

parecida, considerando que aqui ficaram isolados em acampamentos nas matas, sentindo diretamente os reflexos da crise da borracha.

Segundo o autor, em 1892 foram registradas 13.593 migrantes, no triênio 1898/1900 foram registrados 88.709 migrantes nordestinos nos portos de Belém e Manaus, no auge desse movimento povoador. Ele continua seus registros de pesquisa, afirmando que a população nordestina chegou a alcançar 20% da população Amazônica da época. E que na I Batalha da Borracha (de 1900 até a depressão) foram deslocados 150 mil cearenses, enquanto na II Batalha (de 1941 a 1945) foram deslocados mais 150 mil nordestinos e incorporados no *“exercito de soldados da borracha”* sendo distribuídos e absorvidos pelo Pará, Amapá, Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima.

Dentro desse cenário, o Estado brasileiro irá, num futuro bem distante e tardiamente, assumir uma dívida com esta parcela da população, que foi pressionada a deixar suas origens e migrar, de forma aventureira para outras regiões brasileiras, para serem absorvidos enquanto mão de obra barata aos novos modelos de produção e, de introdução das indústrias nos parques a serem consolidados nos grandes centros urbanos.

Segundo Benchimol, estima-se que *500 mil nordestinos vieram “fazer” a Amazônia, representando assim o maior movimento humano nas imigrações internas da história brasileira, talvez superado somente por São Paulo (p.22).*

Nesse contexto, é possível identificar as diferentes formas de organização das populações na Amazônia, considerando que seus povos tradicionais foram dizimados ao longo deste processo de colonização e exploração. Poucos foram os que conseguiram sobreviver, e esses, por sua vez, precisaram se adaptar a novos costumes e valores impostos pelos europeus.

Considerando os objetivos deste estudo é necessário pontuar de forma breve o marcos da economia local, que deram origem a um deslocamento humano crescente, devido o *boom* da borracha. Esse primeiro, acima citado, demarcará os primeiros momentos do deslocamento humano decorrente ao ciclo da Borracha. Posteriormente, outros tipos de intervenções serão feitas para garantir a ocupação da Amazônia, motivações que sairão dos interesses estritamente econômicos e se consolidarão com os interesses políticos.

Becker (2004) pontua cronologicamente todas as iniciativas e incentivos do Estado para povoar a Amazônia. Destacando no processo de ocupação territorial, num período mais recente entre os meados de 1930 a 1966, com o surgimento da política de integração implantada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, quando vários fatores marcam as medidas que a esfera governamental tomou, no sentido de povoar a Amazônia e, finalmente integrá-la ao espaço nacional.

Ao compararmos Becker e Benchimol, identificaremos no período entre 1966 e 1985, a efetivação de um planejamento para a região com um *novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacional*. Neste período para acelerar a ocupação modernizam-se as instituições, cria-se a Zona Franca de Manaus – ZFM e programa-se a estratégia territorial.

A Zona Franca de Manaus – ZFM foi criada no final da década de 60, como mais uma das estratégias de integração da Amazônia ao novo modelo econômico adotado pelo país. Visando o desenvolvimento econômico e ocupação de uma região considerada “terra sem homens” ¹⁵, o Estado do Amazonas e, particularmente sua capital – Manaus experimentou uma série de ações estatais

¹⁵ Discurso que o Governo Militar, enquanto comandante do País, usava na articulação de integração, ocupação e de desenvolvimento econômico da Amazônia.

visando garantir condições necessárias e atrativas aos capitalistas que chegavam à região.

Dentre as várias condições de amparo e sustentação dos grupos capitalistas que vinham para Manaus, destaca-se o investimento que o Estado fez em abrir novas rodovias, projetos de colonizações e reforma agrária, exploração mineral e geração de energia.

Segundo Bentes (2005: p. 27) *o desenvolvimento da cidade de Manaus é muito semelhante à própria história da Amazônia*, permeada por intervenções de caráter modernizador, através de diferentes agentes que compõem a estrutura do Estado ou do capital nacional e internacional. O processo de acumulação e expansão capitalista, gerado ao longo da história local por estas intervenções, tem promovido, ao mesmo tempo, pobreza e desigualdade social, transformando a Amazônia num cenário que combina modernização e exclusão social.¹⁶

É por entendermos que a história da região está associada e entrelaçada ao processo e condições do envelhecimento populacional, é que sentimos a necessidade de pontuar os ciclos econômicos experimentados na região. Pois identificamos, que foram várias as intervenções, para ocupar os espaços vazios deixados pela dizimação dos povos originais da terra. E por isso afirmamos que o *ser velho, envelhecido e envelhescente* na cidade de Manaus não são os mesmos.

O migrante seringueiro viveu num contexto histórico diferente e distante do atual, mas contribuiu direta ou indiretamente para a organização e formação da cidade. Sabemos que o processo de urbanização e industrialização chegou muito

¹⁶ Norma Bentes é Assistente Social e realizou estudo sobre a realidade e os contrastes sociais da cidade de Manaus promovida pela Caritas.

depois, mas a nosso ver, foi ele que deu a conhecer este novo e futuro espaço a ser concebido como objeto de ocupação, urbanização e industrialização.

Esta compreensão baseia-se no pensamento de Sposito (2000) que diz que a formação da cidade é determinada pelo corte no tempo histórico, considerando todos os seus determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais. Estes determinantes são, por sua vez, construídos ao longo da história das organizações e aglomerados humanos, que estabelecem o processo de construção, transformação e reconstrução das cidades (IDEM).

Neste sentido, entendemos que tanto os europeus, como os seringueiros que foram impulsionados a migrar para a floresta, os trabalhadores e capitalistas que para cá vieram, modificaram a natureza, suas formas de organização e de relação produtiva, assim como, a si mesma.

Considerando os aglomerados humanos, que foram se formando ao longo desta história, é que identificaremos o trabalhador de hoje, *envelhecido, envelhescente, ser social* modificado pelas novas relações de produção transferidas, de um tempo e espaço histórico-econômico, totalmente diferente da realidade local atual; como aconteceu com o segundo ciclo econômico da Amazônia, já citado anteriormente e considerado o mais importante e contemporâneo: a era da globalização.

Ao abordamos a Zona Franca de Manaus – ZFM, como o segundo ciclo econômico da Amazônia mais importante, estamos nos referindo ao seu projeto original oficializado em 1957, que previa a participação e integralização dos demais Estados da região. Mas será através do Decreto-Lei nº. 288, de 28 de

fevereiro de 1967, que o Governo Federal irá ampliar e reformular seu projeto de legislação e criação¹⁷.

Mediante estas reformulações é que Manaus concentra o berço da estrutura administrativa do modelo Zona Franca. Em seu Decreto de criação são estabelecidos incentivos fiscais por 30 anos para a implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário no município da capital Amazonense. Posteriormente, a Constituição de 1988, estendeu o prazo por mais 25 anos, assegurando regime especial a ZFM até 2013, objeto em pauta constante do governo do Estado do Amazonas que foi estendido por mais 30 anos.

Compreendemos de acordo com Scherer (1989) que o processo de industrialização em Manaus vai ocorrer de forma tardia, pois o Brasil já havia sido absorvido pela economia internacional e, conseqüentemente, pela produção industrial. A abertura das fronteiras comerciais, já era uma realidade na economia internacional que se globalizava, porém a realidade vivida pelo brasileiro era a crise do governo militar, que lutava para se manter no poder.

Quando nos referimos a ZFM como importante polo econômico contemporâneo da globalização, queremos demonstrar que, este projeto veio a ser instrumento articulador e integralizador da reestruturação produtiva que já se operava nas relações internacionais. O mundo já estava vivendo transformações

¹⁷ Scherer (1989) realizou estudo sobre Zona Franca de Manaus e os impactos sociais gerados ao longo de seu desenvolvimento, destacando a condição de vida dos trabalhadores empobrecidos na cidade de Manaus. Considerando que a ZFM continua sendo atrativo para muitos trabalhadores que veem iludidos e despreparados para serem absorvidos por este mercado exigente e excludente, e acabam pelas ruas mais empobrecidos e dessassistidos pelo Estado, um Estado Mínimo que transferiu suas responsabilidades para sociedade conforme preconiza a política econômica vigente.

profundas, devido à nova divisão internacional do trabalho que era dinamizada pelos meios de comunicação e pela revolução tecnológica¹⁸.

Neste sentido, entendemos que a ZFM teve como meta garantir a superação de um processo de industrialização e internacionalização tardia da região, que sempre foi presente na agenda internacional e, o seu desejo de incorporá-la à dinâmica do desenvolvimento capitalista mundial.

São muitas as contradições da política econômica no contexto local, pois do ponto de vista cronológico, percebemos que o período de criação e implantação, ampliação e reformulação da ZFM foram um período de várias crises no governo militar. Posteriormente na década de 80, (com enfraquecimento do governo militar, conhecida como abertura política), incorpora-se novos conflitos devido à emergência dos movimentos sociais e populares que fomentaram a Constituinte e ameaçaram os capitalistas, que conceberam a década como economicamente perdida.

Na década seguinte, 1990, com a era Collor segue-se a formalização do contexto político econômico, que já vinha se formando no mundo, e que, chegou à ZFM, causando desemprego em massa devido às transformações no mundo produtivo e trabalhista.

Este estudo não pretende aprofundar as discussões referentes à globalização econômica e a política neoliberal, nem de termos no processo histórico detalhado desse período, citado anteriormente. Mas de destacar as razões que fizeram os trabalhadores deixarem suas terras de origem e, migrarem,

¹⁸ Na década de 70, no cenário internacional, acontece a recessão econômica. Porém só nos anos 80 é percebida no Brasil, tendo como um dos fatores justificadores de seu “atraso” o crescimento do PIB durante o período do milagre econômico brasileiro.

deixando suas famílias e, buscarem por melhores condições de vida e de sobrevivência.

Os trabalhadores que foram estimulados à migração, em sua maioria não foram absorvidos pelo mercado de trabalho industrial, fazendo com que se voltassem para o trabalho precário e flexibilizado. Gerando impacto social e ambiental no centro urbano da cidade de Manaus, *lócus* centralizador e concentrador do Pólo Industrial instalado pela Zona Franca¹⁹.

Considerando esta realidade procuramos refletir sobre este trabalhador, enquanto *ser social, envelhecido* e ou *envelhescente* como resultado das históricas migrações buscando por melhores condições de vida.

1.4 Condições de Vida e a proteção da Velhice Pobre

As reflexões construídas neste estudo sobre o processo de envelhecimento e a proteção da velhice pobre no contexto Amazônico são pertinentes, se considerarmos as especificidades locais e, os reflexos de suas interferências no cotidiano das relações construídas nestas sociedades. Sejam elas, relações de trabalho, sejam elas relações afetivo-familiares, sejam elas, simplesmente e tão somente relações de interesses e de sobrevivência.

Estas reflexões são necessárias ao ponderarmos sobre os tipos de velhice e formas de envelhecimento, promovidas ao longo processo histórico-político econômico de formação e ocupação da Amazônia, conforme abordado pelos

¹⁹ A década de 90 é o período de muitas demissões no Polo Industrial da ZFM. Com a abertura das fronteiras comerciais e a livre concorrência, são integralizadas novas formas gestão das relações produtivas e com isso muitos trabalhadores locais são prejudicados. As organizações sindicais fragilizam-se, diante da reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho, ancorado no neoliberalismo no cenário brasileiro e perdem o poder de negociação e suas novas formas de relacionamento.

estudiosos citados. Identificamos que os autores entram em consenso ao afirmarem e destacarem o grande movimento humano migratório em busca de trabalho, moradia e alimento, condições necessárias ao direito à vida.

A trajetória da proteção da velhice no cenário global e local não foi muito diferente. Assim como no mundo Europeu, aqui no Amazonas, e mais precisamente no contexto urbano de Manaus, a velhice sempre foi associada à doença e a incapacidade para o trabalho. Como podemos perceber junto aos autores abordados, o trabalho e as relações de produção fazem parte da construção do *ser social* em toda a história da humanidade. Consequentemente, o *ser velho* é produto processual desta construção histórica.

Neste sentido, para compreendermos a proteção da velhice pobre na cidade de Manaus é necessário concebê-la como uma construção histórico-política e cultural. Esta afirmação fundamenta-se nos estudiosos citados que destacam o movimento migratório de populações distintas como resposta aos incentivos do Estado brasileiro e seus esforços para ocupar os espaços vazios deixados pelos povos dizimados na era colonial.

Como consequência destes grandes movimentos humanos, que são mais intensos após a criação da ZFM, percebemos junto às leituras realizadas que o êxodo rural e o processo migratório se dão, tanto no contexto dos municípios do Estado do Amazonas, como de outros estados, uma vez que, muitos dos trabalhadores migrantes na capital não são absorvidos pelo mercado local.

As condições de vida destes trabalhadores naturais de outras regiões, contribuíram para um aceleração do processo de envelhecimento dos mesmos, demandando a criação de equipamentos sociais que pudessem atender as suas necessidades vitais, como: alimento, moradia, saúde, e etc.

Conforme Kauchakje apud Lopes & Gomes (2010, p.23):

As necessidades são próprias da condição humana, ou seja, os homens necessitam de alimento, abrigo, reprodução e saúde, além de autonomia e liberdade (...) as demandas são produtos das relações sociais e estão ligadas às carências. Por exemplo, todas as pessoas têm necessidades, regularmente, de alimento de qualidade, no entanto algumas são carentes de alimento, e isso ocorre nas estruturas econômicas e nas políticas nacionais e internacionais que causam graves desigualdades no tocante à distribuição de riquezas produzidas socialmente, bem como ao acesso a ela e aos recursos sociais, culturais e naturais.

Trabalho, moradia e alimento são necessidades comuns à condição humana de todo *ser social*. Essa afirmação baseia-se na discussão realizada por Arendt (2007: p.15-20) ao designar as três atividades humanas fundamentais a partir da expressão *vida activa*, pontuando o *labor*, o *trabalho* e a *ação* como estas atividades humanas fundamentais e que correspondem às condições básicas da vida do homem na terra.

Ao descrever cada atividade Arendt define a condição humana de cada uma. O *labor* tem como *condição humana a própria vida*, ou seja, são todas aquelas atividades relacionadas às *necessidades vitais*, como por exemplo – a alimentação, que corresponde parte do *processo biológico do corpo humano produzido e introduzido pelo labor no processo da vida*. Por sua vez esta necessidade vital, de sustentação do corpo humano, é garantida pela segunda condição humana – o *trabalho* que para a autora é a *mundanidade*. Ou seja, a *produção de um mundo artificial de coisas – o trabalho e o produto, e o artefato humano* – produzidas pelo próprio homem que entra em contato com a natureza e retira dela seu alimento, tornando-o condição necessária de sua própria existência.

Arendt destaca a *ação* como uma terceira *atividade humana fundamental e única que se exerce entre homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, e que sua condição humana é a pluralidade*. Ou seja, a *necessidade humana de viver e de estar junto* com o seu semelhante, que apesar de ser seu semelhante, não é igual a você, é outro ser – *um corpo político*, pois pensa e vê o mundo sob outro olhar e, ao viver e relacionar-se com o outro, registra a *história da existência humana* na memória uns dos outros, garantindo sua continuação nas gerações futuras.

Ao continuar pontuando as três atividades humanas, a autora ressalta a íntima relação das mesmas com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade. Se acompanharmos seu raciocínio, perceberemos que uma é consequência da outra, ou melhor, uma é condicionada à outra, pois o homem é um ser condicionado, e tudo aquilo que ele toca ou, se relaciona, torna-se condicionante à sua existência humana.

Neste sentido, entendemos que o movimento humano migratório que trouxe os trabalhadores de outras cidades em busca de trabalho, moradia e alimento para o centro urbano de Manaus, e que não foram absorvidos pelo mercado local, passam por um processo acelerado de envelhecimento. Processo este que se justifica a partir das condições de vida destes seres humanos, que não estão sendo percebidos como humanos. Seres humanos condicionados a pobreza²⁰ decorrente da produção de um sistema excludente, produzido pelo

²⁰ A respeito da condição de pobreza no cenário brasileiro, Pereira, discute sobre os diferentes conceitos de pobreza e as contradições metodológicas cometidas por alguns pesquisadores. Ela reforça a necessidade de diferenciar os conceitos correlatos como exclusão social e desigualdade, e traduz o conceito de pobreza dizendo que “os indivíduos, famílias e grupos podem ser considerados pobres quando lhes faltam recursos para obter uma dieta básica, participar socialmente e ter condições de vida que podem ser legitimadas pela sociedade a qual pertencem” (tradução livre de Townsend (2006: p. 231).

próprio homem na sua relação com a natureza e, no desenvolvimento de suas atividades condicionantes da vida entre homens.

Na história da humanidade são muitos presentes os relatos referentes a movimentos humanos, pessoas em constante situação de trânsito de uma localidade para outra, em busca de melhores condições de vida e de dignidade. Essas pessoas que não tem sua história registrada na memória das sociedades são pessoas pobres, pessoas que foram excluídas de suas relações afetivo-familiares, do mercado e sem condições de socialização.

Castel (1998) caracteriza a exclusão social como uma situação extrema de ruptura das relações humanas e materiais, porém segundo seu pensamento, se estes pobres conseguem ser absorvidos pelo mercado e mantêm suas relações sócio afetiva e familiar, não pode ser considerado excluído.

Esta abordagem de Castel nos remete a discussão realizada por Pereira & Pereira (2006)²¹ quando critica as contradições de alguns pesquisadores no que se refere ao conceito de pobreza, exclusão social e desigualdade social. Segundo seus estudos a pobreza pode ser relativa ou absoluta, a exclusão social baseia-se na visão de Castel – quando ele afirma que nem todo pobre é necessariamente excluído, ele só é considerado excluído, quando vivencia uma ruptura extrema de todos os seus laços familiares, afetivo e possibilidades de inserção no mercado e participação social.

²¹ Esta referência compreende as duas publicações utilizadas durante nosso estudo: a primeira refere-se a obra "*Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*", da Prof^a. Dr^a. Potyara Amazoneida P. Pereira – Bacharel em Serviço Social e Direito, Mestre e Doutora em Sociologia pela UnB, e possui Pós-Doutorado em Política Social pela Universidade de Manchester – Grã-Bretanha, é Professora Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Social – NEPPOS; e o artigo "*A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro*", de Camyla Potyara Pereira – Socióloga, Mestre em Política Social pela UnB, pesquisadora do NEPPOS pela mesma Universidade, e membro da equipe da Coordenação de Regulação do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (SNAS/MDS).

No que diz respeito à desigualdade social ela irá definir que é a consequência do próprio modelo de sociedade capitalista, na qual a distribuição de renda acontece de forma desigual, e, é estabelecida pelas relações de poder constituída pela política econômica neoliberal. Sendo assim, a pobreza sempre irá existir neste tipo de sociedade, sendo necessário não naturalizar e/ou banalizar as condições de vida, em que se encontram estas populações pobres.

Pereira concebe a pobreza a partir de sua associação ao conceito de necessidades humanas desenvolvido pelo economista inglês Ian Gough (1999, apud Pereira: 2006; p. 234).

(...) defende a universalidade e a objetividade dessas necessidades para além das diferenças culturais e históricas (...) o que pode variar são as formas de satisfação dessas necessidades básicas, e não as necessidades em si (...) necessidades básicas são aquelas que se não forem devidamente satisfeitas, implicarão sérios prejuízos à vida material e a autonomia do ser humano.

Diante desta concepção, voltamos ao envelhecimento em construção no centro urbano da cidade de Manaus, como resultado do movimento humano migratório incentivado ao longo da história pelos ciclos econômicos locais e, pela ausência de políticas públicas na sua cidade de origem. A condição de pessoas em trânsito²² devido à busca de trabalho e a dificuldade de inserção no mercado,

²² Esta nomenclatura é muito utilizada pelos cadastros sociais das pessoas que passam pelas casas e abrigos em busca de proteção e apresentam dificuldades de documentação afirmando estar de passagem ou em busca de trabalho. Muitos destes ficam temporariamente nestes abrigos, que tem como regra institucional a permanência dos indivíduos num período mínimo de oito, ou máximo de quinze dias, e depois voltam às ruas. Os abrigos de passagem têm como prioridade amparar temporariamente as pessoas doentes trasladados dos municípios do interior do Estado do Amazonas, dando suporte parcial aos mesmos e seus acompanhantes durante o tratamento de saúde. Portanto, eles recebem outros tipos de encaminhamentos decorrentes de casos sociais específicos, mas não têm obrigação (sic) e sequer condições estruturais para atender a este tipo de demanda que é diária. As pessoas que afirmam estar em trânsito e buscam a rede de serviços, adentram a todos os órgãos estaduais e municipais que tomam conhecimento, ou mesmo procuram nas escolas e igrejas o suporte necessário e, acabam sendo reencaminhadas ao Serviço Social das unidades assistenciais da cidade de Manaus.

considerando a falta de qualificação, são razões que contribuem para o aumento de populações de rua e de ocupações/invasões em áreas de risco.

Essas populações acabam se submetendo a todo e qualquer tipo de “trabalho”, sem segurança, abrigo e proteção. Ficando em situação de mendicância e sem a garantia do alimento diário, fundamental para a satisfação de suas *necessidades básicas* como a garantia de sua *saúde física* e de *autonomia*²³. Estas populações ainda não estão em estado de velhice²⁴, mas vivenciam um processo acelerado de envelhecimento, acrescido de uma forte carga de patologias, decorrentes de suas condições de vida.

As populações em constante situação de trânsito, que migram de um lugar para outro, buscando por alternativas de sobrevivência, compõem a história da humanidade. São indivíduos pobres que são excluídos e discriminados por vários fatores e justificativas: seja por perda dos vínculos familiares e afetivos decorrentes ao abandono e descaso, dependências químicas ou violência doméstica, seja pela ausência de trabalho, ou seja, por comprometimentos de saúde física ou mental. Em quaisquer das situações, são seres humanos e como tais têm necessidades básicas fundamentais à sua existência. Porém, nem

²³ Pereira ao refletir sobre as *necessidades humanas básicas* desenvolve seus estudos a partir dos ingleses Doyal e Gough, concluindo junto com os autores que as necessidades básicas são *objetivas*, porque sua especificação teórica e empírica independe de preferências individuais. E são *universais*, porque a concepção de sérios prejuízos, decorrentes de sua não-satisfação adequada, é a mesma para todo indivíduo, em qualquer cultura. Portanto, segundo os autores só existem dois conjuntos de necessidades básicas: *objetivas* e *universais* – que devem ser concomitantemente satisfeitos para que todos os seres humanos possam se constituir como tais – *humanos* – e realizar qualquer outro objetivo ou desejo socialmente valorado. São eles: *saúde física* e *autonomia*. Estas necessidades não são um fim em si mesmo, mas precondições para se alcançarem objetivos universais de participação social. Pereira continua suas reflexões citando Cabrero, ao afirmar que estas *necessidades humanas básicas* são também, “direitos morais que se transformam em direitos sociais e civis mediante políticas sociais” (2006: p. 68).

²⁴ É necessário registrar a diferença do estado de velhice, ou o estabelecimento e a caracterização comprovada de uma idade cronológica preconizada pelas políticas de proteção ao idoso que definem como critério de inclusão a faixa etária de 60 anos. Como diz Medeiros, todos nós temos o tempo interno (Kairos) e o tempo externo (Kronos), para sermos reconhecidos na sociedade em que vivemos; temos que cumprir e atender a determinadas concepções e regulamentações. A velhice é um estado ou fase cíclica comum a vida de todo ser, enquanto o envelhecimento é um processo, que será construído, segundo a história de vida do indivíduo, seus hábitos, costumes, valores, e principalmente suas condições de vida no sentido pleno da vida humana.

sempre são vistos pela sociedade e pelo Estado como sujeitos de direitos e seres humanos, pois a pobreza tem sido naturalizada e banalizada entre os homens.

Diante desta realidade é que será protegida a velhice pobre, como resposta tardia, a uma condição de vida de subsistência carregada de preconceito e marginalização. Onde o *ser velho* será responsável pela sua condição de velhice pobre e necessitado do suporte do Estado. Neste sentido a velhice será tratada e concebida sob o mesmo olhar que concebeu a *lepra* e a *loucura*, contribuindo para a negação da velhice²⁵ de si e do outro.

Para entender a proteção da velhice é necessário retornar a origem e modelos dos equipamentos sociais criados como resposta a uma problemática social que será repudiada como uma doença contagiosa. É neste sentido que comparamos as intervenções realizadas junto aos velhos pobres, tanto pela Igreja, como pelo Estado, com as intervenções realizadas junto aos *loucos* e *leprosos*.

Entendemos que o preconceito e a discriminação devido a falta de conhecimento sobre a pobreza, assim como ocorreu com a lepra e a loucura, contribuíram para a perpetuação dos estigmas e o descaso da sociedade e do Estado. Na história da humanidade, foram várias as explicações para justificar a existência dessas questões, explicações baseadas numa visão de mundo

²⁵ A negação da velhice é fruto da construção histórica de uma velhice decrepta, incapaz e senil associada a história da mendicância e dos asilos muito parecidos com os manicômios e albergues. Este sentimento de rejeição de reconhecimento de seu próprio envelhecimento faz com que os indivíduos demorem a buscar pelos serviços de prevenção de uma velhice saudável. Muitas pessoas que fazem parte de um programa de promoção social e de qualidade de vida foram encaminhadas pelo seu médico ou psicólogo devido algum tipo de intercorrência de complicação de saúde. Ocorre que, quando o idoso faz parte deste programa e, começa a apresentar dificuldades para acompanhar e participar de todas as atividades oferecidas e desenvolvidas com o grupo, este idoso passa a ser discriminado pelo próprio grupo, e por alguns profissionais despreparados, que os responsabiliza pelas suas limitações, e encaminham este idoso ao Serviço Social – ação esta que reflete a concepção sobre a velhice e sobre a profissão que é associada ao *cuidado* e a *ajuda dos pobres*. Por outro lado, temos no grupo, idosos que fazem esforço físico em demasia, através de diversas atividades oferecidas, e muitas vezes por temer ser mais um velho doente, ele acaba se sobrecarregando fisicamente, esquecendo que o envelhecimento é individual, particular e, personalíssimo. Portanto os conceitos desenvolvidos nestes grupos como *terceira idade* e *melhor idade* são formas de negar a velhice.

estabelecida a partir de padrões sociais e morais que não podiam ser desrespeitados e ignorados pelos indivíduos.

Em Foucault (1972)²⁶ conseguimos identificar estas práticas desumanas na criação destes equipamentos institucionais originados com os leprosários que apesar de extintos guardaram entre suas paredes as memórias ruins e o vazio deixado pela lepra. Estes mesmos lugares foram reformados e reutilizados para conter a loucura, um fenômeno que, assim como a lepra, era incompreensível aos olhos morais da sociedade. A internação e posteriormente a divisão dos internos mediante a identificação e a caracterização de algumas patologias estudadas naquele contexto contribuíram para o surgimento dos asilos e manicômios.

E junto aos enclausurados pela loucura, reconhecemos os velhos pobres que devido às condições de vida passaram a desenvolver vários tipos de patologias físicas e mentais, num período em que a ciência ainda não sabia identificar e intervir adequadamente. Como, por exemplo, hoje sabemos que são comuns alguns idosos desenvolverem tipos distintos de demências, como Alzheimer e Parkinson, porém naquele contexto, tudo era concebido como loucura, independente de faixa etária ou condições de gênero.

O marco histórico da proteção da velhice se dará com a criação da Lei dos Pobres (Poor Law – 1601) como uma resposta demagógica, a catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns, que assistiram a transformação e perda de seus valores e hábitos adquiridos em suas terras de origem. Com a

²⁶ Michel Foucault discorre sobre a “História da Loucura”, retratando um contexto histórico político em que Estado e Igreja tentavam justificar a emergência de uma questão social que ninguém conseguia entender e / ou responder adequadamente, ou conter seu desenvolvimento crescente deixando a sociedade mais insegura por não compreender que não se tratava de uma epidemia biofisiológica como se dera com a lepra. Mas uma epidemia biopsicosocial, diante das condições de vida de pessoas que migravam de um lado para outro em busca de uma referência e de garantias de sua saúde física e de autonomia. Pessoas que perderam sua referência de identidade, despossuídas de todas as suas necessidades vitais e sem saber onde encontra-las nos centros urbanos desconhecidos que se formavam e cresciam cada vez mais.

intervenção e inversão dos valores e uso da terra, essas pessoas tornaram-se dependentes, uma vez que o homem pobre teve a garantia de sua choupana e o nobre seu progresso (POLANY:1980, p. 52).

O estabelecimento desta Lei pela rainha Elizabeth I no século XVII fez o Estado ser obrigado a manter um sistema de assistência social aos pobres. E no século XVIII foram criadas as *Workhouses* que deveriam utilizar os recursos arrecadados pela Igreja nas comunidades, e distribuir aos pobres para que os mesmos tivessem condições de ser encaminhados para o trabalho, *contudo este ideal nunca foi atingido, pois as casas usavam de coerção aos mendigos desocupados* (BARRETO apud CORDEIRO, 1998, p. 27).

As *Workhouses* denominadas por Barreto (1989) como *casas dos pobres*, eram na verdade *casa de trabalhos forçados*. Nesse período, a ideia de que a caridade poderia ser a solução da pobreza, já não prevalecia, mas sim o pensamento liberal do capitalismo: *o pobre era precisamente, o homem que não trabalhava e por essa razão vivia da benevolência pública*. E para acabar com a pobreza seria dever dos cristãos *dividir os condados, agrupar as paróquias, estabelecer casas de trabalho forçado. Ninguém deverá mais mendigar. E ninguém será tão fútil, nem quererá parecer tão pernicioso aos olhos do público que dê esmolas a esses mendigos* (IDEM, p.28).

É bem verdade que o contexto inglês será outro, assim como no restante da Europa, porém conforme Pereira (2006) o fenômeno da pobreza é mundial e surgiu com as primeiras sociedades. Ela diz que *ser pobre no Brasil pode não significar a mesma coisa que na Inglaterra*, e, é por defendermos esta ideia somada a conceituação da OMS(2002) de enfatizar a importância de distinguir a idade cronológica dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, que

entendemos ser necessário tratar das especificidades de uma velhice pobre construída em nossa região.

Pereira(2006) cita a teoria Malthusiana²⁷ que defende que os pobres precisam ser educados para refrear seus impulsos sexuais, do contrário deveriam ser deixados a própria sorte, para que o equilíbrio entre a produção dos alimentos e de pessoas fosse restabelecido de forma natural. Ela também menciona a teoria do darwinismo social²⁸, baseada na teoria da seleção natural das espécies de Charles Darwin, considerava que deveriam sobreviver somente os mais fortes. Ou seja, estas teorias inspiraram não só o mundo Europeu, como as nações mais pobres, e que como pobres subordinados e domesticados através das históricas colonizações, reproduziram estas ideias por muito tempo, e muitos homens ainda pensam desta forma.

Estas teorias inspiraram muitos gestores ao longo da história e tornaram-se a marca dos equipamentos sociais, criados para conter e abrigar a população pobre, independente de faixa etária, como verificamos em Foucault, que identificou na história da loucura diferentes patologias e condições de vida, que se misturaram com a loucura devido a falta de conhecimento.

Os economistas ingleses tiveram grande influência na política econômica europeia, fundamentando as medidas de *enfrentamento da pobreza* adotada por aqueles países e, inseridas na América Latina de forma gradativa. Os modelos e formas de colonização e ocupação das terras latinas foram desenvolvidas pelos

²⁷ Pereira cita Thomas Robert Malthus (1766-1834), economista inglês defendia que a população aumentaria em progressão geométrica enquanto que a produção de alimentos, em progressão aritmética, causando a escassez de alimento.

²⁸ Na mesma perspectiva Malthusiana, o sociólogo Herbert Spencer (1820-1903) vai conceber a teoria do darwinismo social, baseada no pensamento de Darwin, e por isso defendia a sobrevivência dos mais fortes em detrimento dos mais fracos – os pobres. Esta era a base do pensamento econômico vigente que defendia a retirada de responsabilidade do Estado sobre a condição de pobreza da população, e que o Estado não deveria criar políticas de combate a pobreza. (notas de Pereira, 2006 p. 232).

europeus, garantindo a importação dos ideais liberalistas, que sempre se fizeram presentes nas ações do Estado brasileiro e da Igreja junto às organizações laicas²⁹.

A visão econômica europeia se refletiu nos ciclos econômicos marcantes da história local a partir do século XVIII e, se estenderá até a contemporaneidade. Eles determinaram a criação de abrigos para os pobres mendigos, gerados pelo sistema capitalista impetrado tardiamente³⁰ em nossa sociedade. A cada crise econômica, os trabalhadores migrantes ficavam a margem da sociedade, perdidos de suas famílias e em situação de extrema pobreza.

Os detentores da riqueza produzida na região, articulados junto às entidades representativas da Sociedade Econômica (Maçonaria), fundaram o primeiro Asilo de Mendicidade³¹ (1909) na cidade de Manaus. Tendo como

²⁹ O Liberalismo é doutrina econômica que defende a existência de uma ordem natural para os fenômenos econômicos, a qual tende ao equilíbrio pelo livre jogo da concorrência e da não-intervenção do Estado. As ideias e doutrinas liberais foram sendo aplicadas na prática de algumas sociedades nacionais concretas, constituindo-se num sistema político, econômico e social, na concepção política, ideológica, econômica e institucional do capitalismo. Seus eixos básicos são: a) o individualismo (confere primazia absoluta ao indivíduo, deixando o coletivo ou social relegado a um plano secundário); b) a liberdade de pensamento e de expressão; c) a livre iniciativa, desembaraçada dos empecilhos da ação do Estado; d) a propriedade privada dos meios de produção; e) a livre concorrência; f) um Estado reduzido (o Estado Mínimo), apenas responsável pela manutenção da ordem interna e da segurança externa (BRUM: 1997; p. 26-27).

³⁰ O capitalismo passou por três momentos fundamentais, e cada um deles tem significado uma expansão dialética em relação aos períodos anteriores, o que envolve mudanças e manutenções: Capitalismo de Mercado; Estado Monopolista ou Imperialismo; e Capitalismo Tardio. Esse último marcado por uma prodigiosa expansão do capital até zonas antes não mercantilizadas, convertidas agora em áreas de reprodução do capital. O sentido do capitalismo tardio refere-se às especificidades do capitalismo latino-americano, pelo seu ponto de partida, que é a condição de economias exportadoras e por seu momento histórico de emergência, quando o capitalismo monopolista torna-se dominante em escala mundial, portanto, ocorrendo uma industrialização capitalista retardatária em relação às outras formações capitalistas europeias, e com características de dependência dos capitais estrangeiros (TEIXEIRA: 2008, p.123).

³¹ Ao estudarmos sobre as demandas da velhice pobre na cidade de Manaus, e a criação dos asilos no contexto Amazônico, identificamos alguns traços dos albergues, casas de trabalho e/ou asilos europeus encontrados nos estudos de Foucault. Pobres mendigos e pendintes foram institucionalizados de forma violenta, confundidos com os loucos, pessoas ainda jovens que foram recolhidas das ruas pelas “manduquinhas”, separadas de seus familiares, e levadas para os asilos de mendicidade porque eram considerados incapazes. Comprovamos isto com uma residente da FDT: (LC, 75 anos), que foi trazida por sua “tia” ainda menina, para trabalhar em casa de família, porém não tinha paradeiro certo e acabou sendo levada para o asilo. Segundo a idosa, quando ela foi morar na Instituição, era um grande galpão de madeira coberto de zinco construído ao lado da Fundação Allan Kardeck, onde é hoje o HPS 28 de Agosto. Disse que todos moravam em pavilhões coletivos, homens e mulheres, todos misturados, e ela por ser mais jovem tinha que ajudar no trabalho com os acamados. Porém, foi com a construção e transferência dos residentes para o prédio novo da FDT, que ela reencontrou seus dois irmãos perdidos durante a infância. A idosa disse que apesar dos anos passados não ficou muito feliz de reencontrá-los, pois os dois estavam totalmente acamados, cegos e “caducos”. No dizer da idosa, com a identificação dos vínculos familiares existentes e a

orientação da política econômica local, retirar os pedintes e mendigos da rua independente de faixa etária, condição de gênero e de saúde.

A Igreja, por sua vez, também criou outro espaço de atenção aos pobres envelhecidos e perdidos de suas famílias. Porém diferentemente da realidade europeia, atuou mais diretamente e especificamente voltado ao gênero feminino, considerando o expressivo número de viúvas e crianças abandonadas à própria sorte no contexto Amazônico. O Lar das Viúvas foi fundado e comandado pela Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP, inspirada por Ozanan, instaurado no Brasil pela Congregação N^a. S^a. da Conceição no Rio de Janeiro (1898).

Porém os dois modelos de abrigos serão construídos e instituídos a partir de filosofias distintas, e para públicos com perfis distintos. O primeiro modelo será instituído pela Maçonaria em parceria com a Sociedade Kardecista, seguindo os princípios dos chamados manicômios. Um sistema em que o indivíduo era considerado *preguiçoso* ou *louco*, incapaz de decidir seu destino, precisava ser orientado e monitorado em regime de enclausuramento. O público interno não tinha direito de escolha, direito de ir e vir, suas decisões eram tomadas por familiares ou responsáveis. Muitos eram recolhidos das ruas devido a criação da lei que proibia a mendicância (CORDEIRO: 1998, p. 35).

O segundo modelo, vinculado a Igreja e o movimento de mulheres da alta sociedade, será através do movimento católico, que criará com apoio das primeiras damas, o *Lar das Viúvas*. Diferentemente dos demais, as viúvas iam para a instituição com seus filhos, sendo orientadas a cuidar dos mais velhos do lar, e ainda precisariam pensar no que fazer com os meninos, pois estes ao alcançarem certa idade, não poderiam mais permanecer no abrigo.

condição de dependência, ela passou a ter que assumir total cuidado com eles dentro da instituição e seu trabalho triplicou, pois devido à “caduquice” eles a beliscavam na hora do banho.

Os abrigos, asilos, manicômios ou albergues, sejam quais forem as nomenclaturas utilizadas em cada sociedade, vão surgir exatamente neste contexto de degradação humana. Com a mudança no modo de produção, o trabalhador perde sua capacidade criativa de produção, ficando limitado a partir das novas relações de trabalho, e, portanto dependente deste novo modelo de organização social. Muitos acabam nas ruas, mendigando alimento e moradia, outros, caem na criminalidade devido à violência gerada pela ausência de formas alternativas dignas de sobrevivência (RODRIGUES: 2002 p. 36).

Ao longo das reflexões feitas a partir deste fenômeno, compreendemos que os trabalhadores do passado, tanto no mundo Europeu, como na Amazônia, chegaram ao estado processual de velhice. Aqueles que conseguiram realizar o sonho de resgatar suas famílias, se vivos, estão em situação de pobreza e dependência junto a elas. Por outro lado, aqueles que não conseguiram, tornaram-se *rebotelhos* jogados em asilos e albergues, conforme reflexões de Beauvoir (1990) nos anos 60 no Estado Providência da França.

A proteção da velhice e do envelhecimento no contexto Amazônico não pode ser tratada ou pensada segundo o modelo Europeu, apesar de suas semelhanças histórico-político e econômico. Pois a velhice daqueles, se deu em seu próprio espaço cultural, as mudanças nas relações de produção e de poder forçaram a constituição de um novo modelo de sociedade, sem que precisassem sair de seu habitat natural (RODRIGUES:2002).

Por outro lado, em nossa região, ocorreu mudança no meio natural de vida dos trabalhadores, não somente na relação de produção, mas também, na concepção e formação de suas relações afetivas, produtivas, culturais e com o meio (que veremos no capítulo 3).

Capítulo II

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS NO CENÁRIO BRASILEIRO

Ao estudarmos a velhice e o envelhecimento construídos no cenário brasileiro, e mais especificamente no centro urbano de Manaus-Amazonas, percebemos as necessidades individuais e coletivas de trabalhadores envelhecidos, que demandam por serviços de atenção e proteção diariamente nas unidades de assistência.

Desta forma discutiremos as políticas públicas existentes de atenção ao idoso a partir da Constituição Federal de 88 e as entidades e organizações de idosos que pretendem garantir o controle social destas políticas.

2.1 O direito a velhice e as legislações para idosos

Para compreendermos a construção das políticas públicas para idosos no Brasil é necessário articularmos nossas leituras com a concepção da questão social na América Latina. Pois segundo Wanderley (2000: p. 51),

(...) entender a questão social hoje na América Latina exige uma revisitação crítica da ação dos sujeitos e dos processos histórico-culturais que instituíram as sociedades do nosso continente. Mesmo porque a situação atual, com todas as mudanças que devem ser incorporadas na compreensão dessa questão, guarda traços indeléveis dessa longa história que a condiciona: colonização, lutas pela independência, modos de produção, formas de dependência, planos de desenvolvimento, tipos de Estado, políticas sociais, etc.

Como podemos perceber Wanderley³² enfatiza a necessidade de situarmos a questão social no tempo e espaço histórico-cultural, pois como apresentamos no primeiro capítulo, nossa região passou por muitas interferências externas, devido os episódios de colonização e exploração da borracha.

Ao retratarmos a velhice e o envelhecimento no contexto Amazônico, pontuamos que a realidade e o destino do *ser velho* produzido na região é comum aos velhos europeus. Porém é necessário reforçar, que as semelhanças decorrem da condição de pobreza e exclusão social, promovida pelo modelo de sociedade produtiva que se constituiu naquele cenário. Enquanto que no Brasil esta proposta de sociedade produtiva chega tardiamente, ocasionando mais mazelas sociais, somadas à extrema condição de pobreza que muitos ficaram na região local, devido à forma de exploração econômica, entre eles, os conflitos e lutas por terras e riquezas naturais e suas consequências.

³² Ao citarmos este pensamento do autor, buscamos articular sua concepção sobre a questão social, exemplificando e pontuando as expressões da velhice produzida ao longo da história local. No primeiro, este velho foi fruto das relações de exploração e trabalho forçado nos seringais e que posteriormente com a decadência deste primeiro ciclo econômico foi percebido o contingente de mendigos e pedintes vagando pelas ruas e que assim como no mundo Europeu demandaram pela criação de asilos. Num segundo momento da história, identificamos o velho migrante e/ou em transito, que veio em busca de trabalho na indústria, mas que devido à falta de qualificação foi descartado pelo mercado formal e acabou ficando nas ruas, reinventando formas de geração de renda no mercado informal e que não consegue retornar as suas origens, e terminam seus dias transitando de instituição para instituição em busca da garantia de suas necessidades básicas e humanas.

Esta afirmação fundamenta-se em Wanderley (2000: 61-62), quando diz que,

A questão social latino-americana se põe no espaço e no tempo, diferentemente da realidade europeia, na instituição da nacionalidade, da esfera estatal, da cidadania, da implantação do capitalismo. Em consequência, ela deverá ser entendida e datada de modo distinto, tendo em vista as suas particularidades, mesmo sabendo que ela tenha ganho foros de emergência pública e tenha sido nominalmente reconhecida como tal num momento preciso da história europeia, em que se consagrou a expressão. Poder-se-ia ainda dizer que, convergindo com a concepção clássica elaborada nas latitudes da Europa, ela assumirá na América Latina características semelhantes às de lá a partir da efetivação da industrialização e da implementação do capitalismo tardio em nosso continente; com a presente fase da mundialização do capitalismo, ao menos nos setores mais modernizados, ela vai se identificar de forma crescente, em diversos aspectos, com o formato de sua constituição nos países do chamado primeiro mundo.

Neste sentido, perceberemos que mesmo tardiamente, o capitalismo irá promover a desarticulação de vidas humanas e de seus laços afetivos familiares. Esta situação irá demandar a necessidade de intervenção por parte do Estado, porém será este o foco abordado pelo autor que vai chamar atenção sobre o sujeito da ação segundo uma determinada realidade.

Sendo necessário refletir e ponderar: quem será este *ser social* construído nestas relações tão conflituosas e distintas? E o Estado? Que Estado é este, de que tipo de Estado está falando? E que tipo de relações foram construído com a Sociedade Civil? Estas indagações e reflexões apontadas em relação à América Latina, em seu sentido geral e global, são fundamentais para nós, no sentido mais restrito e delimitado. Aqui no Brasil, e mais precisamente, aqui no Amazonas. Que

tipo de Estado foi instalado, diante do contexto histórico-político e econômico brasileiro, e diante da realidade fronteiriça do Amazonas³³.

A compreensão destas indagações são necessárias, e fundamentais para a alcançarmos os objetivos propostos, uma vez que as políticas públicas construídas ao longo da história brasileira são reflexos do processo de colonização, exploração, e, posteriormente do longo período de ditadura militar.

Temos como marco histórico de ruptura deste período de ditadura a promulgação da Constituição Federal de 88, que garantiu a materialização dos anseios da sociedade civil organizada, e que traz em seu texto inicial seus princípios fundamentais, dentre os quais destacamos a *cidadania* e a *dignidade da pessoa humana* (Art. 1º.: I e II).³⁴

Conforme Behring & Boschetti (2008) apesar dos desdobramentos da política social no Brasil com as conquistas de 1988, que anunciavam uma grande reforma no Estado, sob um prisma socialdemocrata, com mais de 40 anos de atraso, a política econômica interna sofria os rebatimentos da política neoliberal globalizante, comprometendo a efetivação da Seguridade Social Brasileira.

³³ Destacamos a necessidade de ponderar estes questionamentos, considerando os pensamentos de Wanderley sobre a questão social na América Latina. Trazemos suas idéias para o contexto Amazônico, onde identificamos a construção de uma subalternidade cultural na história dos indivíduos e trabalhadores, naturais da terra ou migrantes. As relações sociais locais são influenciadas pelo poder de pequenos grupos familiares que construíram seu patrimônio e riquezas a custa da exploração e subordinação de trabalhadores nos seringais. Famílias que enriqueceram e mantiveram-se no poder através da hereditariedade, e que nos dias atuais continuam reproduzindo suas práticas antigas através da estrutura do Estado e suas políticas, fazendo com que os trabalhadores tornem-se cada vez mais individualizados e percam sua força e identidade coletiva enquanto sociedade civil. Conseqüentemente, é mantido um Estado Mínimo, com práticas assistencialistas e populistas, desarticulando e enfraquecendo os trabalhadores e suas entidades representativas na sociedade civil.

³⁴ Nosso destaque aos princípios fundamentais relacionados à cidadania e a dignidade da pessoa humana deve-se a necessidade de se fazer reconhecer e cumprir estes direitos, considerando que ao estudarmos e apresentarmos no corpo deste trabalho sobre a produção de uma velhice pobre e miserável identificou o *ser velho*, envelhecido e/ou envelhecendo vagando pelas ruas, ou sendo transferidos de uma instituição para outra para a garantia de um abrigo temporário. Questionamos sobre a efetivação deste princípio que visivelmente pelas ruas da cidade não são cumpridos. Principalmente se levarmos em conta a definição que a chamada Constituição Cidadã apresenta em seu Art. 6º. Como: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

Os anos 1990 até os dias de hoje tem sido de contra reforma do Estado e de obstaculização e / ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência (IDEM, p. 147).

Este contexto conflituoso de identidade do *ser social* e de entendimento sobre a preconizada reforma do Estado será determinante na organização da Sociedade Civil, que continuará lutando por um Estado de Direitos. Estas mobilizações continuaram de forma destoante da realidade da política econômica mundial, que continuará sendo o grande entrave na efetivação das conquistas da década de 80.

O *ser social* é parte componente destes conflitos, pois ele é o trabalhador velho, envelhecido e envelhescente que se constituiu a partir de um modelo de Estado regulador, através do contrato social estabelecidos nas relações de trabalho. Sua cidadania era regulada pelas formas de ocupação e produção, conforme assinala Santos (1979, p. 29):

O conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizadas em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei.

Assim como o modelo de Estado, as relações de trabalho e concepção de cidadania também mudaram. Consequentemente, as formas de organização e reivindicação também precisaram mudar, apesar de percebermos ainda formas retrógradas e conservadoras diante de um novo Estado.

Seguindo ainda raciocínio do autor citado, a associação entre cidadania e ocupação, promove a ampliação da marginalização do mercado informal, onde categorias como desempregados, subempregados e empregados estáveis, trabalhadores da área rural não são inseridos no conceito de cidadania regulada devido à inexistência de regulação destas categorias.

Mais uma vez percebemos o contexto do trabalhador que ficou velho, que lutou ao longo de sua história de atividade produtiva, por uma legislação trabalhista e previdenciária e, que, após sua concretização, ainda que parcial, perde a cidadania regulada e passa para uma cidadania invertida, ou seja:

(...) o individuo passa a ser beneficiário do sistema pelo motivo mesmo do reconhecimento de sua incapacidade de exercer plenamente a condição de cidadão. Nesta condição de cidadania invertida, o individuo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como um não-cidadão (TEIXEIRA:1999:44).

Como podemos perceber o *ser velho* em construção no contexto urbano de Manaus é exatamente este apontado anteriormente, tanto por Santos, quanto por Teixeira. Ou seja, é o trabalhador destituído de seus direitos sociais e estigmatizado pela sociedade, devido à ruptura de seus vínculos com o mercado formal produtivo. E que na velhice, precisará da rede de proteção social construída para os *necessitados*, aqueles que, para serem incluídos precisarão se reconhecer como não cidadãos diante do novo modelo de Estado.

(...) o assistido como sujeito do direito à proteção social prestada pelos poderes públicos. Em sua maioria, tais impulsos visavam tão somente, regular e manter vivas as forças laborais pauperizadas, para garantir o funcionamento do esquema de dominação prevalecente.
(Pereira: 2006, p.16).

Diante destas reflexões, compreendemos que o trabalhador envelhecido pobre, será reconhecido a partir do momento em que ele passará a constituir-se num encargo social para o Estado.

Por outro lado, considerando a perspectiva econômica que reinventará a velhice (DEBERT,1999), rompendo com o binômio velhice/doença, e criando o conceito Terceira Idade, formando novos grupos e organizações de idosos que inconscientemente irão militar na contramão da história dos movimentos sindicais e, que, por isso serão rejeitados e discriminados, conforme relatado por Haddad³⁵, e como poderemos perceber no processo de construção da Política Nacional do Idoso – PNI (Lei nº. 8.842/94).

Muitas lutas e conquistas foram marcadas pelo segmento de idosos através das Associações e Sindicatos de Aposentados e Pensionistas que se fortaleceram ao longo da história da Previdência Social no Brasil. Mesmo antes de assegurar na Constituição a Seguridade Social enquanto política pública, a percepção da velhice no cenário dos ferroviários brasileiros, constitui-se o marco da Legislação Previdenciária e Trabalhista através da Lei Eloy Chaves (Lei nº. 4.682/1923) no governo de Arthur Bernardes. Como podemos confirmar em Fleury (1989, p. 19):

³⁵ Haddad compara os dois movimentos de idosos: o primeiro, a partir de Associações de Aposentados e Pensionistas, Sindicatos, Federações e Confederação que tem como cenário de luta a Previdência Social e a Legislação Trabalhista; e o segundo, a partir das Universidades Abertas a Terceira Idade, SESC e os grupos ou associações de convivência e de lazer de idosos instituídos e influenciados pelas ações da extinta LBA. Esta comparação deve-se ao fato de ser identificada dentro do próprio segmento certa rejeição e discriminação entre os generos, pois, o primeiro movimento, de origem sindical era composto em 90% de homens, a participação feminina era pequena, porém tinham a mesma visão e entendimento de seus companheiros. Por outro lado, o segundo movimento também em 90% composto por mulheres originadas das Associações e Clubes de Mães, vinculados as escolas, igrejas, com forte influencia do poder público e de seu corpo tecnico. Na visão dos aposentados sindicalizados, o outro movimento é totalmente cooptado pela estrutura do Estado devido sua vinculação com as unidades e instituições mantidas por ele e pelo assessoramento técnico que recebem dele.

Em relação ao nosso tema, por exemplo, a historiografia oficial (Brasil MTPS, 1965; e Brasil, MTPS, 1973, a) aponta para o ano de 1923, data de promulgação da chamada Lei Eloy Chaves (Decreto n. 4.682, de 24.01.23) que como diz seu subtítulo: 'Cria, em cada uma das empresas de estrada de ferro existentes no País, uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os respectivos empregados.

O direito a aposentadoria será identificado e discutido a partir do contexto das relações de trabalho, sendo associada à concepção de doença e decrepitude, devido o trabalhador na condição de *ser velho* apresentar limitações no processo de produção. É a partir das necessidades apontadas pelos ferroviários em processo de envelhecimento, sem qualidade de vida, devido às longas jornadas e condições de trabalho, que será demandado a criação das primeiras caixas de aposentadoria e pensão e amparo ao trabalhador envelhecido brasileiro.

A construção de políticas de amparo e proteção à velhice do trabalhador no cenário brasileiro, sempre esteve entrelaçada de interesses diversos e conflituosos, tendo pouco ou quase nada de garantia na sua efetivação, tornando-se letra morta no que diz respeito à efetivação dos direitos dessa coletividade. Vale registrar que muitas das divergências encontradas devem-se a origem das demandas e necessidades apresentadas pelas organizações do segmento. Pois os movimentos de idosos perpassam por duas categorias, que compõem o movimento popular: movimentos operário e sindical e os movimentos sociais urbanos.

Segundo Kleinschmidt e Silva (1985, p.31),

Os movimentos populares surgem geralmente por iniciativa de um pequeno grupo; esse, quando nascido no próprio meio popular (classe popular, grupo popular), tem características mais próximas de sua realidade e consegue formar lideranças autênticas, e quando nascido fora do meio popular (grupo externo – líder político, agente pastoral) tende muitas vezes a ser paternalistas e imposto de cima para baixo. Estes grupos, quer sejam da área rural, urbana ou operária, vão se estruturando e evoluindo para enfrentar os problemas e contradições gerados pelo próprio capitalismo. Vão assumindo características

próprias, ou seja, reivindicações, resistência, denúncia, solidarismo, manifestações públicas, campanhas e assim por diante de acordo com seu grau de politização e conscientização.

Como podemos perceber estas diferenças de natureza ídeo-política, e de consciência de classe, influenciará na organização e construção da Política Nacional do Idoso. E isto ocorrerá, tanto com os sujeitos da política, como, com os seus intermediadores, profissionais e militantes da área que por muitas vezes se perdem da ideia original³⁶.

2.2 Política Nacional do Idoso: integração ou marginalização?

A ideia era atender as necessidades humanas dos indivíduos envelhecidos, dando-lhes o direito de viver. Porém segundo a visão econômica, a emergência do fenômeno da velhice e do envelhecimento no Brasil passou a ser percebida oficialmente nos meados entre 70 e 80, quando o governo militar passa a se render gradativamente às pressões das lutas sociais e populares e sentir os reflexos do cenário político-econômico Latino Americano.

O discurso predominante de país jovem e em crescimento maquiava a realidade de um povo, que enfrentava um processo de envelhecimento

³⁶ O destaque que estamos dando sobre a origem dos movimentos populares e as duas categorias: operário-sindical e urbano, é no sentido de resgatar a concepção de cidadania associada à situação ocupacional no mundo do trabalho. Pois, para o segmento idoso que atua através dos movimentos sindicais de aposentados e pensionistas, sua cidadania é direito adquirido e conquistado, devido aos anos de contribuição previdenciária, e estes, interpretam o outro movimento de idosos, como necessitados do benefício assistencial “concedido” pela previdência, e que, segundo discurso do Estado, e internalizados pelos trabalhadores aposentados, a previdência brasileira corre o risco de “quebrar” devido o alto índice de necessitados. Ou seja, os velhos que atuam nos Movimentos de Aposentados e Pensionistas – MAP entendem que são cidadãos de direito, enquanto que os velhos (as) que atuam nos Movimentos Sociais Urbanos são pessoas necessitadas, dependentes do Estado, que precisam provar sua condição de pobreza para ser reconhecido como cidadão. Portanto, conscientes ou não, estes movimentos enfraquecem por não se reconhecerem enquanto sujeitos de direitos, uma vez que a outra parcela do segmento, não tem vínculo e sequer identidade com o movimento sindical, porque sua trajetória foi à margem do mercado e sequer experimentaram um contrato social. Outro fator negativo que contribui para o enfraquecimento da luta pela efetivação de direitos, é a condição da mulher trabalhadora que na velhice, por não ter experimentado o contrato social compõe e o grupo da terceira idade, através de projetos sociais e culturais e não de direitos trabalhistas.

significativo, pelas condições de vida das grandes massas que experienciavam os reflexos das desigualdades sociais e da má distribuição de renda entre as famílias brasileiras (NERI: 2002).

É neste contexto que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste realizam os primeiros Seminários Regionais que trouxeram a preocupação com as populações que apresentavam problemas sociais graves e crescentes, expressando um envelhecimento acelerado, patológico e sem condições de manutenção dos velhos doentes no modelo familiar vigente, que enfrentava conflitos interno devido o impacto causado pela necessidade da saída da mulher para o mercado de trabalho, entre outros fatores.

Os Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília elaboraram com a participação da Sociedade Civil organizada o documento que deu origem a Política Nacional do Idoso – PNI (Lei nº. 8.842/94) ficando engavetado pelo governo vigente até o final da década de 80.

O documento que aponta *as diretrizes e princípios básicos para a elaboração da PNI* foi resgatado pelos Assistentes Sociais: Nara Rodrigues, Marcelo Salgado, Edith Motta e Mariazinha Barroso, que militaram através da PUC/RS, SESC/SP e Associação Cearense Pró-Idosos – ACEPI diretamente com o segmento idoso, reivindicando *o direito a velhice* no período do Governo Collor, sendo publicado por Itamar Franco (PNI – Lei nº. 8.842/94), e regulamentado pelo Decreto nº. 1.948/96, por Fernando Henrique Cardoso que afirmava na ocasião estar legislando em causa própria (SCHONS: 2000).

Durante o evento de regulamentação da Lei, Estados e Municípios faziam-se presentes, tendo destaque as comissões do Rio Grande do Sul (PUC\RS), Rio de Janeiro (UERJ), São Paulo (PUC\SP-UNICAMP), Ceará (ACEPI) e Manaus-

AM (FDT\FOPI)³⁷ que foram os pioneiros em articular a concentração de Grupos, Associações e demais entidades representativas do segmento emergente.

Diante das lutas, avanços e conquistas do segmento idoso, novos olhares passaram a dar uma atenção especial a sua organização, dando origem a uma nova formatação nestas organizações. Neste período houve um crescimento acelerado de organizações não governamentais – ONGs, provocando um esvaziamento e desarticulação dos grupos e associações de idosos.

Este fenômeno não ocorre somente com as organizações de idosos, ou da chamada terceira idade, mas em todas as demais organizações que atuam na militância de alguma política ou junto a algum segmento social. A este período ocorre conforme relatado tanto por Teixeira (2008) como por Gohn (1997), como uma estratégia do próprio sistema para desestabilizar e fragilizar os movimentos sociais e populares, que na década de 80, sob o olhar econômico causou muitos atrasos na produção e desenvolvimento.

Além das duas autoras citadas, Rodrigues (1996) também nos chama a atenção ao participar da cerimônia de regulamentação da PNI, discursiva sobre a mesma e chama a reflexão sobre a inserção e intervenção crescente de técnicos

³⁷ Os dados e informações referente a articulação e participação no evento de regulamentação da PNI (Lei nº. 8.842/94), através do Decreto 1.948/96 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi apresentado oralmente aos profissionais e técnicos que participaram do Grupo de Estudo da Fundação Dr. Thomas, realizado e registrado no Diário de Ocorrências do Serviço Social daquela Instituição e datado no dia 15/07/96. Quando a Diretora Presidente e Assistente Social Maria Betania Jatobá de Almeida, convocou toda sua equipe para socializar as informações sobre o evento, e propor a realização de estudos sobre a PNI, tendo como documento base o Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso, publicado pelo MPAS, refletindo e avaliando as ações desenvolvidas pela Fundação Dr. Thomas em prol dos Idosos. Neste período foram criadas comissões de trabalho coordenadas pela Psicóloga Claudia Bandeira e pelas Assistentes Sociais: Socorro Lima, Lucineide Alves, Mírnica Santos, Francineire Bentes, Socorro Tavares e Tania Moraes, para definir e planejar as ações que seriam de responsabilidade da FDT, considerando que a partir da PNI, a Instituição não poderia mais se limitar ao atendimento asilar, sendo necessário abrir o espaço institucional para comunidade. Vale registrar que conforme Diário Institucional foi neste período que se iniciou o Projeto Piloto denominado Central de Valorização do Idoso – CVI, e que posteriormente com a regulamentação da Política Municipal do Idoso, recebeu o nome de Disque Idoso: 1401, e ampliou-se com a criação do Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso – PADI.

nos grupos e associações de idosos, utilizando o discurso de contribuir com o fortalecimento destes, para efetivar a militância no segmento.

“No meu ponto de vista, o que é fundamental para que uma política social para a velhice seja um instrumento de integração ou marginalização social é a filosofia que a embasa. A hipótese que levanto é a seguinte: Se, nessa política, o velho é o sujeito da ação, é o agente de sua promoção, ele será um instrumento de sua integração na sociedade. Se ele for objeto, dirigido e, às vezes, manipulado por tecnocratas, ela será um instrumento de marginalização social (IDEM).

A chamada de Rodrigues compreende a preocupação com as interferências externas e que comprometem a ideia original da elaboração da política. Ela destaca a atuação dos profissionais de Serviço Social na articulação e sistematização do documento original, intitulado *Políticas para a terceira idade: diretrizes básicas*, como resultado do diagnóstico sobre a velhice no país.

Ao registrar a história da PNI, Rodrigues menciona as organizações da Sociedade Civil e Governamentais que participaram de todo o processo de construção. Como parte da Sociedade Civil há um destaque para a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG e para a Associação Nacional de Gerontologia – ANG³⁸.

³⁸ Rodrigues diz que a primeira associação surgiu no Rio de Janeiro, 1961, a SBGG, congregou quarente médicos em torno do Dr. Roberto Segadas Viana. A partir de 1968 a SBGG foi descentralizada em forma de seções estaduais, hoje existentes em quase todos os estados brasileiros. Em assembleia geral realizada no dia 24/07/1987, houve mudança no estatuto da organização, na VI Jornada Brasileira de Geriatria e Gerontologia, realizada em Porto Alegre. Entre os objetivos da SBGG, consta o de congregar médicos e outros profissionais de nível superior que no Brasil se interessam pela geriatria e gerontologia. Outra associação importante no cenário nacional foi a fundação da ANG, 1985, entidade técnico científica de utilidade social, sem fins lucrativos e sem distinção política religiosa, com autonomia administrativa e financeira, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida da população idosa brasileira. A ANG tem como destaque entre seus objetivos: desenvolver constante ação política junto a órgãos e instituições públicas e privadas, interpretando as necessidades da população idosa brasileira e reivindicando a adoção de medidas adequadas ao atendimento dos mesmos. Porém dentre as entidades não estatais envolvidas com o trabalho junto ao segmento idoso, Rodrigues dá destaque maior ao Departamento Regional do SESC de São Paulo, coordenado pelo Assistente Social Marcelo Salgado, precursor de todas as ações de atenção ao idoso no país (SCHONS: 2000 p. 141).

A emergência dos novos movimentos sociais e sindicais representou aos olhos da sociedade brasileira, o preenchimento de um espaço vazio deixado pela ditadura militar. Pois “estes novos movimentos apresentaram-se como “ante Estado”, “antipartido”, anti-sistema-político”, uma ofensiva contra o sistema político dominante (TEIXEIRA: 2008 p. 170).

As décadas de 80 e 90 são marcadas pelas pressões dos movimentos sociais de idosos, entre outros, tanto sindicalizados quanto populares e sociais, garantindo sua emergência na agenda política do Estado brasileiro, que experimenta o fenômeno da longevidade, reconhecido ainda que tardiamente, a partir da transição demográfica mundial. Sob a influência da luta dos aposentados e pensionistas, a história política do país fica marcada com suas contribuições na promulgação da Constituição de 88. Porém, os militantes não conseguem o apoio e participação dos trabalhadores ativos, que não se veem no contexto da velhice e do envelhecimento.

A fragilização dos movimentos ocorre gradativamente, como resposta do capital e suas reformulações, a partir da definição da política econômica neoliberal. Com o estabelecimento da reestruturação produtiva os trabalhadores perdem seu poder de articulação e organização sindical, devido às novas relações de trabalho. Neste sentido, trabalhadores ativos e inativos não conseguem falar a mesma linguagem, fortalecendo o individualismo e subalternizando cada vez mais a classe trabalhadora.

Por outro lado, entendemos que a fragilização dos movimentos sociais e populares de idosos, acontecerá a partir do momento em que estes irão se aliar aos movimentos político-partidários, que compõem ou tem interesses distintos no contexto do Estado. Como diz Harvey (2008, p.22):

Diante da insistência neoliberal no indivíduo, abriu-se a porta ao ativismo dos direitos individuais, em vez da criação ou da recriação de estrutura de governanças democráticas e abertas. A ação das Ong's também acompanhou, a virada neoliberal que veio preencher o vácuo de benefícios sociais deixado pela saída do Estado

Esta realidade citada será visualizada, não só no contexto nacional, mas também local. E isto poderá ser percebido no processo de articulação e elaboração das políticas públicas para idosos desenvolvidos no Estado do Amazonas, e posteriormente, e mais precisamente na cidade de Manaus.

2.3 Políticas Públicas e as organizações de idosos em Manaus-Am

A participação de Manaus-Amazonas nas Comissões articuladoras da regulamentação da PNI – Lei nº. 8.842/94 através do Decreto nº. 1.948/96, contou com a presença de profissionais e grupos de idosos participantes e/ou assistidos pela extinta LBA³⁹. Esta comissão trouxe de imediato o documento referencia para elaboração da política Estadual e Municipal, considerando que as propostas governamentais visavam à municipalização⁴⁰.

³⁹ A primeira instituição de Assistência Social será a Legião Brasileira de Assistência Social – LBA, reconhecida como órgão de colaboração com o Estado, em 1942. Esse organismo, que assegurava estatutariamente sua presidência às primeiras-damas da República, representa a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante como poder civil e a relação benefício/caridade, beneficiário/pedinte, conformando a relação básica entre Estado e classes subalternas (Fleury, 1989, p. 63). É neste contexto que Oliveira, no prefácio de Raichelis (1998), diz que a LBA erigiu a assistência social sob um novo paradigma que podemos chamar, contraditoriamente, de filantropia estatal, ou seja, fundador da assistência pública como “não-política”, que será marcada pelo clientelismo (Teixeira: 2008 p. 160).

⁴⁰ Conforme registros da Ata de Instalação do Fórum Permanente do Idoso – FOPI, datado no dia 14/05/96, a comissão atuante na articulação política local chegou fortalecida do evento realizado em Brasília, referente à regulamentação da PNI através do Decreto nº 1.948/96. Composta pelas entidades representativas do segmento idoso: Escritório de Representação no Amazonas da Secretaria de Assistência Social – SAS/MPAS, Fundação Dr. Thomas, Conselho da Mulher Executiva, Fundação Municipal de Desenvolvimento e Apoio Comunitário, Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS/AM, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Grupo de Idosos da Polícia Militar do Estado do Amazonas, Grupo da Melhor Idade – Anos Dourados, Clube do Idoso Futurista e o Clube de Mães e de Idosos da Japiinlândia.

A proposta da municipalização das políticas públicas é algo que faz parte do próprio contexto neoliberal e que está previsto no *Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso* (MPAS: 1997).

A partir deste documento é que as organizações governamentais e não governamentais deveriam se articular com o segmento idoso para o planejamento e execução de uma política pública que considerasse as especificidades de sua região local.

A assistente social Maria Betânia Jatobá de Almeida foi a representante regional da Política Nacional do Idoso, considerando sua participação no processo histórico junto ao segmento idoso na antiga LBA, que era responsável pela execução das políticas públicas em favor desta população.

Com a extinção da LBA, a referida assistente social passou a presidir a Fundação Dr. Thomas – FDT, que a princípio era considerada uma simples Instituição Asilar, e concebida como espaço institucional de “final de carreira”. Muitos profissionais se negavam em trabalhar naquela instituição, pois associavam sua imagem aos manicômios e albergues. Tradicionalmente, era *locus* e atuação e intervenção do primeiro-damismo, mas com a emergência do segmento idoso na agenda política do Estado, sofreu interferências da esfera federal. Através de sua articulação política junto ao governo federal promoveu o processo de revitalização da FDT⁴¹, assim como, com todos os envolvidos com grupos comunitários de idosos, associações de moradores, centros sociais, secretarias, Universidades e ONGs.

⁴¹ A assistente social Betania Jatobá permaneceu como Diretora-Presidente da FDT no período entre 1993-2004. Compôs sua equipe em 80% com Assistentes Sociais para consolidar o desenvolvimento do processo de revitalização institucional e de humanização dos procedimentos de atenção aos idosos residentes.

Este avanço se deu no interior da FDT e foi crescendo ao longo dos anos, no que concerne aos avanços externos, a direção da FDT junto com os grupos comunitários e a Secretaria Estadual e Municipal da Ação Social, fundou o Fórum Permanente do Idoso – FOPI, em 14 de maio de 1996, presidido inicialmente pela assistente social Nairy Millon do Conselho da Mulher Executiva. Assim como na Política Nacional – PNI, a articulação local também contou com a participação efetiva dos assistentes sociais Neile D’Oran Pinheiro e Maria das Graças M. do Lago, ambas vinculadas ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, e a Bárbara Araújo dos Santos e Jurilza Mendonça da Secretaria de Assistência Social – SAS/MPAS⁴².

Ocorre que os profissionais que militavam e estavam na linha de frente destas articulações, estavam vinculados direta ou indiretamente na estrutura municipal, e conseqüentemente, devido a falta de vontade política na estrutura do Estado, consciente ou inconscientemente, contribuíram para que o FOPI perdesse seu foco coletivo em nível de Estado, e ficaram limitados e concentrados no município, mais especificamente na FDT – Administração Indireta Municipal.

Inicialmente a FDT não tinha visibilidade política. Porém com a emergência da PNI e seus rebatimentos na realidade de Manaus, contou com uma representação e articulação política significativa na esfera nacional. Este cenário atraiu interesses individualistas e de cunho político-partidário na cidade, acarretando para a FDT, status de Secretaria Municipal e de Administração Pública Direta.

⁴² Ata de Instalação do Fórum Permanente do Idoso – FOPI, datado no dia 14/05/96.

Após a regulamentação da Política Nacional do Idoso, a Fundação Dr. Thomas – FDT em parceria com o Fórum Permanente do Idoso – FOPI realizou encontros semanais de grupo de estudo sobre a PNI (1994) e o Decreto de Regulamentação (1996). Na primeira semana de junho de 1999, foi realizada uma oficina de trabalho com 68 entidades (governamentais e não governamentais) representantes de idosos aposentados e pensionistas participantes de Grupos, Universidade Federal do Amazonas, Associações e Sindicatos.

A oficina foi realizada em três dias consecutivos, dividindo os participantes em grupos temáticos para discutir as propostas da PNI e do Decreto, definindo programas e serviços previstos na Lei de forma adaptativa a nossa realidade. Este evento teve como resultado a elaboração e sistematização do *Plano Integrado de Ação para o desenvolvimento da Política Municipal do Idoso*. A metodologia de trabalho utilizada pelas Assistentes Sociais representantes da Fundação Dr. Thomas garantiu o protagonismo dos idosos coordenadores representantes da sociedade civil organizada, enquanto sujeitos de direitos, conscientes da necessidade de refletir e deliberar propostas para efetivação de uma Política que atendesse a realidade do povo local.

O objetivo do respectivo Plano era *viabilizar a implementação da Política Municipal do Idoso, definindo ações e estratégias bem como mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação das ações* (Plano Integrado: 1999, p.20). Para garantir este objetivo os participantes da oficina foram divididos em quatros grupos temáticos de trabalho: 1.Saúde; 2. Educação, Esporte, Cultura e Lazer; 3. Trabalho, Previdência Social e Habitação; 4. Assistência Social. Como estratégia dos participantes articuladores do evento foi convidado o Prefeito Alfredo

Nascimento⁴³ para assistir a exposição final dos trabalhos desenvolvido, entregando uma cópia impressa do Planejamento realizado, junto aos participantes das Oficinas, e ainda foi apresentado a maquete do Projeto Conviver, que deu origem ao Parque Municipal do Idoso.

É neste contexto sócio-político que vai ser procedido a aprovação e iniciação da construção do Parque do Idoso, a aprovação e condução dos procedimentos técnicos administrativos e jurídicos para a regulamentação da Política Municipal do Idoso (Lei nº. 5.482/2001). Registrando que o Projeto Conviver, escrito e a maquete do mesmo, já existiam há mais de cinco anos, porém só ganhou visibilidade e importância num período de muitas pressões e interesses políticos.

É pertinente registrar ainda que a Política Municipal do Idoso foi elaborada em junho/ 99, aprovada no mesmo ano na Câmara Municipal, e regulamentada em Março de 2001. Estes registros são importantíssimos, se analisarmos a conjuntura política determinante destas conquistas locais do segmento idoso, que passou a ter outro significado para a sociedade política local. Ou seja, aquele segmento que outrora sofria com a indiferença política, passa a assumir o papel principal responsável pela história do movimento de forma fortalecida.

Com a criação, publicização e institucionalização do Programa Conviver, previsto na PNI, e garantido pela PMI (Lei nº. 5.482/01), o *ser velho* pobre, carente de vínculos afetivo-familiares e de abrigo, perde a visibilidade para os idosos componentes dos grupos da melhor idade, ou da idade ativa (terceira

⁴³ É pertinente para que uma política pública ganhe força e visibilidade o estabelecimento de estratégias através de alianças, porém esta política corre o risco de se tornar instrumento de manipulação e marginalização de seus sujeitos de direito se estes não tiverem consciência de classe. A manutenção e centralização do poder político do gestor municipal, foi garantida pelo segmento idoso e seus militantes, que candidatou-se a reeleição, lançando-se a esfera nacional através do *marketing* político de publicização da regulamentação da Política Municipal – Lei 5.482/01, e a construção do Centro de Convivência, denominado Parque Municipal do Idoso.

idade). É neste contexto que para Debert (1999) a velhice é reinventada. Cria-se uma sociedade para a terceira idade, aposentados consumidores de programas e serviços compensatórios e pulsionadores da economia com a participação dos proventos dos inativos.

Assim como no cenário nacional, Manaus passará a priorizar a população idosa ativa, que assumirá o discurso do envelhecimento saudável e buscará no ativismo cultural e esportivo a garantia de qualidade aos dias prolongado de vida. Ocorre que, como já foi dito anteriormente, o processo de envelhecimento na região norte-nordeste é totalmente diferenciada a realidade sul-sudeste. As condições de vida e de trabalho, a exposição diária ao sol, a alimentação inadequada, devido aos hábitos e costumes, contribuem para um envelhecimento precoce. Como agravante desta realidade, destaca-se que o trabalhador envelhecido no contexto urbano, distanciou-se de suas origens e vínculos familiares.

A Fundação Dr. Thomas, que foi criada inicialmente como asilo de mendicidade, passou para ser responsável pela administração municipal na área do idoso, perdeu seu caráter asilar constituindo-se num espaço de desenvolvimento comunitário e com forte influencia e interferência política. Os pobres assistidos pela instituição, residentes ou comunitários, atuantes nos movimentos e organizações de idosos, assumiram para si projetos que não correspondem a sua realidade, mas que incorporaram como se fosse seus⁴⁴.

⁴⁴ As discussões realizadas neste estudo têm como finalidade destacar a velhice pobre, que está sendo construída no contexto urbano de Manaus. No passado, o asilo de mendicidade foi criado para conter os trabalhadores pobres e envelhecidos que não conseguiam mais se manter no mercado e que na visão dos dominantes enfeavam a cidade e comprometiam a segurança. A história político econômica do Estado tem demonstrado que esta realidade não mudou; que os trabalhadores continuam fugindo de seu ambiente natural em busca de novas fontes de renda e garantia de sobrevivência. Diante deste quadro assistimos a tentativa de garantir uma cidadania tutelada para os pobres, inserindo-os em programas e projetos que maquiavam a realidade e não garante suas necessidades básicas.

Esta compreensão baseia-se nos pensamentos de Yazbeck (2006) ao nos apresentar a *categoria subalterna*, como *legado gramsciano*, e muito presente no Serviço Social, e que por sua *expressividade dá conta de um conjunto diversificado e contraditório de situação de dominação*. Ela diz que escolheu a *subalternidade para nomear as classes que são inseridas nas políticas sociais*.

A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política (IDEM, p. 17-18).

Como podemos apontar ao longo da trajetória da PMI – Lei nº. 5.482/01, seu processo de construção se deu com a participação da chamada sociedade civil, organizada através de suas entidades representativa, porém com uma forte influência e interferência da sociedade política vigente. Esta segunda representação e atuação determinante neste processo foram garantidas pelos profissionais que lideraram a articulação e organização política do segmento.

Sabemos que as relações desenvolvidas entre a sociedade civil, o Estado e o mercado sempre foram conflituosas e contraditórias, pois representam interesses distintos e individualistas. De acordo com Amaral (2009: 60-61) a *sociedade civil sofreu mistificações e deformações ao longo do tempo*. Como efeito o projeto neoliberal é garantido a partir do momento em que *a sociedade civil passa a se envolver nas ações do Estado, legitimando os ajustes e reformas requeridos pelo processo de reestruturação capitalista*.

Como exemplo, destacamos o contexto da Política Municipal do Idoso, tendo nas organizações e representações de idosos a legitimação no processo de

minimização das intervenções dos governos estaduais e municipais. As organizações de idosos que representavam a sociedade civil promoveram, consciente ou inconscientemente, a centralização de suas entidades representativas na estrutura municipal, ocasionando a perda de espaço na esfera estadual.

No cenário do Estado, com a instalação do FOPI, é apresentada proposta de criação da Lei Estadual do Idoso, encaminhada às mãos do Governador Amazonino Mendes. Sendo aceito, aprovado e regulamentado pela Lei nº. 2.422/96, porém nada foi concretizado e a Política Estadual ficou adormecida até o ano de 2004, quando foi regulamentada uma nova publicação da Política Estadual do Idoso através da Lei nº. 2.887/04, efetivando o Conselho Estadual do Idoso na gestão do Governador Eduardo Braga. Vale registrar que este resgate será fruto das pressões feitas pelas entidades e organizações de idosos após o recebimento da Comitiva de fiscalização das ILPIs lideradas pela Assistente Social Tomiko Born e pelo Senador Paulo Paim que promoveu um debate sobre o Projeto de Lei que deu origem ao Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741/03).⁴⁵

Mediante este resgate da política estadual o segmento passou a contar com novos equipamentos sociais de atenção e proteção ao idoso. Na percepção do segmento idoso sindicalizado esta conquista não foi legítima devido às alianças com o aparelho governamental, o que segundo sua compreensão é visto como uma negação ao movimento de oposição. Mas para a outra parcela do

⁴⁵ Foram realizadas em todo o país caravanas de fiscalização nas Instituições de Longa Permanência de Idosos – ILPIs, garantindo a elaboração de normas operacionais básicas para desenvolvimento e manutenção de programas e serviços de atenção aos idosos institucionalizados. Na ocasião da visita realizada em Manaus pela Comitiva, foi promovido debate no Auditório do Hotel Da Vinci, a manifestação e preocupação pública era de perder os direitos garantidos e conquistados através da PNI. Porém com a participação e assessoramento do Ministério Público, Defensoria, Tribunal de Justiça do Estado e Universidade Federal do Amazonas, foi esclarecida que o Estatuto iria garantir a efetivação da punição e penalidades para o não cumprimento dessa política. Segundo o exposto o Estatuto iria fortalecer e efetivar a PNI.

segmento não sindicalizada esta foi uma grande conquista apesar das alianças que para eles nada mais foram estratégias de ação para garantir suas reivindicações em lei.

Como podemos perceber esta forma de atuação separada, tanto da sociedade civil quanto das organizações governamentais, é limitada e não corresponde a demanda emergente, pois é planejado de cima para baixo, no que diz respeito ao Estado, não percebendo a realidade posta. Esta realidade é comprovada diante da constatação dos procedimentos Estaduais e Municipais para o desenvolvimento da política pública para idosos.

No Estado do Amazonas, por exemplo, após a regulamentação da PNI através o Decreto nº. 1.948/96, o governador Amazonino Mendes publicou a Lei nº. 2.422/96, criando a Política Estadual do Idoso e o Conselho Estadual. A referida publicação foi pressionada pelo Fórum Permanente do Idoso – FOPI, porém não houve discussão com a base e, devido a falta de vontade política este primeiro instrumento não ganhou visibilidade.

Diante disto o FOPI se articulou junto a esfera municipal garantindo a realização de discussões e debates para a elaboração do Plano Integrado de ação governamental para o desenvolvimento da Política Municipal do Idoso. É devido a este cenário político que os programas e serviços de atenção ao segmento, serão criados pioneiramente na cidade de Manaus antes das cidades do interior do estado.

Porém, a demanda idosa do interior cresce a cada dia pressionando o Estado a tomar providências no que concerne ao atendimento da população, principalmente porque esta demanda é caracterizada por idosos debilitados e com comprometimentos sérios de saúde. Idosos debilitados vêm em busca de

assistência a saúde e procuram por abrigos temporários nas casas de passagem. Este gargalo será reforçado pela concentração de trabalhadores e populações de rua que se perderam de seus vínculos familiares e afetivos e necessitam de proteção (LISBÔA: 2001).

Conforme já mencionado, tanto Estado como Município e as próprias organizações de idosos, estão comprometendo o desenvolvimento da política pública para idosos. Pois todos estão centralizando a rede e os critérios de atendimento, sem refletir sobre as reais demandas do envelhecimento na cidade de Manaus.

Dentre os autores citados, resgatamos Rodrigues (1996) que chama a atenção para a prática tecnocrata, em detrimento a valorização e empoderamento da população idosa, que se tornou refém e alienados à realidade vivida no contexto local.

Neste sentido, defendemos a necessidade de pensar e discutir as propostas previstas na Política Nacional do Idoso sob um novo olhar, ou seja, pensar a Política a partir das necessidades (PEREIRA: 2006) e especificidades do envelhecimento local, regional, e porque não dizer sob uma perspectiva de um envelhecer biofisiológico precoce, em comparação às demais regiões brasileiras desenvolvidas.

Este raciocínio deve-se as afirmações dos pensadores abordados anteriormente para fundamentação deste trabalho. Pois todos, apesar de olhares e linhas teóricas distintas, concordam na existência de idades cronológicas, psicológicas, sociológicas e biológicas. Alguns, como Beauvoir, vão mais além ao refletir sobre o envelhecimento cultural e funcional do *ser social*.

Seguindo este raciocínio é que discutiremos sobre a rede de proteção social ao idoso, destacando os programas e serviços, planejados e efetivados, as demandas e encaminhamentos dos idosos que buscam a assistência, e a participação da sociedade na tentativa de garantir o controle social.

Capítulo III

REDE DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL DE IDOSOS EM MANAUS

Apresentamos neste capítulo os programas, serviços, entidades e demais organizações de idosos que se reconhecem como parte da rede de proteção social do respectivo segmento. Identificando e sustentando nossa leitura sobre a realidade do *ser velho e envelhescente* construído no contexto Amazônico, e em especial, e com destaque, na realidade de Manaus, que demandam por serviços diferenciados e mais efetivos aos existentes e reproduzido na rede social. Pois apesar das conquistas até aqui identificadas, percebemos que não é suficiente para atender suas necessidades básicas humanas.

3.1. Seguridade Social: proteção e cidadania?

Conforme apontado anteriormente a PNI – Lei nº. 8.842/94 foi regulamentada pelo Decreto 1.948/96, definindo programas e serviços a serem oferecidos ao segmento idoso, bem como distinguindo as competências a serem

articuladas, compartilhadas e integralizadas pelas três esferas de governo. Sendo assim, Manaus consta entre os pioneiros da região norte na elaboração de sua Política Municipal de Idosos – PMI (Decreto-Lei nº. 5.482/01). Tendo na PNI, no decreto de regulamentação, e no Plano de Ação Governamental Integrado para o desenvolvimento da Política Nacional do Idoso (PAG-PNI), a fundamentação dos programas e serviços a serem desenvolvidos pelo Município.

Com a publicação da Política Municipal, a FDT passou a coordenar acompanhar e avaliar a referida política através da articulação e parceria com outras Secretarias Municipais, desenvolvendo programas e serviços de atenção ao segmento. Assim como no Decreto de Regulamentação da PNI, a Política Municipal estabelece ações e competências entre suas Secretarias visando à garantia e efetivação dos programas e serviços previstos na Lei.

A implantação da Política Municipal do Idoso é competência dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada, cabendo à FUNDAÇÃO DOUTOR THOMAS não só a coordenação, acompanhamento e avaliação dessa política, bem como o monitoramento técnico dos profissionais envolvidos (Capítulo III; Seção I – Art. 04).

Porém, o grande problema que as políticas para idosos enfrentaram e enfrentam até os dias atuais, é a garantia da integralização das políticas setoriais e de Seguridade Social e dos recursos financiadores necessários para o seu desenvolvimento. Muitos gestores e/ou profissionais especializados na área da gerontologia/velhice afirmam que o cuidado e a atenção com o segmento idoso é de competência da saúde devida seu caráter epidemiológico⁴⁶.

⁴⁶ Os Anais da I Conferência Nacional de Implantação da Rede Nacional de Proteção e defesa da pessoa Idosa – RENADI (2006), bem como nos Anais da II Conferência de Avaliação da RENADI (2008), os conferencistas são unânimes em afirmar a necessidade de integralização das políticas de seguridade social, porém reforçam que é necessário estabelecer competências e atribuições específicas segundo cada

A Constituição Federal de 88 em respostas as reivindicações dos movimentos, definiu a Seguridade Social enquanto política pública de responsabilidade do Estado. Porém chama a sociedade como parceira responsável,

*A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
(Título VIII; Capítulo II; Seção I – Art. 194)*

O movimento constituinte garantiu muitas conquistas para os trabalhadores brasileiros no final da década de 80 e, neste período o mundo vivia outra realidade. Enquanto o Brasil galgava o processo de superação da ditadura militar, no cenário mundial o capital se reinventava, organizando novos instrumentos e estratégias de desmobilização da classe trabalhadora. E dentre estas estratégias garantiu a participação da sociedade civil nas ações do Estado legitimando seus procedimentos e reformulações estruturais.

Esta afirmativa baseia-se nas reflexões realizadas a partir do estudo cronológico das políticas sociais brasileiras e sua relação com o contexto político-econômico. E para fundamentar esta abordagem tomamos como referência mais uma vez a Constituição de 88 que inaugura o Capítulo da Seguridade Social, e com ele a publicação e regulamentação das políticas setoriais integradas.

A Constituição foi aprovada três anos após o final da ditadura militar, e ao analisarmos a sequência cronológica das publicações e regulamentações do tripê

programa a ser desenvolvido, bem como considerar as especificidades de cada demanda e perfil do idoso assistido. Como exemplo, podemos citar o caso das ILPIs que visam a garantia do atendimento integral dos idosos institucionalizados, para isso conforme Norma Operacional da ANVISA, é necessário cumprir alguns critérios, e dentre eles garantir um quadro de profissionais de saúde segundo o número de idosos internos.

da seguridade social, identificando os reflexos do cenário econômico mundial, inaugurado no Brasil na década de 90 e que fragilizou e fragmentou as conquistas da classe trabalhadora ativa e inativa.

A Seguridade Social foi idealizada enquanto conjunto integrado de proteção social ao cidadão, porém ao regulamentar as políticas componentes deste conjunto o Estado brasileiro seguindo o ideário neoliberal, deu início ao processo de fragmentação e desconstrução dos anseios dos trabalhadores brasileiros.

Considerando nosso objeto de estudo, ao pensar no trabalhador pobre, envelhecido, destacamos a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, como as pioneiras em enfatizar a condição da velhice no Brasil e sua relação de “necessitado” de proteção. Essa condição se dá pelo conceito de cidadania associado à ocupação do indivíduo, conforme já mencionado neste trabalho e que se trata da concepção de cidadania regulada.

O projeto neoliberal foi inaugurado no cenário brasileiro com a abertura ao livre mercado e a instauração da reestruturação do processo produtivo. Isto significa dizer que os trabalhadores foram anestesiados pela ruptura de seu contrato social. Ora, se a cidadania é regulada pelo contrato social estabelecido com os trabalhadores e esse contrato é rompido, que tipo de proteção este trabalhador terá, se ele não é mais reconhecido como cidadão?

As políticas de proteção social sempre estiveram associadas à luta da classe trabalhadora, que ganhou visibilidade com a *ampliação de respostas públicas às necessidades sociais da classe*. Respostas estas originadas com a expansão do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) a partir da Segunda

Guerra Mundial, e que no caso brasileiro só veio ganhar bases formais e legais com o movimento Constituinte da década de 80. Porém este modelo de Estado nunca chegou a se efetivar no cenário brasileiro, devido sua condição de país periférico e seu processo de integração à ordem econômica mundial iniciada na década de 90 (MOTA: 2009 p.27-28).

Apesar dos reflexos da economia mundial os países periféricos criaram suas próprias políticas de proteção ao trabalhador. No caso brasileiro a PNAS, estabeleceu um padrão de conceitos, critérios e tipificação de programas e serviços para a garantia de inclusão dos sujeitos da política social que sofreu reformulações ao longo de seu processo de publicação de 1998 (PNAS – Resolução/CNAS nº. 207/98) a 2004 (CNAS – Resolução nº. 145/04 (PNAS). Em seu texto introdutório a proteção social é definida a partir de Di Giovanni (1998: p.10) como:

(...) formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. (...) Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto aos bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção fazem parte da vida das coletividades. (PNAS: 2004, p.31)

Seguindo a definição da PNAS, a proteção social deve garantir segurança de sobrevivência, acolhida e de convívio ou vivência familiar. E no caso específico deste estudo, chama-nos a atenção sobre a segurança do velho pobre produzido e reproduzido no contexto urbano da cidade. De acordo com o

conceito de proteção social estabelecido pela PNAS, o velho pobre deve ser o sujeito da ação da proferida rede de proteção, quando diz em seu texto que,

Por segurança de acolhida, entende-se como uma das seguranças primordiais da política de assistência social. Ela opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade. A conquista da autonomia na provisão dessas necessidades básicas é a orientação desta segurança da assistência social. É possível, todavia, que alguns indivíduos não conquistem por toda a sua vida, ou por um período dela, a autonomia destas provisões básicas, por exemplo, pela idade – uma criança ou um idoso –, por alguma deficiência ou por uma restrição momentânea ou contínua da saúde física ou mental. (PNAS: 2004, p.31)

Esta definição nos reporta a Arendt (2007) e Potyara (2006), quando a primeira define o labor como condição humana vital à própria vida e destaca a alimentação como exemplo de necessidade da vida humana. Esta necessidade para ser garantida depende do trabalho que é outra condição humana fundamental para a provisão de autonomia dos sujeitos em questão. Por outro lado, Potyara ao refletir sobre as políticas públicas a partir do pensador inglês Gough aponta as necessidades humanas básicas e universais destacando, assim como Arendt e o texto da PNAS, a alimentação como exemplo destas necessidades.

Ora, baseado neste contexto, o velho pobre produzido no Amazonas deve ser protegido, amparado e acolhido pelo poder público para efetivação do que rege sua política de assistência social. Pois este trabalhador envelhecido que estamos tratando é aquele que se encontra perdido dos vínculos afetivo-familiares e que por algum motivo não conseguiu garantir ao longo de suas jornadas produtivas o amparo da Seguridade Social.⁴⁷

⁴⁷ Este velho trabalhador produzido e reproduzido no contexto Amazônico, e que chamamos a atenção para ele e que muito nos preocupa, é exatamente aquele que no dizer de Sposati (1990) é o “necessitado”, pois no

Com o intuito de garantir os critérios de inclusão dos sujeitos da ação bem como as responsabilidades e competências das três esferas de governo, a PNAS define os quatro tipos de regime de proteção social que são afiançadas pelo Estado, como:

1. Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

2. Proteção Social Especial:

2.1 Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

2.2 Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviços de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:

Brasil herdamos um Estado de Bem- Estar Ocupacional, no qual são substituídas as relações de direitos constitucionalmente assegurados pelos de direitos contratual. Estas relações garantem ao trabalhador formal a cidadania regulada pela carteira de trabalho, cabendo a Previdência Social a proteção dos seus “segurados”. E no caso do trabalhador informal, muito presente no cenário local, a “proteção social ao necessitado”, o pobre miserável que precisa provar sua condição de necessitado para ser acolhido e protegido pela Assistência Social.

- Abrigo Institucional;
- Casa Lar;
- Casa de Passagem;
- Residência Inclusiva.

b) Serviços de Acolhimento em República;

c) Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviços de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Os programas e serviços para o segmento idoso desenvolvido pela rede de proteção social básica e especial correspondem ao extinto Programa de Proteção Social ao Idoso antecessor da nova estruturação da Assistência Social e da criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (RENADI: 2006) ⁴⁸.

Baseado neste novo modelo de gestão da Assistência Social as competências e atribuições das três esferas de governo estão estabelecidas de acordo com o porte dos municípios:

- a) Municípios de Pequeno Porte 1 – a população chega a 20.000 habitantes (5.000 famílias em média; forte presença da população rural chegando a 45%; necessitam de uma rede simplificada e reduzida de serviços de proteção social básica;
- b) Municípios de Pequeno Porte 2 – a população varia entre 20.001 a 50.000 habitantes (5.000 a 10.000 famílias em média; a população rural corresponde a 30%);

⁴⁸ Apresentação da nova estrutura da Assistência Social em favor do segmento idoso considerando a Política Nacional de Assistência Social, tendo como destaque na fala de Tânia Maria Eller Cruz – Ministério do Planejamento, realizando abordagem sobre “Financiamento e orçamento público das ações necessárias para a efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa”. Tema de grande relevância considerando as deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizado nos dias 23 a 26 de Maio, em Brasília, tendo como tema central: “Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.”(ANAIS RENADI:BRASÍLIA, 2006: p. 151-155).

- c) Municípios de Médio Porte – a população está entre 50.001 a 100.000 habitantes (cerca de 10.000 a 25.000 famílias; necessitam de uma rede ampla de serviços de assistência social, basicamente na rede de proteção social básica);
- d) Municípios de Grande Porte – a população chega a 101.000 habitantes até 900.000 habitantes (cerca de 25.000 a 250.000 famílias; necessitam da rede completa de proteção social básica e especial de média e alta complexidade devido o seu volume demográfico);
- e) Metrópoles – a população ultrapassa os 900.000 habitantes (atingindo média superior de 250.000 famílias cada; apresentam o agravante dos chamados territórios de fronteira; significam zonas limites e normalmente apresentam forte ausência do Estado).⁴⁹

Como podemos perceber a Assistência Social ganhou caráter de política pública, e apesar de muitos avanços teóricos e legais, sentimos no cotidiano do exercício profissional suas limitações decorrentes ao descumprimento da NOB/SUAS – Resolução CNAS nº. 130/2005, e da NOBRH/SUAS – Resolução CNAS nº. 269/2006. Esta realidade será referendada na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais aprovada pela Resolução CNAS nº. 109/2009. O tripé da Seguridade Social foi consolidado num período de incertezas mundial que trouxeram novas formas de relacionamento entre a estrutura do Estado e da

⁴⁹ A classificação do porte dos municípios visa instituir o Sistema Único de Assistência Social (PNAS/2004, p.46), e fizemos questão de apresentá-la para fundamentar nossa preocupação com o processo de implantação da referida política, em especial a rede social de proteção ao idoso, considerando que ao nosso ver, a classificação do município de Manaus, baseado nos dados apresentados, vem a ser caracterizado como Metrópole, considerando que segundo dados apresentados pelo IBGE no início deste estudo, ultrapassamos os 900.000 habitantes estabelecidos pela classificação. Apesar das dificuldades encontradas na rede social de proteção, não podemos afirmar que a atuação do Estado é inexistente, mais podemos afirmar que é insuficiente e que não tem recebido incentivo para sua melhoria e ampliação, uma vez que seu número populacional cresce de forma acelerada e que de acordo com o IBGE nossa capital encontra-se entre as seis cidades brasileiras que mais recebe migrante.

Sociedade Civil, como podemos identificar no processo de implementação da rede social de proteção.

No próprio texto de apresentação da PNAS (2004: p.53-54) é referendado a importância de um corpo técnico qualificado e atualizado para garantir a operacionalização e efetivação da rede de serviços socioassistenciais previstas em lei. Naquele contexto da publicação da Lei, falava-se na necessidade de estimular os debates sobre a importância do tema recursos humanos, porém se destacava já naquele cenário os impactos das transformações no mundo do trabalho e as dificuldades postas à efetivação das políticas públicas estatal. E ainda pela falta de uma intervenção do Estado no sentido de realizar concursos públicos para o desenvolvimento crescente e qualitativo da política.⁵⁰

No texto Constitucional, no Capítulo da Seguridade Social, a Assistência Social será desenvolvida de forma descentralizada e participativa,

*As ações governamentais na área da Assistência Social será realizada com recursos do orçamento da Seguridade Social, previsto no artº. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:
I – Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos*

⁵⁰ Apesar da publicação da NOB-RH/SUAS o surgimento permanente e crescente de “novas ocupações/funções” na gestão da política tem sido muito presente, principalmente em nosso Estado, que ao nosso ver ainda mantém o caráter clientelista e com forte influência e interferência do primeiro damismo nas ações da Assistência Social local. Esta realidade foi muito debatida recentemente nas últimas Conferências Estadual e Municipal de Assistência Social, onde presenciamos um grande conflito de interesses entre categorias profissionais, específica da área de saúde, reivindicando ampliação de seus espaços ocupacionais e a aprovação e manutenção de projetos sociais de atenção à saúde com investimento da Assistência Social. Como exemplo, podemos citar os Projetos Vida Ativa e Vida Saudável desenvolvidos em parceria com a Secretaria Estadual de Desporto e Lazer que se mantém com recursos da Assistência Social repassados via ONGs e OCIPS, e que além dos Educadores Físicos passou a incorporar em seu quadro os Fisioterapeutas, Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e até Médicos. E esta realidade é mantida com o discurso da Gestão Compartilhada entre Estados e Municípios e suas respectivas Secretarias, porém só a Assistência Social e a Saúde tem recurso orçado para o desenvolvimento dos programas e serviços de atenção a pessoa idosa. E aí entra outro debate: de quem é a competência para com o segmento – da saúde ou da assistência? Ora, se a Gestão é compartilhada, o que se refere à saúde é competência da saúde, e portanto devem planejar orçamento para estas atividades e os profissionais competentes da área devem ser mantidos por sua Secretaria de origem. Por outro lado, o que diz respeito à assistência devem ser de competência da assistência, e seus recursos orçados devem garantir a efetivação dos programas, serviços e projetos da assistência social, bem como a efetivação de um quadro permanente qualificado e atualizado, evitando prejuízos na continuidade e qualidade da rede social de serviços em detrimento das novas relações do Estado e da Sociedade Civil.

respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (Capítulo IV; Seção IV; Artº. 204)

Já no texto da PNAS, a interpretação feita acerca deste texto Constitucional é no sentido de *destacar a participação da sociedade civil, tanto na execução dos programas através das entidades beneficentes e de assistência social, bem como na participação, e na formulação e no controle das ações em todos os níveis* (2004 p.46-47).

A nosso ver, não acreditamos que as ideias e intenções dos participantes do Movimento Constituinte ao deliberarem sobre esta participação da sociedade esteja em sintonia com a transferência de responsabilidade do Estado para a Sociedade Civil. cremos que a ideia primeira era a de garantir a participação nas discussões sobre a elaboração das políticas de proteção, no sentido de garantir o atendimento das demandas da classe trabalhadora, bem como de monitorar, acompanhar e avaliar as ações governamentais e a utilização dos recursos orçados para o desenvolvimento dessa política. A questão é que durante a Constituinte as ideologias presente entre os atores sociais daquele contexto eram diferentes dos que passariam a transitar entre sociedade civil e a sociedade política pós a década de 90.

A Seguridade Social está sendo privatizada gradativamente. Primeiro passando pela saúde e o sistema cooperativo dos planos de saúde, segundo a previdência social, que é um dos setores mais atingidos com a publicação da Emenda Constitucional nº. 20/98⁵¹. E que, é necessário destacar o seu grande

⁵¹ A Emenda Constitucional nº.20/98, proposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso, atingiu pontos essenciais da previdência definida na Constituição de 1988. Essa emenda introduziu o fator previdenciário que amplia o tempo para a aposentadoria e mantém os valores dos benefícios no Regime Geral de Previdência Social (RGPS); alterou também o Regime dos Servidores Públicos, aumentando o tempo de

impacto para a classe trabalhadora e o futuro dos idosos aposentados, considerando que se trata de uma proposta que tende a triplicar a pobreza no país. E terceiro, o incremento e ampliação da assistência social, que também vem passando por um processo de privatização, através das novas relações da sociedade civil com o Estado.

Esse novo formato de relação entre a sociedade civil e o Estado vem legitimar as reformas, e o mais grave é como os trabalhadores ativos e inativos se comportam diante destas mudanças. Amaral (2009) argumenta que:

Nos países da América Latina que vivenciaram processos de transição democrática, após resistências a longos períodos de ditadura militar, as lutas pela democracia resultaram na organização de amplos setores populares que chegaram aos anos 80 do século passado à margem das decisões políticas que deram fim ao regime militar. Ainda assim, nos finais dessa década, as lutas empreendidas pelos movimentos sociais organizados nesses países, e especialmente, no Brasil, com a Assembleia Nacional Constituinte, asseguraram importantes conquistas e direitos sociais hoje profundamente alterados, tanto pelas Propostas de Emendas Constitucionais, quanto pelas sucessivas Medidas Provisórias, sucedâneas dos Decretos-Leis da época da ditadura. As Medidas Provisórias acabaram por alterar profundamente não apenas a Constituição, mas a própria relação Executivo-Legislativo retirando, deste último, as suas tarefas constitucionais, reduzindo-o, frequentemente, a mero aparato referendatário (p. 60).

A concepção de cidadania e identidade enquanto classe vai refletir diretamente nesta nova relação da sociedade civil com o Estado. Ao nos reportarmos mais uma vez para a ordem cronológica das legislações, identificamos a PNAS e os dois momentos de sua publicação, o primeiro texto de

contribuição e implantando regimes de transição para os antigos funcionários. Porém, a alteração mais importante foi no Art. 202 da Constituição, estabelecendo a fixação do teto de benefícios para os servidores públicos, quando fosse assegurada a complementação de aposentadorias e pensões, por meio de planos de aposentadoria complementar, dos fundos de pensão ou da previdência privada, dispensando os estados e os municípios de garantirem o pagamento de benefícios acima do teto já fixado para o RGPS. Essas alterações se consolidaram na Emenda Constitucional nº40, governo Lula, fixando definitivamente um teto para a previdência dos servidores públicos, independente de participarem ou não de outras modalidades de previdência, logo, um incentivo aberto a previdência complementar privada (Teixeira: 2008, p.194).

1998 e o segundo de 2004. Os dois momentos refletem esta nova relação da sociedade, trazendo cada vez mais a responsabilidade para a sociedade.

No próprio texto da PNAS, é estabelecida esta nova relação entre Estado e Sociedade Civil, *definindo-a como eixo estruturante do Sistema Único de Assistência Social – SUAS*. A ideia é construir uma rede sócio assistencial a partir da necessidade prático-operativa de estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil como forma de garantir o funcionamento e a prestação de serviços públicos.

Dentro deste cenário, exemplificamos a realidade dos trabalhadores da assistência social que prestam serviço ao Estado através de ONGs e/ou OCIPS⁵² e desenvolvem o discurso do Estado como se fosse parte efetiva dele. Esta afirmativa pode ser comprovada mediante a composição das organizações e entidades de idosos que visam efetivar o controle social das políticas públicas.

3.2 Organizações de Idosos: avanços e retrocessos no controle social

As organizações e formação de entidades representativas de idosos tomarão força final da década de 70 e começo da década de 80. Para muitos

⁵² Organização Não Governamental – ONG é associado as organizações surgidas entre os anos 70 e 80 no âmbito da cooperação internacional para a proteção dos direitos sociais e o fortalecimento da sociedade civil. A expressão “organização não governamental” admite muitas interpretações. De um lado, a definição textual, ou seja, aquilo que não é do governo, é tão ampla que abrange qualquer organização de natureza não-estatal. O mesmo não acontece do ponto de vista jurídico, pois a legislação brasileira prevê apenas três formatos institucionais para constituição de organizações sem fins lucrativos da sociedade civil: associação civil sem fins lucrativos, fundação privada e organizações religiosas (Belo Horizonte: 2007 p. 74). Criadas pela Lei nº 9.799, de 23 de março de 1999, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Esta legislação também disciplinou as regras de parceria entre as instituições e o Estado. Em 30 de junho do mesmo ano, a lei foi regulamentada pelo Decreto 3.100 (Fonte: <http://www.cresssp.org.br>; e IAMAMOTO: 2005).

estudiosos essas organizações de idosos serão considerada a classistas devido a ausência de articulação com os tradicionais movimentos sindicais. Muitas destas organizações terão origem com apoio e intervenção das igrejas católicas ou evangélicas e até mesmo surgiram devido a mobilizações de categorias profissionais especializadas nos estudos da velhice. Conforme Teixeira,

Os “novos” movimentos sociais, que ganham essa denominação, pelo fato de representarem uma mudança dentro do sistema político representativo; de surgirem como uma coisa nova, de participação espontânea, autônoma, movimentos contra o Estado, mas sem relação com os grupos de interesses classistas, como sindicatos, partidos, associações dentre outros (...) Esses movimentos colocavam-se como “ante Estado”, “antipartido”, antissistema político”, uma ofensiva contra o sistema político dominante.

(2008: p. 170)

Os movimentos sociais de idosos ganharam visibilidade durante a Constituinte assim como os movimentos sindicais que surgiram com novos contornos devido a luta da classe trabalhadora se dar sob os contornos da crise mundial do mundo do trabalho que só chegaria ao Brasil nos meados de 90. Dentre os principais movimentos que se destacam neste novo cenário temos:

1. Movimento Social de Aposentados e Pensionistas: fundaram Associações e seguiram com a criação de Federações e posteriormente a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP;
2. Movimento Social da Terceira Idade: originado pela organização e articulação dos trabalhos para com os idosos realizados na estrutura do Sesc;
3. Movimento Social de Gerontologia e Geriatria: os profissionais especializados participaram do processo de organização do segmento e

tiveram forte influencia na luta pelo direito a velhice com a fundação da Associação Nacional de Gerontologia – ANG e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG;

4. A Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento – AME: sob o patrocínio da OMS, traçou o Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento – PAME, influenciando mais ainda os movimentos sociais de idosos e a formação de ONGs.

Trazendo esta realidade para nossa região perceberemos um crescimento destes movimentos a partir de movimentos sociais da terceira idade que se desenvolveu nas comunidades, nos bairros e nas igrejas. As Associações de Aposentados e Pensionistas fizeram um movimento à parte devido o não reconhecimento destas organizações enquanto representação do segmento.

Muitos dos Grupos, Associações e demais organizações de idosos terão ao contrario do cenário nacional um forte influencia e intervenção política partidária. Esse entendimento só foi possível após a realização do levantamento dos grupos e associações de idosos de Manaus coordenado pela Fundação Dr. Thomas.

No caso mais especifico de Manaus a mobilização dos idosos e da chamada terceira idade partiu dos profissionais que atuavam junto ao segmento. Não foi do Sesc e muito menos das Associações de Aposentados e Pensionistas, e vale registrar que naquele contexto estes profissionais ainda não tinha formação especifica em gerontologia. Foi a luta junto ao movimento que pulsionou a realização de convenio entre a Fundação Dr. Thomas e a PUC/SP para abertura da primeira turma de gerontologia em Manaus.

A elaboração da Política Municipal do Idoso (PMI), em Junho de 1999, foi produto da articulação dos Movimentos Sociais de Idosos desenvolvido e coordenado pela Fundação Dr. Thomas, quando foram convocados os representantes de 68 coordenadores de grupos de idosos (existentes na época) e que atuaram diretamente na oficina de trabalho que construiu a Política.

Após a publicação da politica municipal a Fundação enquanto sua coordenadora apresentou proposta de levantamento do perfil dos grupos de idosos concentrados em Manaus. Tal proposta teve como objetivo elencar subsídios necessários para a fundamentação de um planejamento estratégico de ações a serem desenvolvidas em favor destes grupos de idosos, prestando-lhes assessoria técnica, cadastrando e supervisionando a formação organizacional e inserção dos idosos nos mesmos.

Esse estudo proposto pela FDT foi compreendido como relevante para a garantia do desenvolvimento efetivo da lei promulgada, e como facilitadora ao acesso das informações concernentes ao idoso e seu processo de envelhecimento com qualidade de vida. Porém, compreendemos que os resultados alcançados com a pesquisa garantiram o fortalecimento do grupo politico dominantes que passou a disponibilizar profissionais e técnicos assessores para intervirem junto aos grupos e associações.

Como resultado do levantamento de campo foi identificado que a formação e organização dos grupos de idosos cresciam, sendo que alguns se dividiam e formavam novas organizações mais dependentes politicamente falando.

TABELA 01: AGRUPAMENTO DOS GRUPOS DE IDOSOS

Associações Comunitárias – ONGs	17	22%
Projetos Educativos: Universidades e Unidades Escolares	06	8%
Centros de Saúde	16	20%
Centros de Capacitação de Atletas – CCAs	09	12%
Ações Carismáticas e de Filantropia	08	10%
Centros Sociais e de Desenvolvimento Comunitário –CDC	22	28%
Total de Grupos	78	100%

Fonte: Pesquisa Documental “Perfil dos Grupos e Associações de Idosos”, agosto-dezembro de 2010.
Elaboração: Pesquisadora

Conforme a Tabela 1, identificamos que as organizações e posteriormente a formação de entidades de idosos e que ganharam mais visibilidade em Manaus estão vinculadas a algum tipo de organização já existente. Considerando o período de realização do levantamento que se deu em 2001, logo após a regulamentação da PMI, foi cadastrado no estudo um total de 78 grupos e organizações, dos quais 28% eram vinculados aos Centros de Desenvolvimento Comunitário e que eram apoiados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC. Outros 22% eram originados das Associações Comunitárias que mantinham algum vínculo ou apoio, como costumavam dizer de gabinetes da Câmara Municipal e alguns casos até da Assembleia Legislativa. E 20% eram desenvolvidos pelos Centros de Saúde, 12% eram vinculados aos Centros de Capacitação de Atletas, mantidos na época precariamente pelo

Estado. Os restantes 10% eram de cunho religioso e filantrópico, e 8% eram vinculados as Universidades e Escolas.⁵³

Os dados referentes às organizações de idosos são de importante relevância, apesar do período de realização do levantamento ter ocorrido a dez anos atrás, identificamos com os estudos e pesquisas realizadas que esta realidade não mudou muito. Pelo contrário, a nosso ver a participação dessas organizações enquanto sociedade civil organizada ficou cada vez mais comprometida a partir do momento em que perderam sua identidade.

Percebemos que de acordo com o cenário mundial, nacional e local as novas relações entre a sociedade civil e o Estado vieram comprometer os interesses de uma parte significativa do segmento. Os movimentos sociais de idosos fomentados por especialistas da gerontologia e geriatria têm maior visibilidade enquanto idoso ativo, saudável e independente da estrutura do poder publico. Em contrapartida, os “velhos pobres” continuam carregando o estigma de decrepitos, dependentes e o que é mais grave sem nenhuma visibilidade política uma vez que os movimentos de idosos não se veem e sequer se reconhecem como possíveis e futuros idosos dependentes.

Para entendermos estas organizações e suas formas de representação e entendimento sobre quem representam é necessário resgatarmos a definição

⁵³ O Levantamento do Perfil dos Grupos de Idosos em Manaus garantiu o cadastramento dos 78 grupos identificados na época. Apesar de termos conhecimento que existiam outras organizações que recusaram em participar do levantamento devido nosso vínculo com a Prefeitura Municipal de Manaus através da Fundação Dr. Thomas. Chegamos a visitar as Associações de Aposentados e Pensionistas do extinto IAPETEC (estiva), Soldados da Borracha (seringueiros), Comércio e Indústria, porém foram unânimes em recusar a participação no cadastro em curso. Hoje temos clareza acerca da posição tomada pelos sindicalizados aposentados, pois eles afirmavam que os demais grupos de idosos e da terceira idade não comungavam com os mesmos interesses, e além de serem constituídos em mais de 80% por mulheres pensionistas ou beneficiárias do BPC, são grupos vinculados e subordinados a estrutura do Estado. Os idosos aposentados sindicalizados não compreendem e não aceitam o benefício da LOAS administrado pela Previdência Social, aos olhos deles, esses benefícios não são concedidos de forma correta, pois segundo seu entendimento essas pessoas nunca contribuíram com a Previdência, nunca trabalharam formalmente. Essa leitura é baseada na concepção de cidadania associada a ocupação no mundo do trabalho. Dentre as organizações sindicais e de associações de aposentados e pensionistas a participação feminina é quase nula.

sobre os movimentos sociais apresentadas por Galliano a partir do sociólogo francês Touraine,

Todo movimento social, para chegar a existir enquanto organização reivindicatória, precisa inicialmente resolver certos problemas relativos à sua própria definição. Deve, nas palavras do autor, 'reunir certos princípios de existência'. O que confere especificidade a um movimento social e lhe orienta a ação é a resposta que oferece a esses problemas, ou seja, a maneira como estabelece seus 'princípios de existência'.

Todo movimento social precisaria definir-se em relação a três desses princípios, de acordo com TOURAINE: 'o princípio de identidade, o princípio de oposição e o princípio da totalidade.

(1981, p. 273)

É bem verdade que quando Galliano nos apresenta estes princípios desenvolvidos por Touraine, ele diz que seu conhecimento é de fundamental importância para compreender a ideologia adotada por estes movimentos sociais. Porém ele reforça que *o que é requisito prático para o próprio movimento é requisito teórico para quem o estuda* (IDEM).

Sendo assim, ao analisarmos os movimentos sociais de idosos e suas respectivas organizações aqui em Manaus, entendemos que sua identidade representativa para com os indivíduos que compõem o segmento idoso fica comprometida a partir de sua percepção e compreensão sobre a velhice. De acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741/03), o direito a velhice é personalíssimo. Beauvoir (1990) diz que a velhice é um estado natural individual, particular e único, e que seu desenvolvimento e condições varia segundo o contexto político, econômico e cultural.

Ora, os movimentos sociais de idosos fomentados pelos especialistas da gerontologia e pelo SESC, bem como, aqueles fomentados pelos Centros de Capacitação de Atletas pregam um envelhecimento “saudável e ativo”. É neste contexto que Debert fará suas reflexões sobre a reinvenção da velhice promovida

pelo modelo de sociedade capitalista e que fomentará a criação de programas e serviços para a terceira idade ativa e consumidora destes serviços. E, é a partir desta leitura que entendemos que o princípio da identidade dos movimentos de idosos estão comprometidos, pois eles não se veem como possíveis idosos dependentes.

Esta realidade é muito presente nos grupos ou centros de convivência de idosos quando um idoso (a) passa a apresentar dificuldades em acompanhar e participar de todas as atividades e eventos promovidos pelo grupo. Os próprios colegas de grupo rejeitam e criticam seus companheiros e recomendam que ele saia do grupo, pois está “ficando doente”.

Quanto ao princípio da oposição só é perceptível na prática quando os grupos se encontram nas reuniões semanais do Fórum Permanente do Idoso – FOPI. Momento em que identificamos o conflito de interesses e posturas opostas ao que é apresentado, principalmente quando os gestores da política municipal se fazem presentes nos encontros.⁵⁴

Essa dependência dos grupos e associações de idosos na estrutura do Estado é comum segundo Rodrigues que menciona as motivações destes grupos em receber e aceitar muitas vezes de forma submissa as intervenções dos técnicos disponibilizados pelo poder público. E este entendimento é reforçado

⁵⁴ É importante abrir um parentese no que se refere ao princípio da oposição, pois segundo Galliano, Touraine diz que “na ausência de qualquer oposição, um movimento social deixa de existir como tal, muda de natureza e torna-se um proselitismo”. Isto nos reporta as reuniões do FOPI, quando identificamos claramente a oposição feita nos dias atuais pelos grupos de idosos em relação a representação da Fundação Dr. Thomas nos encontros. Esta oposição deve-se ao retrocesso da política municipal vivenciada pelos grupos no período da gestão 2005-2008. A Política Municipal do Idoso foi elaborada pelos idosos organizados através de seus movimentos sociais e articulados pela Fundação Dr. Thomas (1997-2004) em um período em que os grupos e associações eram importantes e tinham visibilidade política. Porém com a nova gestão, com a política regulamentada, com o perfil traçado em mãos da atual gestora, e a identificação de grupos organizados nos espaços municipais cedidos, foi adotado práticas interventivas nos grupos, como exemplo, podemos destacar a extinção ou expulsão de alguns grupos de idosos que se reuniam nas unidades vinculadas ao município e que se recusaram a receber uma nova diretoria e coordenação de grupos imposta pela Coordenação da Política Municipal. Com isto os grupos e associações de idosos migraram para as estruturas do Estado e passaram a receber o apoio do Estado, rejeitando e enfrentando as ações da política municipal que acabaram se fechando aos muros institucionais da Fundação Dr. Thomas.

pelos gestores quando cita a rede de proteção como responsabilidade de todas chamando a sociedade para compor esta rede.

A PNAS também faz destaque nestas novas bases de relação entre o Estado e a Sociedade Civil reforçando a importância e o significado das ONGs na composição da rede social de proteção e que segundo o olhar dos gestores se fundamenta nos Artigos 203 e 204 da Constituição Federal e na Lei Orgânica de Assistência Social.

No caso deste estudo é pertinente conhecermos como se dá a composição das entidades representativas de idosos e quais os critérios de garantia a participação no processo de controle democrático via conselhos. Segundo exigências regimentais publicadas nos Diários Oficiais do Município ou Estado, a abertura do processo de inscrição para entidades da sociedade civil concorrer à vaga junto aos conselhos de direitos da pessoa idosa, é necessária que os mesmos tenham documentação oficial enquanto pessoa jurídica.

Ao realizarmos levantamento documental sobre os editais e concorrentes inscritos, identificamos que a maior dificuldade das organizações de idosos é garantir sua participação devido à falta de registros.

TABELA 02: NÚMERO DE GRUPOS REGISTRADOS

Sim	19	24%
Não	53	68%
Está em processo	05	7%
Não soube informar	01	1%
Total de Grupos	78	100%

Fonte: Pesquisa Documental "Perfil dos Grupos e Associações de Idosos" agosto-dezembro de 2010.
Elaboração: Pesquisadora

Conforme dados da Tabela 02, 68% dos grupos e associações de idosos cadastrados não são registrados, conseqüentemente sua participação no controle democrático é fragilizada considerando que os demais 31% (registrados e em processo) dividem-se entre Conselho Estadual e Municipal. Os dados apontados na referida tabela são concernentes ao levantamento realizado em 2001, porém detectamos a partir do cadastro atualizado anualmente pelo Fórum Permanente do Idoso – FOPI que esta realidade não mudou. Pois os grupos e associações de idosos mais antigos são os únicos que possuem registro e a documentação adequada as exigências do edital de abertura de inscrição.

Como agravante a viabilização do controle e garantia de defesa dos interesses da coletividade idosa detectamos outra situação que é a participação direta de técnicos comissionados junto aos grupos e associações. Como podemos verificar na Tabela 03, onde 78% da liderança de grupos e associações admitem que foram disponibilizados por suas respectivas secretarias, gabinetes e demais entidades para trabalhar em prol do segmento dando todo o suporte necessário. Dentre os vínculos dos coordenadores encontramos: SEMSA, SEMED, SEMASC, SEMESP, SEMINF, SETRAB, SEST-SENAT, Fundação Dr. Thomas, SEDUC, SUSAM, Polícia Militar e Assembleia Legislativa⁵⁵.

⁵⁵ Conforme já foi registrado no corpo deste trabalho, estes dados referem-se ao levantamento dos grupos e associações de idosos, realizado pela Fundação Dr. Thomas em 2001, logo após a publicação da política municipal, daí o motivo de siglas de secretarias que atualmente foram renomeadas, extintas ou incorporadas a outras estruturas do município. Porém comparamos estes dados com o recadastramento anual dos grupos, coordenações e lideranças de idosos em Manaus realizada pelo FOPI, mediante isto constatamos que a realidade dos vínculos e dependência entre as secretarias estaduais e municipais continuam. O diferencial é que segundo levantamento do FOPI, 40% dos grupos de idosos hoje foram absorvida pelos projetos Vida Ativa e Vida Saudável coordenados pela Secretaria de Estado do Desporto e Lazer – SEJEL. 20% hoje permanecem nos espaços cedidos pelo município através da SEMASDH e os demais 40% se redistribuíram entre UNATI/UEA, Patorais e Independentes. Apesar de ser a maioria, esta última dificilmente participam das militâncias coletivas, acabam sendo direcionados por suas entidades segundo interesses específicos e individuais.

TABELA 03: COORDENADOR DISPONIBILIZADO

Sim	61	78%
Não	17	22%
Total de Grupos	78	100%

Fonte: Pesquisa Documental “Perfil dos Grupos e Associações de Idosos” agosto-dezembro de 2010.
Elaboração: Pesquisadora

Os projetos sociais com vistas ao lazer, atividade físicas e culturais ficaram concentrados nas Secretarias de Esporte, tanto na esfera estadual quanto municipal. E isto irá reforçar a ideia do envelhecimento ativo legitimando as ações governamentais em parceria com a sociedade que tem investido na criação de programas e serviços de atenção básica em detrimento aos programas de média e alta complexidade.

Estudiosos da gerontologia e geriatria como Beauvoir, Rodrigues, Papaléo Netto, dentre outros já citados no corpo deste trabalho, reforçam a ideia que trazemos em questão para a velhice pobre e dependente. A velhice que demanda por serviços mais efetivos e que sofrem descaso por parte das três esferas de governo.

A velhice que apresenta demandas que os Centros de Convivência, as Casas de Passagem ou Abrigos Temporários, e até mesmo os CRAS não dão conta de atender suas necessidades humanas básicas. Principalmente no que diz respeito a realidade cultural de nosso Estado, isto torna-se mais agravante, pois

todos os dias assistimos na mídia registros sobre a violência doméstica, o abandono e o descaso.

Seguindo a lógica deste raciocínio resgatamos o discurso de Rodrigues sobre a *politica ser um instrumento de valorização ou marginalização*. Ela chama a atenção para a necessidade de o *ser velho* se assumir como tal e ser ator principal de sua própria história. Porém a realidade tem demonstrado que os projetos sociais desenvolvidos têm reforçado a negação da velhice e consequentemente contribuído para que a pessoa em processo de envelhecimento negue sua vida futura⁵⁶.

Tal afirmação é comprovada a partir do levantamento da chamada rede de proteção, quando identificamos entre profissionais, coordenadores de grupos de idosos que atuam ou já atuaram nos Conselho Estadual e Municipal destacam os avanços e desafios da política, bem como das limitações experimentadas nos Conselhos que pouco ou nada avançam na pauta referente à condição de pobreza ou extrema pobreza dos idosos desassistidos na cidade.

⁵⁶ Como profissional que tem atuado tanto com idosos institucionalizados, nos atendimentos domiciliares, bem como junto aos Centros de Convivência e de promoção da “Melhor Idade”, temos assistido as pessoas perseguirem um envelhecimento baseado na “velhice ativa e com qualidade de vida”, e que acabam negando qualquer possibilidade contrária. Como exemplo, podemos trazer para reflexão dois exemplos de envelhecimento ativo e comprometido com a luta por direitos a velhice: Nara Rodrigues lutou até o último fôlego de sua vida pela publicação, regulamentação, e implementação da PNI, pois conforme suas palavras, a PNI está em longo processo de implementação, buscando sua efetivação; Mariazinha Barroso, octogenária, depois de anos de luta junto ao ACEPI, vive com Alzheimer. O que chamamos a atenção neste trabalho é que qualquer um pode ser vítima de uma fatalidade da vida, e se nossa tão propagada rede de serviços não estiver preparada teremos um futuro de longevos comprometidos. A rede social de proteção está incompleta, pois tanto a esfera estadual quanto a municipal, tem atuado focada somente na rede básica, enquanto que as demandas da cidade apontam para a necessidade de investimento na criação e ampliação dos parques serviços existentes de média e alta complexidade voltados ao segmento. As três esferas de governo têm investido e atuado junto a criação e ampliação dos programas de promoção social, cultura e lazer. Estamos falando do segmento idoso, porém se observarmos com bastante atenção esta realidade perpassa por outros segmentos da sociedade. Como consequência o abandono e o descaso de pessoas idosa com algum tipo de limitação física ou mental têm crescido tanto nas ruas quanto na rede de saúde. Idosos sequelados de um AVC, por exemplo, são abandonados nas redes de saúde por suas famílias, pois ao tomarem conhecimento das sequelas, as famílias não comparecem no momento da alta hospitalar e fazem registros que comprometem a identificação e o reconhecimento dos responsáveis. Os programas de média e alta complexidade não recebem investimento necessário para sua manutenção e ampliação devido a falta de visibilidade política dos sujeitos da ação, e quando tem é decorrente a denúncias e notícias sensacionalistas e de promoção eleitoral.

3.3 Rede de Proteção: demandas e desafios do envelhecimento em Manaus

Ao nos dedicarmos a estudar a política para idosos, tomamos ciência de uma realidade local, conhecida através das condições de trabalho dos profissionais que atuam junto ao público assistido no interior das instituições. E que podemos comprovar quando realizamos o levantamento da rede de serviços e identificamos a compreensão dos profissionais e dos sujeitos assistidos na rede.

Para isto é necessário concebermos a definição da rede de proteção e como é estabelecido e conduzido a demanda segundo a rede de serviços. Tomando a PNAS (2004) como referência, temos a definição da rede sócio assistencial que prevê a garantia da proteção a partir de

um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (p. 94).

No que se refere à especificidade da rede de proteção ao segmento idoso temos como referência a proposta da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2006), realizada após a consolidação das Conferências Municipais e Estaduais que levantaram a proposta temática: *Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – RENADI (2006)*, e que posteriormente teve na II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2009) a proposta

temática: *Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa: Avanços e Desafios*⁵⁷.

Ao compararmos o texto dos dois documentos percebemos que a definição e conceituação da rede de proteção proposta pelos conferencistas têm como interpretação as ações integradas e articuladas entre Estado e Sociedade Civil. Porém os conferencistas divergem em alguns pontos, como por exemplo, na fala da Ministra Arlete Sampaio, para tratar da RENADI, é preciso

(...) explicitar a organização da atuação do Estado e da e da sociedade civil na execução de um conjunto descentralizado e articulado de programas, ações e órgãos direcionados à efetivação dos direitos da pessoa idosa no país (...) a RENADI está prevista na Política Nacional do Idoso. Ela engloba as políticas setoriais da rede social e é resultado das deliberações da 1ª. Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 2006 (...) As principais diretrizes da rede progridem no sentido de perceber o processo de envelhecimento em suas diversas dimensões, considerando o envelhecimento digno como um direito humano garantido pelo Estado e pela sociedade (...) As estratégias para a execução das políticas voltadas à população idosa fazem parte das atribuições dessa rede. É preciso definir diretrizes para construir um sistema de garantias em forma de rede, com a participação dos gestores, membros da sociedade civil organizada e as pessoas idosas, considerando tanto as diferenças sociais, econômicas e regionais, bem como as contradições entre o meio rural e urbano. É prioritário redimensionar os serviços a partir dessas realidades, assegurando a participação do idoso no processo de políticas públicas por meio de suas organizações representativas (...) Para construção dessa rede, é fundamental o bom funcionamento do aparelho estatal e, conseqüentemente, o fortalecimento do pacto federativo, na perspectiva de potencializar a ação do Estado e assegurar que as ações da política de assistência social e das demais políticas setoriais sejam executadas (Anais da 2ª. CNDI: 2010, p. 31-32).

Apesar de a Conferencista representar o Estado em sua esfera federal, percebemos a leitura da mesma em relação à responsabilidade do Estado, e nos chama a atenção seu discurso ao destacar a importância da rede ser pensada segundo as especificidades da dimensão do envelhecimento regional, urbano e

⁵⁷ Os dois eventos foram consolidados através de seus respectivos Anais (1ª e 2ª CNPDI) respectivamente em 2006 e 2008, momentos em que a definição e composição da rede de proteção foram debatidas entre os conferencistas representantes da estrutura do Estado e da Sociedade Civil e que utilizamos como instrumento de consulta para conhecer os registros referentes aos avanços e desafios da política pública para idosos.

rural. E, é neste texto que reforçamos nossas ideias sobre a execução desta rede social de proteção que pretende garantir os direitos do *ser velho* no contexto Amazônico e especificamente urbano de Manaus.

Na mesma mesa de debate, Faleiros (p.38) abre a discussão sobre a concepção de *redes sociais na dimensão da política para o envelhecimento*. E inicia sua fala com duas questões fundamentais para orientar o debate e reflexões referente a proposta da II Conferência que trata da avaliação da RENADI: *Qual o lugar da pessoa idosa nas relações sociais e na agenda política? Como se pode conceituar e perspectivar um trabalho em rede?*

Para fomentar o debate Faleiros(2010)⁵⁸ pontua o lugar da pessoa idosa segundo o modelo de sociedade na qual ela está inserida, como:

- ✓ Nas sociedades tradicionais onde a velhice era valorizada pela sabedoria e experiência de vida, garantindo o repasse dos valores e costumes, e preservando a manutenção da cultura entre os mais jovens;
- ✓ No processo de modernização capitalista, costumes, valores, papéis sociais tradicionais foram modificados com a industrialização e a escolarização que interferiram seriamente nas relações de produção e nas relações familiares;
- ✓ Nas sociedades democráticas e no Estado de Direito, a velhice passa a ter garantido formalmente um envelhecimento digno, político-participativo, porém na realidade ainda existe uma grande distancia entre o legal/formal e o real/efetivo.

Segundo o autor é necessário distinguirmos sistema em rede e o trabalho em rede. Sabendo que,

Um sistema de garantia de direitos é diferente do trabalho em redes. Um sistema pressupõe que seus elementos façam parte do todo, com conexões previsíveis dentro de uma lógica de funcionamento harmônico. Compõe-se de organizações ou instituições que têm um elemento que as conectam, para que o todo venha ser integrado, se – e

⁵⁸ Nos Anais da 2ª. CNDI (2010, p.38-45), Faleiros provoca os conferencistas acerca da efetividade da rede social e da necessária integralização das políticas de Seguridade Social e setoriais a serem conectadas, aglutinadas e articuladas para atender o direito personalíssimo a velhice no cenário brasileiro. Considerando os objetivos deste estudo tomamos a fala do autor como referencia e fundamentação de nossas análises documentais sobre os relatos e registros referentes ao desenvolvimento e efetivação da política pública para idosos em Manaus.

somente se – as partes funcionarem no todo e pressupuserem o todo conectado. Esta conexão ideal estabelece atribuições definidas em normativas.

Na organicidade do sistema é possível visualizar as partes e o todo elaborado, mas não sua dinâmica. A Política Nacional do Idoso (PNI) constitui um sistema, o SUS constitui um sistema, o SUAS constitui um sistema, enquanto a dinâmica efetiva e prática de redes pressupõem mobilização, atores em movimento, forças em presença, objetivos e metas, acompanhamento, debates, conflitos, articulações, o que vem a ser o papel da rede de proteção, para fazer do sistema um conjunto de práticas (p. 40).

Tomando como base esta ideia de Faleiros, trazemos para análise e reflexão os programas e serviços propostos pela Política Municipal do Idoso de Manaus (Lei nº. 5.482/01). E que segundo relatos dos profissionais da rede e conselheiros que compõe o controle social, visa garantir os direitos à velhice através do desenvolvimento de uma rede social de proteção, e que segue os princípios e diretrizes da PNI (Lei nº. 8.842/04 e o Decreto nº. 1.948/96), do Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741/03) e a PNAS (Resolução CNAS 145/04).

QUADRO 01: PROGRAMAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS PARA IDOSOS⁵⁹

PROGRAMA OU SERVIÇO	IMPLANTAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO
Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPIs	- 1ª fase: Asilar (1910); - 2ª fase: ILPI (1997)	- Revitalização da estrutura física, ampliação e humanização da equipe técnica operacional (1997); - Capacitação Continuada (1997); - Curso de Cuidadores de Idosos (2002); - Criação de Banco de Dados de Cuidadores de Idosos (2002); - Pós-Graduação em Gerontologia (Convênio PUC/SP: 2000-2002).

⁵⁹ As informações organizadas neste quadro referem-se aos dados registrados na gestão de 1993 a 2004 de Betânia Jatobá – Diretora Presidente da Fundação Dr. Thomas, enquanto cargo de confiança do então Prefeito Arthur Virgílio Neto, seguidos de Eduardo Braga e Alfredo Nascimento, respectivamente. Sendo esta etapa da pesquisa documental fundamentada nos Relatórios de Transição Administrativa das gestões citadas recentemente. Os relatórios demonstraram o compromisso com o segmento, tanto interno na instituição, quanto externo, porém assistido até então pela mesma. Posteriormente, na gestão 2005-2008, percebemos algumas mudanças no desenvolvimento dos programas idealizados durante a elaboração do Plano de Ação Governamental para o desenvolvimento da Política Municipal do Idoso – PAG-PMI 1999, e que discutiremos durante exposição final do estudo.

Disque Idoso – 1401	- 1ª fase: CVI (1997); - 2ª fase: Disque Idoso (2000);	- Iniciada com a Central de Valorização do Idoso 1401: recebimento de ligações e solicitação de visita; nas visitas eram desenvolvidos atendimentos <i>in locu</i> e orientação domiciliar; - Na segunda fase foi reestruturada como um serviço complementar e de apoio ao atendimento domiciliar; foi realizado mapeamento da rede social existente para instrumentalização dos profissionais durante atendimento via fone.
Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso – PADI	- 1ª fase: CVI (1997); - 2ª fase: PADI (2000)	- Na primeira fase confundia-se com atendimento via fone e visitação no domicílio; - Na segunda fase, após a reestruturação e desmembramento do Disque Idoso, foram criadas duas equipes independentes para manutenção do PADI que passou a desenvolver a visitação de atendimento e orientação <i>in locu</i> após agendamento previo e definição da equipe necessária a demanda organizada por zona.
Programa Conviver – Parque Municipal de Idosos	- Parque Municipal de Idosos (2002)	- O projeto de criação existia desde 1995, assim como sua maquete, mais somente após a elaboração do PAG-PMI (1999) foi aprovada o início das obras, sendo assinada a PMI (2001) no interior do auditório do parque em construção.

Fonte: Pesquisa Documental “Relatórios de Transição Administrativa – Gestão 1993-2004”, agosto-dezembro de 2010.

Elaboração: Pesquisadora.

Considerando o quadro acima, podemos afirmar que a Fundação Dr. Thomas – FDT, enquanto gestora municipal conseguiu efetivar sua proposta de sistema de proteção ao idoso. Porém isto se deu só internamente, dentro dos muros institucionais durante a gestão que se encerrou em 2004, mas que poderia ter se estendido e ampliado sua proposta a comunidade, se a gestão seguinte tivesse garantido a continuidade das ações planejadas.

Para compreendermos melhor esta leitura, é pertinente considerarmos o processo de criação e implementação dos programas e serviços para os idosos na FDT. Começando pela ILPI que foi originada pelo atendimento asilar criado em 1910, tendo como objetivo real controlar a mendicância na cidade foi repassado pelos Kardecistas e pela Maçonaria ao gestor municipal Paulo Pinto Nery.

Este por sua vez criou a Fundação Dr. Thomas em 1967, e mais recentemente, esta mesma Fundação de Administração Indireta do Município

passa a assumir a responsabilidade pela coordenação da Política Municipal do Idoso – PMI (2001).

Devido a cultura construída em torno da velhice e de suas instituições asilares, a coordenadora da PMI carrega os estigmas e preconceitos da velhice, comprometendo sua atuação e reconhecimento para implementação e efetivação da política, até porque Fundação a Dr. Thomas é conhecida mais pela ILPI, ou usualmente asilados.

Diante deste cenário ela passa a construir programas e serviços segundo as diretrizes e princípios da PNI de forma tímida e restrito aos muros institucionais.

A gestão municipal (1993) passa a se preocupar com o processo de revitalização, humanização, capacitação continuada e fortalecimento da equipe técnica de dentro para fora. A partir deste processo é que ela irá tentar abrir o espaço institucional para a comunidade idosa não institucionalizada. Passando a enfrentar resistência por parte do público, considerando que sua imagem é sempre associada ao asilamento e institucionalização de velhos pobres abandonados por seus familiares.

Apesar da resistência da população ou seu desconhecimento da coordenação da Política Municipal da velhice, a FDT mantém desde os 1990 outros programas e serviços, como o Disque Idoso, o PADI e em 2001 inicia o Programa Conviver. Ou seja, já desde os anos 1990 deixa de ser uma Instituição meramente asilar, passa a ser reconhecida pelos Gerontólogos como Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPIs⁶⁰, e estende sua experiência e

⁶⁰ De acordo com a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG, as ILPIs são instituições de atendimento ao idoso durante 24hs do dia, com atuação de corpo técnico multi-interdisciplinar competente e habilitado aos procedimentos de cuidado e atenção integral ao bem estar biopsicossocial do idoso.

atendimento aos idosos e seus familiares no sentido de evitar a institucionalização.

Pelo que foi apresentado, detectamos que a gestora municipal conseguiu por um breve período desenvolver o sistema de proteção em rede, bem como, o trabalho em rede.

Porém, analisando à luz das normas e legislação vigente isso se deu a partir dos programas e serviços executados dentro dos muros institucionais, interligados e articulados pelos movimentos entre os profissionais, que demandavam entre si respostas às necessidades dos idosos, segundo seu perfil e caracterização do programa correspondente⁶¹.

Diante disto podemos afirmar que houve avanços e conquistas para o segmento idoso após a regulamentação da política municipal.

Porém, não podemos deixar de registrar que também houve perdas, e até retrocessos, considerando a descontinuidade e descaracterização de determinados programas e serviços que foram idealizados no texto original da referida política e descaracterizada na sua efetivação.

Como exemplo dessa descaracterização, podemos citar os projetos sociais idealizados pela equipe de Serviço Social que tinha como orientação incentivar as práticas interventivas de seus estagiários. Os projetos de destaque que recebiam avaliação positiva, tanto por parte dos supervisores de ensino, como por parte dos supervisores de campo, eram apresentados à Direção que avaliava a

Diferentemente de o atendimento asilar que se preocupava somente com a retirada dos pobres das ruas com intenção de conte-los entre os muros institucionais e que correspondia as praticas repressoras, filantropicas, assistencialistas e/ou leigas.

⁶¹ Segundo os profissionais colaboradores da pesquisa o processo de desenvolvimento foi tardio considerando os impactos politicos eleitorais da regulamentação da política que acabaram por comprometer sua efetividade e continuidade. Ao passar de instituição asilar para coordenadoria de uma política publica, a FDT ganhou visibilidade politica local e nacional e sofreu os reflexos desta visibilidade que a transformou em objeto de consumo dos partidos da base aliada do gestor municipal.

possibilidade e importância da incorporação do que foi tratado no projeto no cenário institucional.

QUADRO 02: PROJETOS SOCIAIS INSTITUCIONALIZADOS⁶²

PROGRAMA OU SERVIÇO	IMPLANTAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO
Comissão Admissional de Idosos – CAI	- Inicialmente desenvolvido somente pelo Serviço Social (1997); - Passou a constituir-se como Programa Admissional de Idosos (1999).	- Devido as demandas e pressões externas para institucionalizar os idosos foi definido a criação da Comissão Interdisciplinar.
Programa Familiar de Idosos – PFI	- 1ª fase: Identificação e resgate dos vínculos afetivo-familiares (1993); - 2ª fase: Programa Familiar e de Amigos dos Idosos Institucionalizados (1999); - 3ª fase: Programa de Reintegração Familiar (2005).	- Necessidade de identificar quem eram os idosos institucionalizados e que tipo vínculos afetivo-familiar existia; - Reconhecimento dos vínculos afetivos existentes e promoção da participação familiar e dos amigos dos idosos no espaço institucional; - Iniciado a política de desinstitucionalização e reintegração familiar segundo registros do programa anterior.
Programa Saúde do Idoso – PSI	- Iniciado na ILPI (1997).	- Implantado na SEMSA (2001)
Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Envelhecimento em Manaus – NEPEM	- Iniciado na ILPI (1997) através do Grupo de Estudos Semanal.	- Formalizado pela Política Municipal (2001) e institucionalizado após publicações no Congresso da SBGG (2004)
Projeto Centro Dia para Idosos	- Projeto Piloto Centro Dia (2000)	- Experiência com 20 idosos demandados pelo PADI e atendidos na ILPI; - Suspenso devido a necessidade de estrutura operacional própria.
Programa Alfabetização de Idosos	- Programa de Alfabetização de Idosos (2000)	- Iniciado nos Grupos de Idosos, estendido a ILPI e ao Parque Municipal (2000); - Repassado a SEMED (2002).

Fonte: Pesquisa Documental, “Relatórios de Transição Administrativa – Gestão 1993-2004” agosto-dezembro de 2010.

Elaboração: Pesquisadora.

⁶² Assim como no quadro anterior, estes dados são referentes aos registros “Relatórios de Transição Administrativa – Gestão 1993-2004”. A Fundação Dr. Thomas como gestora da Política Municipal centralizou muitos dos programas e serviços previstos na política. Conforme treinamentos e cursos de capacitação continuada foram repassados gradativamente os programas para as demais secretarias segundo suas competências. Por outro lado, a Fundação Dr. Thomas, tinha como filosofia incorporar em seu quadro de Recursos Humanos todos os estagiários que se destacavam mediante seus projetos de intervenção durante campo de estágio. E estes projetos eram institucionalizados como programas, como foi o caso do Programa Admissional, Programa Saúde do Idoso e o Programa Familiar. Este último sofreu reformulação no processo de transição da gestão 1993-2004 para a 2005-2008, que entendeu ser de responsabilidade da “família” receber “seu” idoso de volta.

O Programa Admissional de Idosos foi idealizado pelas assistentes sociais, ex-estagiárias da FDT, que assistiram durante sua jornada de estágio as pressões políticas sofridas pela instituição para receber idosos que não tinham perfil para serem institucionalizados. Considerando o contexto histórico cultural, do “primeiro damismo” e da política de governo do mando, era comum recebermos cartões de gabinetes com “recomendações” para institucionalização de idosos, que tinham família com condições econômicas de suprir suas necessidades básicas.

Como a visita domiciliar era de responsabilidade do setor de Serviço Social as pressões eram muito fortes, apesar de naquele contexto as mesmas, terem a garantia de seu contrato social estabelecido pela legislação trabalhista anterior a reforma política. Foi assim que acolheram e apoiaram o projeto de intervenção social para a criação de uma Comissão Técnica Admissional, composta de Assistente Social, Médico, Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta, e posteriormente foi agregado um Advogado.

Diante disto a visita domiciliar passou a contar com a presença de outros profissionais que se revessavam, cada um fazia seu relatório e apresentava seu diagnóstico para discussão. E o parecer final acerca da institucionalização era decidido em conjunto mediante exposição de motivos. Desta forma os pareceres eram fundamentados e formalizados perante a Direção que se fortaleceu tecnicamente com o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela equipe.

Outro exemplo de projeto de intervenção que foi institucionalizado foi o Programa Familiar que passou por duas fases bastante positivas com a

identificação e o reconhecimento dos laços afetivo-familiar dos idosos residentes, que na maioria das vezes não correspondem aos vínculos sanguíneos. No primeiro momento se deu a identificação da existência destes laços, depois o reconhecimento da afetividade comprometida, limitada e sem vínculo sanguíneo. Posteriormente, a nova gestão instrumentalizada com estas informações passou a defender a desinstitucionalização dos residentes que tinham vínculos afetivos causando um grande conflito interno entre idosos, familiares/amigos, profissionais e Direção.

3.3.1 Perfil da Velhice e do Envelhecimento

Ao defendermos a ideia da necessidade de considerar as especificidades do processo de envelhecimento no contexto Amazônico e urbano de Manaus, nos pautamos na realidade das demandas e no perfil dos idosos junto às unidades de assistência social.

Começamos destacar o perfil dos idosos institucionalizados em Manaus, tendo como parâmetro as duas instituições que acolhem os idosos em regime de longa permanência ou asilar. A primeira, já mencionada, a FDT⁶³ iniciou suas atividades em 1910, como regime asilar e passou a

⁶³ Conforme já mencionado neste estudo, a FDT iniciou suas atividades como Asilo de Mendicidade a partir da iniciativa das Lojas Maçônicas e dos Espíritos Kardecistas em 1910. Posteriormente com a aprovação do Decreto lei nº169/1967, a Câmara Municipal aprovou a criação da Fundação Dr. Thomas, passando ao regime de Administração Indireta do Município de Manaus. A partir de 1997, dá-se o processo de revitalização, humanização e criação de novos programas e serviços inspirados pela publicação da PNI – Lei nº. 8.842/94 que fomentou a criação do Grupo de Estudo com a equipe técnica que se reunia todas as quartas-feiras pela manhã para estudar a PNI e refletir sobre as práticas desenvolvidas com os idosos. Em junho de 1999, é realizada articulação com grupos, associações e lideranças de idosos, e profissionais ou instituições que atuavam junto ao segmento idoso, para realização de uma Oficina de Trabalho tendo como tema central o texto da PNI, o Decreto nº.1948/96, e o Plano Nacional de Ação Governamental para implantação da Política Nacional do Idoso. Como resultado do evento temos a construção do Plano Municipal que dará origem a Política Municipal do Idoso – Decreto lei nº. 5.482/01, regulamentando e definindo as

coordenar a política para idosos da cidade, criando e reformulando seu programa asilar em longa permanência.

Porem, como já foi dito as transições politico-administrativas da instituição demandaram pela necessidade de traçar o perfil do idoso institucionalizado, identificando a possibilidade de existência de vínculos afetivo-familiares.

QUADRO 03: PERFIL DOS RESIDENTES DA FDT-2005.

FAIXA ETÁRIA		NATURALIDADE		VINCULO FAMILIAR	
Menos de 60	2,4%	Manaus	17,6%	Sanguíneo	57,6%
60 a 69 anos	15,2%	Interior/AM	42,4%	Afetivo	9,6%
70 a 79 anos	37,6%	Outros Estados	38,4%	Outros	18,4%
80 a 89 anos	32,8%	Desconhecido	0,8%	Não tem	14,4%
90 a 99 anos	11,2%	Estrangeiro	0,8%		
+ 100 anos	0,8%				

Fonte: Pesquisa Documental “Relatórios de Transição Administrativa – Gestão 1993-2004”, agosto-dezembro de 2010.

Elaboração: Pesquisadora.

Constatamos que as relações familiares estavam comprometidas não só pelo motivo da institucionalização, mas também e principalmente pelo tempo de institucionalização. 80% das motivações são decorrentes a condição econômica de vida da família e consequentemente aos maus-tratos,

porém os profissionais descartam que a caracterização dos maus-tratos se dá porque a família precisa se ausentar e deixar “seu idoso, sozinho, trancado e/ou aos cuidados, ou cuidando das crianças da casa, gerando um outro problema familiar”. E ainda tem os 14,4% s/vínculo e os 18,4% outros tipos de vínculo, que se somam aos casos de exploração do trabalho, “idosos que foram deixados sozinhos como caseiros de sítios, babas ou cozinheiras”, pessoas que nunca tiveram sua identidade de trabalhador reconhecida, e por terem sido retirados de suas famílias ainda criança não sabem se quer da sua existência.

Portanto que família é esta, e que vínculos são estes que a Gestão 2004-2005 chamou a responsabilidade? É necessário conhecer a realidade familiar, de que tipo de família estamos falando, e de que tipo de vínculos afetivo-familiares estamos tratando. “Um pai que molestou a filha na infância nunca será bem vindo na família, pois isto faz parte de uma história que esta filha, agora adulta, nunca contou para seu marido ou para seus filhos. Ela tem vergonha e revolta” (Unidade de Assistência, 2010).

Podemos verificar que no momento de transição da gestão 2004 a 2005, e de posse dos dados levantados junto a registros de prontuários e o discurso daqueles idosos ainda lúcidos abordados no primeiro semestre da referida gestão, novas posturas administrativas foram adotadas.

Durante a realização da pesquisa institucional, a FDT contava com um universo de 125 idosos residentes na ILPI dos quais 57,6% possuíam *vínculo familiar sanguíneo*, 9,6% possuíam *vínculo familiar afetivo*, 14,4% *nenhum vínculo* e 18,4% tinham *outros tipos de vínculos* (Relatórios de Transição

Administrativa – Gestão 1993-2004).

De posse destes dados a FDT iniciou um processo de desinstitucionalização chamando a responsabilidade os grupos familiares existentes e gerando muitos conflitos interno e externamente. Esta postura demonstrou exatamente aquilo que Faleiros, no início de nossa abordagem, criticava ao distinguir o trabalho em rede e o sistema em rede.

As pessoas que tinham a existência destes vínculos estavam na instituição há mais de 10 anos. E os motivos que as levaram a ser institucionalizadas foram diversos. Questões como falta de recursos da família para prover as necessidades básicas do idoso debilitado, violência doméstico-familiar, exploração do trabalho, abandono nos leitos hospitalares, apropriação indevida do patrimônio construído pelo idoso e perda do papel funcional.

Em nossa região é comum a cultura da “madrinha” e do “padrinho” que busca na criança do sexo feminino nos municípios mais pobres com promessas de cuidado e educação. Elas são inseridas precocemente no trabalho doméstico, dificilmente tem oportunidade de ir à escola e ainda sofre abuso sexual por parte de seus “bem feitores”. Quando chegam à idade mais avançada, cheias de mazelas devido aos maus-tratos, com sequelas da violência física e psicológica são levadas as instituições asilares ou ILPIs.

De modo que 80% das mulheres idosas institucionalizadas carregam esta trajetória em suas vidas, mulheres que na infância ou saíram de suas famílias com as promessas acima descrita, ou foram trocadas por um *kilo de alimento*. Mulheres que só chegam à instituição porque perderam seu papel

funcional, com a idade avançada e falta de cuidado e atenção com a saúde, devido a exploração sofreram, ou doenças como derrames ou perda da visão. Portanto a mulher só é institucionalizada quando não pode mais cuidar de alguém ou, garantir o trabalho doméstico.

Muito diferente da realidade da mulher, o homem vivencia mais o abandono e o descaso familiar. Primeiro, temos que entender quem abandonou quem. O histórico dos idosos do sexo masculino institucionalizados é vinculado assim como as mulheres à exploração e inserção precoce no trabalho.

Porém com um diferencial, enquanto a mulher é mais submissa, o homem é mais rebelde e quando não suporta a pressão ele foge ou recorre à violência. Nos espaços institucionais, temos desde o “*sertanejo matador de aluguel*” até o pai que percorreu o país inteiro formando famílias sem criar vínculos afetivos. É muito comum homens com várias identidades, migrantes de outros lugares do país e até estrangeiros fugidos de guerras.

Essas informações e interpretações dos dados são de conhecimento dos profissionais que atuam no sistema de rede, porém não são difundidas entre aqueles que afirmam trabalhar em rede, ou quando são, prevalece a cultura do mando, também abordada por Faleiros em suas críticas referente às práticas culturais do clientelismo e da tutela.

O trabalho em redes sociais implica, também, romper com o clientelismo, porque não se faz rede com clientelas ou com tutelas, pois a rede tem como horizonte a efetivação de direitos no sentido de promovê-los com os atores envolvidos, com o sujeito principal da rede (...) O clientelismo consiste na troca de lealdade por favores. A ruptura das lealdades clientelistas é fundamental para se promover uma cultura de rede, na perspectiva de se mudar a nossa cultura de fazer política, de clientelista para uma cultura cidadã. Ao mesmo tempo, supõe-se um rompimento com a

fragmentação e o mandonismo, ou prepotência dos gestores e políticos, para se construir áreas comuns, valores compartilhados e interesses negociados no conjunto, sem despedaçar o idoso em domínios isolados de cada setor: um cuidaria da cabeça, outro cuidaria da convivência, outro, da perna ou do braço doente, outro, da fome, sem conexão uns com os outros. É preciso olhar o idoso como pessoa em sua multidimensionalidade e na interação (2010, p. 42).

Ora, considerando as legislações vigentes, e as deliberações das Conferências, precisamos retomar a garantia do cumprimento do papel do Estado articulado junto à sociedade civil. Com o discurso do trabalho ou sistema em redes, a sociedade e a família passaram a assumir praticamente sozinhas a responsabilidade. Não cabe procurar culpados, a família, ou o próprio indivíduo que demanda pelos serviços, mas garantir a proteção. Se a família não tem mais condição de executar seu papel enquanto parte da rede social primária de proteção, cabe ao Estado prover esta proteção conforme rege as políticas de seguridade social e setoriais.

Outra instituição na cidade é a Casa do Idoso da Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP que também passou a ser cobrada pela efetivação dos direitos dos idosos residentes. Tanto a Casa do Idoso SSVP quanto a FDT iniciaram suas atividades como regime asilar, de atenção aos pobres e mendigos, porém em seu histórico e perfil dos residentes encontramos algumas características distintas.

Primeiramente no que diz respeito à origem dos residentes nas respectivas instituições. Enquanto os Vicentinos desenvolviam ações voltadas as viúvas e seus filhos menores, a FDT inicia o acolhimento de pedintes abandonados a própria sorte e caracterizadas como doentes mentais – *loucos*.

Segundo registros institucionais⁶⁴ a Sociedade São Vicente de Paulo SSVP é uma organização católica internacional de leigos fundada em Paris (sede do Conselho Geral), em 23/04/1833, pelo jovem Antônio Frederico Ozanam. Buscavam *incansavelmente*, um trabalho de maior contato e aproximação com a Igreja através do clero. No Brasil a SSVP, foi fundada em 04/08/1872, com o nome de Conferência de São José, no Seminário Diocesano, na Cidade do Rio de Janeiro (Histórico SSVP: 1989).

Em Manaus, a SSVP teve a sua primeira tentativa de organização em 15 de agosto de 1883, com Dr. Hosanah de Oliveira, assistido pelo Cônego Raimundo Amâncio de Miranda, vigário da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios. Ele fundou a confraria com um pequeno grupo de companheiros, porem somente em 15/08/1887 foi oficialmente definida como Conferencia de Nossa Senhora da Conceição funcionando na Catedral Metropolitana de Manaus. Seu principal animador foi o senhor Comendador Clementino José Pereira Guimarães, Barão de Manaus, com mais 33 confrades, ficando ai por vários anos, logo depois esta conferencia passou a funcionar na Rua Duque de Caxias na Praça 14 de Janeiro.

A Vila Vicentina (1934) deu origem a Casa do Idoso São Vicente de Paulo como uma das Obras Unidas desenvolvidas pela SSVP. Inicialmente localizava-se na Rua Ramos Ferreira, Bairro de Aparecida, também chamada “LAR DAS VIÚVAS” onde moravam somente mulheres viúvas com seus filhos

⁶⁴ Os dados referentes a Casa São Vicente de Paulo foram colhidas a partir do acervo institucional, bem como do apoio e participação de vicentinos durante a pesquisa eletrônica, como ex-conselheiros. Esta casa vicentina ainda é uma entidade filantrópica asilar, dependente do trabalho voluntário de profissionais e acadêmicos universitários que desenvolvem projetos de pesquisa e extensão. Seu maior problema é a garantia de sua sustentabilidade e superar os impactos da regulamentação das políticas para idosos. Segundo o olhar dos viventes “antigamente era mais facil fazer caridade, ninguem ficava fiscalizando e avaliando se o que estava sendo feito era certo ou errado. Agora com a publicação do Estatuto somos cobrados a funcionar como uma empresa” (Valois: 2008).

e filhas. Os homens ao completarem 18 anos saíam da casa e ficavam somente as mulheres como era permitido e elas eram ensinadas a cuidar dos mais *velhos e doentes*. Em alguns casos, as crianças que ficavam órfãs eram levadas para hospital-abrigo, e que hoje conhecemos como Dr. Fajardo, ou para a Casa da Criança.

Posteriormente a Casa do Idoso foi construída no Bairro de São Raimundo em 1980 segundo o DC do Conselho Metropolitano de Manaus datado do dia 31 de dezembro de 1982. Sua maior dificuldade nos dias atuais é o cumprimento da legislação para idosos, pois a Sociedade Vicentina possui personalidade jurídica e desenvolve outras ações junto à população além do segmento idoso. Porém os repasses de verbas municipais e estaduais eram para o idoso e mediante o monitoramento e avaliação do uso destes recursos foi detectada problemas na administração dos mesmos.

Com a publicação do Estatuto do Idoso e a Intervenção do Ministério Público e ANVISA, a Casa Vicentina vem lutando junto com seus voluntários mantenedores pela sua sobrevivência diante das novas exigências para constituir-se enquanto Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI (Lei nº. 10.741/03). Pois devido poucos recursos e garantias de prestação de conta, por falta de conhecimento, a Casa Vicentina desenvolve até os dias atuais as mesmas praticas caritativas sem direcionamento técnico especializado e ainda compreende a velhice institucionalizada como favor da *Caridade Humana*.

Devido esta realidade especifica institucional a Casa do Idoso recebe idosos segundo o mando e a tutela do Estado. Não é realizado estudo sobre

perfil e demandas do candidato a vaga, mais ainda prevalece às solicitações de amigos contribuintes e mantenedores da casa. As *práticas caritativas* da Igreja, do *Primeiro Damismo* e de *grupos comunitários de boa vontade* com parcos conhecimentos ainda são muito comuns nestes espaços.

Por outro lado as expectativas de institucionalização de alguns colaboradores e “voluntários” caracterizados como usuários, funcionários, ou colaboradores da obra caritativa⁶⁵ esperam o reconhecimento do tempo dedicado e de compromisso com os assistidos. Seja como “trabalhador institucional asilar” seja como um futuro candidato ao abrigo institucional devido à perda ou inexistência de vínculos afetivo familiar. Os caridosos voluntários são pessoas necessitadas que “trabalham voluntariamente” em troca de um prato de comida ou de uma cesta básica.

Devido esta realidade os registros de denúncias de ocorrências de maus tratos/violência e exploração dos residentes é muito grande, pois são pobres que cuidam de pobres sem uma remuneração fixa, padronizada em direitos sociais e trabalhistas. E devido a isto muitos se desesperam e exploram os idosos materialmente e chegam, até em alguns casos, se apropriam das doações e alimentos⁶⁶. Os vícios socioculturais acerca da

⁶⁵ Estes voluntários são os responsáveis pela higienização dos idosos acamados, da elaboração e manipulação dos alimentos produzidos, da limpeza geral da instituição. São pessoas também carentes, que vivem com dificuldade e que devido a idade e a falta de qualificação não tem acesso e oportunidade de trabalho. Esta pessoa acredita que será recompensada material ou espiritualmente, pois “eles, os asilados, coitados, são mais pobres do que nós, e depois eu tenho a esperança de que a Casa me acolha quando eu precisar, pois os meus filhos tem os deles pra cuidar” (Vicentina: 2010).

⁶⁶ Registros de denúncias por parte de idosos residentes comunitários e profissionais de saúde que prestam serviço voluntário na casa vicentina. No período de 2005-2009, foi implantado o serviço social voluntário na instituição, e com a identificação das práticas cometidas por esses “voluntários caridosos” os profissionais envolvidos deram entrada junto ao Ministério Público sobre as referidas denúncias. A partir destes registros e visitas técnicas de monitoramento e fiscalização do MP foi estabelecido um termo de ajustamento de conduta para a instituição, porém conforme os residentes e as profissionais envolvidas as praticaram continuaram. Segundo relatos o desvio de doações não é feito somente pelos voluntários pobres, mais também por parte da direção da casa. Devido o aumento dos registros de denúncias, a equipe de serviço social passou a ser impedida de continuar seu trabalho no âmbito institucional, a fechadura da porta da sala foi trocada e o acervo local foi recolhido pela direção. As denúncias continuam sem efeito e os residentes não tem para onde

velhice e do envelhecimento dificultam a transição e a concretização para as ILPIs, muitos são resistentes a esta mudança, pois precisam normatizar suas ações e cumprir com as responsabilidades trabalhistas destes “voluntários”.

Ao compararmos as realidades sócio institucionais e as contribuições dos colaboradores deste estudo, detectamos que dentre as demandas de idosos, no dizer de Nara Rodrigues, *as demandas dos velhos*, e de pessoas em processo de envelhecimento – os envelhescentes, junto às unidades de assistência destacam-se como:

- ✓ Pobres e doentes largados nos leitos hospitalares ou nas unidades de assistência;
- ✓ Mendigos, pedintes e moradores de rua;
- ✓ Pessoas sequeladas de acidentes diversos abandonadas na rede de saúde;
- ✓ Vítima de violência doméstica familiar;
- ✓ Exploração da força do trabalho doméstico sem a garantia de direitos (caseiros de sítios, cozinheiros, babas e etc.);
- ✓ Histórico de passagem psiquiátricas e surto mental;
- ✓ Populações em transito;
- ✓ Pessoas que fugiram ou foram retiradas de casa ainda na infância para inserção no trabalho infantil precoce;
- ✓ Pessoas com histórico de violência e criminalidade;
- ✓ Pessoas “sem família” ou que perderam os vínculos afetivo-familiar;
- ✓ Pessoas com histórico de alcoolismo e drogadição;
- ✓ Pessoas de outros Estados, Municípios e até de outro país com documentações incompletas ou fraldadas;
- ✓ Pessoas que vivem sozinhas em seus casebres, portadoras de doenças crônico-degenerativas e em condição de extrema pobreza;
- ✓ Solicitações de Gabinetes para inserção em programas e serviços dos quais os encaminhados não se enquadram no perfil.

Como podemos verificar são muitas as demandas que a rede de serviços não dá conta de atender, considerando a realidade do Estado do Amazonas em que as ações municipais e estaduais se confundem. Culturalmente o Estado assumiu papéis do município comprometendo a efetividade de suas ações diante da realidade da população. Como exemplo, podemos citar os programas e serviços desenvolvidos pelo Estado na atenção básica em detrimento de sua responsabilidade com a média e a alta complexidade que é

ir. As ocorrências foram registradas não só no MP, mais no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, na Delegacia comum, e também em toda a rede social de proteção ao Idoso: Delegacia do Idoso, Centro Integrado de Proteção ao Idoso, Conselho Estadual e Municipal do Idoso e na reunião do Fórum Permanente (Unidade de Assistência: 2010).

o perfil do público demandado e pontuado acima.

Porém apesar de algumas limitações, e em comparação com outras realidades pelo país, foram registrados avanços devido à regulamentação e implementação da Política Estadual do Idoso (2004) e a atuação do Fórum Permanente e do Conselho Estadual do Idoso que passaram a realizar Conferências e Fóruns nos Municípios de forma articulada.

Cada município deve assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento continuado da Política para Idosos. Dentre os avanços na atuação do Estado em Manaus, destacam-se o investimento na construção dos Centros de Convivência de Idosos e da Família, Centro de Atenção Integral a Melhor Idade – CAIMI, Centro Integrado de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – CIPDI, Delegacia do Idoso e Universidade aberta a Terceira Idade – UNATI/UEA e seus respectivos núcleos municipais, e o fortalecimento do segmento através da Frente Parlamentar de proteção e defesa da pessoa idosa e do deficiente.

Mediante estes avanços consideramos que o grande desafio para a efetivação da rede de proteção é a promoção do protagonismo dos sujeitos da ação que precisam ser sensibilizados acerca de sua cidadania. Esta é uma forma de empoderar o sujeito da política para que ele saiba se ver enquanto sujeito histórico e com capacidade de transformar sua condição sem se deixar usar pelas práticas clientelistas.

Para garantir isto será necessário que o Estado cumpra seu papel conforme rege a PNAS e a NOB-RH/SUAS que destaca o corpo técnico necessário para a efetivação dos programas e serviços previstos na política.

3.3.2 Perfil dos Trabalhadores na Rede de Proteção

Um dos grandes desafios para efetivação das políticas públicas é a garantia da continuidade das mesmas de forma qualitativa e com um quadro de pessoal permanente e capacitado. A PNAS e a NOB-RH/SUAS previram isto como necessário e fundamental para sua execução, porém toda a rede está comprometida pelo processo de privatização que tem acontecido gradativamente com a Assistência assim como com as outras duas políticas de seguridade social.

Esta realidade pode ser comprovada no dia a dia dos trabalhadores da Assistência Social e, que, participam ou já participaram do controle social através dos Conselhos de Idosos. Quando são nomeados para representar a Secretaria para a qual prestam serviço são tolhidos em suas propostas e debates junto ao grupo e isto ocorre devido a sua condição de trabalho.

QUADRO 04: PARTICIPANTES DA PESQUISA

RESPONDENTES	ORGANIZAÇÃO	RENDA	FORMAÇÃO
(2) Conselheiros	(7) Pública (1) Filantrópica (1) Sociedade Civil	(6) Trabalho	(1) Psicologia
(4) Profissionais das Unidades de Assistência		(2) Aposentado	(7) S. Social
(1) Coordenadores de Grupo de Idosos		(1) Bolsista	(1) Direito
(1) Ministério Público			
(1) Fórum de Idosos			

Fonte: Pesquisa Correio Eletrônico, agosto-dezembro de 2010.
Elaboração: Pesquisadora.

Ao analisarmos o quadro acima confirmamos a realidade do trabalhador da assistência social que devido a inexistência da estabilidade profissional, vive sob constante pressão. Contamos com a participação total de 9 profissionais das quais 2 são Conselheiros⁶⁷. 6 trabalham, 2 são Aposentadas e 1 é Bolsista. Dentre estas 1 é Psicóloga, 7 são Assistentes Sociais e 1 é Advogada. Das Assistentes Sociais 2 já passaram tanto pelo Conselho Estadual quanto pelo Conselho Municipal de Idosos.

Do total de participantes da pesquisa, 7 participam do Fórum Permanente do Idoso. Esse detalhamento é de suma importância, pois assim como as organizações da sociedade civil, ao afirmarem representar os interesses dos idosos, o Estado em suas duas esferas, também direciona as mesmas pessoas para compor os Conselhos de Direitos dos Idosos.

Porém é interessante destacar que as organizações de idosos se repetem na composição dos Conselhos, devido seu numero reduzido de associações e organizações registradas adequadamente, conforme rege o Diário Oficial de abertura de inscrição dos Conselhos.

Por outro lado, o Estado nomeia e renomeia seus profissionais representantes da rede social, mesmo que sejam profissionais prestadores de serviço, sem vínculo ou parte do quadro de comissionados.

Ao analisarmos esta realidade, trazemos de volta a leitura de Faleiros (2010), quando discute sobre o trabalho em rede ou sistema em rede, enfatizando que este movimento se dá entre os trabalhadores da assistência que se não houver

⁶⁷ Os dois Conselheiros respondentes foram destacados pela sua contribuição e representatividade dos Conselhos de Direitos tanto na esfera Municipal quanto Estadual. 1 é aposentado e o outro ainda trabalha na rede de assistência a família, porem todos dois já passaram tanto por um quanto por outro conselho. E estes, tiveram contribuições bastante significativas acerca da realidade dos Conselhos, da participação e assiduidade dos conselheiros que é bastante comprometida devido às responsabilidades e demandas assumidas nas duas esferas de governo.

compromisso com a continuidade e a qualidade dos serviços a proposta consequentemente ficará comprometida.

Nas contribuições dos participantes constatamos o consenso sobre os avanços dos direitos da pessoa idosa. Porém também houve unanimidade em destacar que a Política dos Idosos está em constante implementação e com necessidades de revisão e avaliação das praticas desenvolvidas em rede. Como podemos exemplificar nos depoimentos abaixo:

“Precisam ser efetivadas na sua integralidade, pois vivem em eterna implementação” (Questionário Eletrônico Z. O).

“Os avanços no papel são inúmeros, porém a prática da política é complicada. É necessário que a população conheça para poder questionar, se defender e até para cobrar. É necessário também que o Poder Público acredite no envelhecimento populacional, na longevidade cada vez maior da população, capacite seus profissionais de todas as áreas façam adaptações arquitetônicas necessárias, invista em modalidades de atendimento para essa faixa etária. A política precisa sair do papel e ser colocada em prática” (Questionário Eletrônico Z. S).

“Já avançaram em muitas áreas, como em saúde, esporte, lazer e assistência social dentre outras, mas ainda há muito para ser feito e principalmente executar o que já está no papel e não é cumprido” (Questionário Eletrônico Z. N).

Segundo os profissionais destacam a ideia do longo processo de implementação e que no dizer de Nara Rodrigues é comum a toda e qualquer politica. Porém é necessário que os sujeitos da politica, estejam a frente das reivindicações e componham o controle social enquanto protagonistas de sua história. Para que isto aconteça os sujeitos devem conhecer seus direitos e os procedimentos para organização de seus interesses sem se deixar minar e manipular politicamente. E a participação e a atuação dos profissionais

responsáveis pela execução dos programas e serviços componentes de uma determinada política são fundamentais.

Dentre os fatores determinantes das limitações da efetivação da política destacamos as condições dos trabalhadores de rede social responsável pela execução da política. Os participantes da pesquisa trouxeram suas contribuições apontando sua realidade de trabalho e que vem repercutir no exercício da profissão e do desenvolvimento tanto da PNAS quanto da rede social de proteção ao idoso.

Durante nossas explicações pontuamos as legislações e os procedimentos norteadores das mesmas. Considerando que estamos tratando da velhice pobre, nos importava identificar a condição do trabalhador da Assistência Social e os procedimentos utilizados para garantir o atendimento de suas necessidades.

QUADRO 05: RELAÇÃO DE TRABALHO, EXPERIÊNCIA E LOCALIZAÇÃO URBANA.

RESPONDENTES	VINCULO	ATUAÇÃO	ZONA
(2) Conselheiros		(1) 16 anos	
(4) Profissionais das Unidades de Assistência	(6) Temporário	(1) 15 anos	(6)Sul
		(1) 14 anos	
(1) Coordenadores de Grupo de Idosos	(2)Concursada	(3) 9 anos	(2) Oeste
		(1) 8 anos	
(1) Ministério Público	(1) Voluntário	(1) 2 anos	
		(1) 1 ano e 2 meses	(1)Norte
(1) Fórum de Idosos			

Fonte: Pesquisa Correio Eletrônico, agosto-dezembro de 2010.
Elaboração: Pesquisadora.

Segundo os dados disponibilizados pelos participantes da pesquisa dos 9 respondentes, 6 não tem estabilidade no exercício da profissão e o único voluntário é aposentado. O que nos chama a atenção sobre esta realidade é que a condição precarizada do trabalhador social não é de agora, como podemos perceber pelo tempo de atuação do mesmo. De acordo com seus depoimentos, somente os três profissionais que apresentam mais de dez anos de atuação informaram ter experimentado um contrato social estabelecido na carteira profissional seguindo a legislação trabalhista. Porém isto se deu até os meados dos anos 90, depois disto a experiência ininterrupta mais duradora é de dois em dois anos a cada novo contrato temporário.

Esta realidade reflete na execução dos programas e serviços que compõem a rede social. De acordo com a legislação vigente é estabelecido a NOB-RH/SUAS que visa garantir a qualificação e atualização constante dos trabalhadores da Assistência Social. Porém ocorre que este investimento garantido na legislação fica comprometido uma vez que o sistema ainda não garantiu a estabilidade e efetivação dos trabalhadores que vivem a rotatividade no sistema e isto compromete a execução dessa política.

A Resolução 269/2006 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, aprova no dia 13 de dezembro a criação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. E a Resolução nº. 01/2007 – CNAS publica o texto da NOB-RH/SUAS no dia 25 de janeiro. Segundo os princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS deve:

Garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização; Garantir a educação permanente dos trabalhadores; Realizar planejamento estratégico; Garantir a gestão

participativa com controle social; Integrar e alimentar o sistema de informação (p. 20).

Percebemos que segundo a realidade encontrada nas unidades de assistência Social e nos depoimentos dos trabalhadores que a falta de efetivação não acontece somente com a política do idoso. Mas também no contexto da PNAS, uma vez que não é de interesse do Estado e do sistema capitalista incorporar profissionais em seu quadro permanente.

As novas relações produtivas vivenciadas pelos trabalhadores sociais refletem no dizer de Mota (2005) que a Assistência Social, assim como as demais políticas tem se ampliado através de seu processo de privatização. A intervenção de ONGs e OCIPS tem sido crescente uma vez que o trabalhador social é terceirizado por estas organizações através de contratos temporários, passam por treinamentos, mas não permanecem no contexto institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado não teve a pretensão de esgotar as discussões propostas, mas sim de motivar novos estudos e pesquisas que venham provocar a reflexão sobre o processo diferenciado do envelhecimento no contexto Amazônico.

Considerando a necessidade de refletir sobre a efetivação da política pública para idosos no cenário local, utilizamos os registros e documentos produzidos no decorrer da construção da política municipal e estadual através do acesso junto aos Conselhos de Direitos, ao Fórum e junto às unidades de assistência social pelas quais concentram o maior número de populações idosas.

Neste sentido é que identificamos tanto profissionais quanto idosos participantes e colaboradores deste estudo como parte representativa das Zonas Oeste, Norte e Sul. Dentre as duas Zonas de maior concentração de idosos detectamos as Zonas Oeste e Sul, considerando a formação dos Bairros mais antigos e que fizeram parte da história local.

Com o intuito de chamar a atenção para a velhice pobre buscamos abordar a trajetória histórico-política e econômica do Estado do Amazonas destacando seus dois ciclos econômicos e que foram os motivadores de tantas migrações e

movimentos humanos. Neste sentido apresentamos a formação da cidade de Manaus e o alto índice de mendicância decorrente da trajetória dos trabalhadores informais e que fizeram a história do crescimento desordenado de Manaus.

Chamamos a atenção para os conceitos e termos criados para negar a velhice e fomentar a formação de grupos de terceira idade ativa e consumidora de serviços clientelistas e que acabam mascarando a realidade das condições de vida do idoso na sociedade.

Para fundamentar as interpretações e leitura crítica da realidade trouxemos dados dos IBGE, OMS e ONU que comprovam o crescimento acelerado e desordenado de uma velhice despreparada e sem reconhecimento. Uma condição negada tanto pelo próprio *ser velho*, como pela família, pela sociedade e pelo Estado.

Nesse sentido passamos pela transição demográfica à construção de categorias e conceitos que propõe definir o envelhecimento ativo e a velhice pobre a ser institucionalizada segundo experiências e reflexões sobre a loucura. Tratamos do processo de construção da velhice e as diferentes formas de interpretação da realidade do ser velho que não pode ser generalizado, e que, portanto apesar da comprovação da existência de necessidades universais, constatamos também que estas necessidades variam segundo cada contexto local.

Desta forma levantamos a rede social de proteção segundo as normas e regulamentações e comparamos com a realidade concreta do exercício profissional do dia a dia. E percebemos assim como os colaboradores da pesquisa que a efetividade das legislações ainda está muita aquém, muito ainda precisa ser feito. Porém o diferencial será a ruptura das práticas clientelistas e

populistas que comprometem a efetivação da lei, assim como a necessidade de realizar estudo social sobre o real perfil do ser velho no centro urbano de Manaus para poder reconhecer suas reais demandas.

Segundo dado apresentado e coletado nos acervos institucionais verificou quem são os velhos empobrecidos na região. E chamamos a atenção para a criança que é retirada de seu convívio familiar precocemente e inserida no mercado de trabalho infantil; a vítima de abuso sexual; o dependente químico e as populações de rua, sejam elas trabalhadores informais que dormem nas ruas para garantir seu espaço comercial, seja o migrante em trânsito, ou, o portador de transtornos mentais. São estas pessoas que demandam pelos serviços socioassistenciais da rede de proteção e que não consegue ser inserido devido à políticas vigentes serem voltadas as populações ativas.

A velhice pobre vem sendo construída de forma crescente e a cada dia apresentando novos desafios aos profissionais da Assistência que não conseguem mais assegurar as devidas respostas através da articulação junto a suposta rede de proteção.

As legislações de idosos e a PNAS encontram-se muito bem organizada e planejada nos acervos institucionais, porém o trabalhador que deve compor e articular a execução desta rede de proteção planejada pelas legislações precisa também ser efetivado no quadro conforme previsto na NOB-RH/SUAS.

Para que os treinamentos realizados garantam o movimento necessário e fundamental entre os articuladores da rede social que foi planejada. Assim como os idosos, devem ser empoderados acerca de seus direitos e deveres para com sua coletividade, o trabalhador da Assistência Social também deve ser

empoderados e instrumentalizado assumindo suas respectivas responsabilidades para com a execução da rede de serviços.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 8ª. Ed.: São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

_____. *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. (Coleção Mundo do Trabalho); Editorial Boitempo, São Paulo; 1997.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ALMEIDA, Erika Renata dos Santos. *Condições de Vida e Trabalho: um estudo sobre moradores da Zona Sul de Manaus*. Dissertação PPGSCAM/UFAM, 2008.

ALMEIDA, Vera. *Modernidade e Velhice*. Revista Kairós – V. 1; Ano III; Ed. Atheneu, 2000.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Velhice ou Terceira Idade? Estudos Antropológicos sobre identidade memória e política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BEAUVOIR, Simone. *A Velhice*. Tradução de M^a. Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENCHIMOL, Samuel. Introdução a Amazônia. (Mimeo): UFAM, 1996.

BENTES, Norma. *Manaus: realidades e contrates sociais*. Manaus: Editora Valer, Caritas Arquidiocesana de Manaus, 2005.

BECKER, Bertha K. Amazônia Geopolítica na retirada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. *Política Nacional do Idoso*. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Programa Nacional dos Direitos Humanos, 1998 (PNI – Lei nº. 8.842/94).

BRASIL, Regulamentação da Política Nacional do Idoso, Lei nº. 1.948/96.

BRASIL, Plano Integrado de Ação Governamental para o desenvolvimento da Política Nacional do Idoso, MPAS, 1997.

BRASIL, Estatuto do Idoso, Lei nº. 10.741/03.

MANAUS-AM, Plano Integrado de Ação Municipal para o desenvolvimento da Política Municipal do Idoso, FDT – 1999.

MANAUS-AM, Política Municipal do Idoso – Decreto Lei nº. 5.482/01.

Conferencia Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (1: Brasília: 2006). Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoas Idosa – RENADI. Brasília: Presidência da Republica. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI, 2006.

Conferencia Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2: Brasília: 2010). Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoas Idosa – RENADI: avanços e desafios. Brasília: Secretaria da Presidência da Republica/PR, 2010.

DEBERT, Guitta Grin. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: FAPESP EDUSP, 1999.

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

ENGELS, Friedrich (1820-1895). A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Tradução: Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é Política Social. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos, 168).

FERREIRA, Ivanete Boschetti. *O complexo previdenciário-assistencial brasileiro: fatores de inclusão e exclusão social*. In: revista Temas CODEPLAN nº 02, Brasília, Ed. CODEPLAN, 1998.

FRAIMAN, Ana Perwin. *Coisas da Idade*. 2ª ed. São Paulo: Hermes Editora, 1991.

FOUCAULT, Michael. A história da loucura. Editora Perspectiva; Tradução José Teixeira Netto, 1972.

HADDAD, Eneida. *O Direito a Velhice: os aposentados e a previdência social*. 2ª.ed. _ São Paulo, Cortez, 2001. – Coleção Questões de nossa Época: v. 10.

_____. *A Ideologia da Velhice*. São Paulo, Cortez, 1986.

HAIFLICK, . Como e Por quê Envelhecemos. 1985.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Tradução: Waltensir Dutra:

21ª. Edição, revista: Ed. Guanabara Koogan; Rio de Janeiro, 1986.

JACOBI, Pedro. *Meio Ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão*. In: CAVALCANTE, Clovis (org.). Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

KARSH, Úrsula Margarida S. (org.). Envelhecimento com dependência: revelando cuidadores. São Paulo: EDUC, 1996.

LISBÔA, Simone Moraes. Movimento de Aposentados e Pensionistas e a Reforma Previdenciária: cidadania ou exclusão social do idoso? UFAM, 1999.

_____. Levantamento do Perfil dos Grupos de Idosos em Manaus. Relatório Anual Fundação Dr. Thomas, 2001.

_____. Movimentos Sociais de Idosos: um estudo das cinco organizações mais antigas na cidade de Manaus. PUC/SP, 2002.

_____. Princípios Básicos em Gerontologia Social. Programa de Pós – Graduação em Gerontologia Social. Ed. Faculdades Salesiana Dom Bosco, 2007.

MANZZINI, Coovre. *O que é Cidadania*. Coleção Primeiros Passos.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Tradução: Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (*Coleção Leitura*).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOTA, Ana Elisabete. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Serviço Social e Saúde. 3ª.ed. – São Paulo: Cortez; Brasília-DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.

NERI, Anita Liberalesso. *Envelhecer num país de jovens: significados de velhos e velhice segundo brasileiro não idosos*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

_____. Qualidade de Vida e Idade Madura. Campinas: SP; Papirus, 1993. – Coleção Viva Idade.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Espaço-Tempo de Manaus: a natureza das águas na produção do espaço urbano. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, Nº. 23, PÁG. 33-41, JAN-JUN, 2008.

_____. A Circulação na Manaus da Belle Époque: modernização e exclusão. Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 2, número 4, 2003.

PAPALEO NETTO, Matheus. *A Velhice: uma visão globalizada*. Atheneu, 1999.

PEIXOTO, Clarice. *Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso e terceira idade*. In: Barros, Myriam Lins de. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 69-84.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Política de Assistência Social para a pessoa Idosa.
http://www.mj.gov.br/sedh/ct/cndi/eixos_tematicos.doc

PEREIRA, Camyla Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. *Ser Social*, Brasília, nº.18, P. 229-252, Jan/Jun, 2006.

Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002 / Organização das Nações Unidas; Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio / Amazonas - Brasil, 2009.

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 10ª.ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1967.

PRATA, Mario. Envelhescente. *Revista Kairos*. PUC/SP, 2002.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Editora Campus; 1980.

Relatório Nacional Brasileiro “II ASSEMBLÉIA MUNDIAL SOBRE O ENVELHECIMENTO (Madri, Espanha, 08 a 12 de abril de 2002): República Federativa do Brasil.

Revista de Serviço Social e Sociedade nº. 75 – Ano 2003, Editora Cortez.

REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, 2 vols. (Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993). Volume 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa; Volume 2: A fronteira com as colônias espanholas.

SERÁFICO, José & SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. *Estudos Avançados* 19 (54) 2005.t

SCHONS, Carmem Regina. *Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia social* / Organizado por Carmem Regina Schons e Lúcia Terezinha S. Palma. 2ª ed. Passo Fundo: UPF, 2000.

SORIANO, Raúl Rojas. Manual de Pesquisa Social. Tradução Ricardo Rosenhas - Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sonia Maria Teixeira. Os Direitos dos (dês) Assistidos Sociais. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. 10ª. Ed. _ São Paulo: Contexto, 2000.

TEIXEIRA, Solange Maria. *Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

TORRES, Iraídes Caldas & NASCIMENTO, Eveline Maria Damasceno. As modificações da cidade de Manaus provocadas por movimentos migratórios. Revista Autor, 2009.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.) ROSA, Lucia Cristina dos Santos. Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 2ª. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

www.revistaautor.com

www.cresssp.org.br

www.portaldoenvelhecimento.pucsp.br

www.ibge.gov.br

www.simonebeauvoir.kit.net/links.htm

www.mds.gov.br

APÊNDICE

Apêndice 01 – Roteiro de Análise Documental;

Apêndice 02 – Questionário;

Apêndice 03 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

A POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS NA CIDADE DE MANAUS:
AVANÇOS E DESAFIOS PARA SUA EFETIVAÇÃO.

Roteiro de Observação e Análise Documental:

Data: ____ / ____ / 2010 **Nº.** ____

I. Identificação da Instituição/Entidade:

- () Conselho Municipal () Conselho Estadual () FOPI
() Unidade de Assistência

1.1 Representante:

.....

1.2 Cargo/função/Instituição/Entidade:

.....

1.3 Endereço Completo/ Contatos (fone/fax/e-mail):

.....

1.4 Número de Participantes:.....

1.5 Respectivas Representações (Entidades/Instituições):

.....

.....

1.6 Tempo de Atuação na Instituição/Entidade

1.7 Origem Organizacional () Sociedade Civil () Estado/Município

1.8 Já trabalhou ou trabalha no Estado/Município? () Sim () Não

1.9 Tem vínculo com o Estado/Município ou é Terceirizado?

.....

II. Pautas e Encaminhamentos (Atas/Relatórios):

2.1 Temas Debatidos:

2.2 Temas Aprovados:

2.3 Temas Aprovados e Encaminhados:

2.4 Temas não aprovados, polêmicos, porem de interesse dos idosos pobres:

.....

2.5 Gargalo ou demanda reprimida, não deliberada:

.....

.....

2.6 Quem constrói ou decide a Pauta (Entidade/Instituição):

Autora Responsável pelo Projeto de Pesquisa: Mestranda, Assistente Social, e Prof^a. Simone Moraes Lisboa – CRESS/Rg: 1466 AM. Contatos: 9197-8728 E-mail: mone.lisboa@hotmail.com; Orientanda da Prof^a. Dra. Yoshiko Sassaki.

2.7 Identificação de registros referente ao fluxo de encaminhamentos/denúncias/deliberações:

2.8 Identificação de registros referentes abandono de idosos:

III. Identificação dos Programas e Serviços para Idosos disponíveis no Estado/Município:

() Atendimento Integral Institucional (Asilo/ILPI) () Público () Privado
() Filantrópico

() Atendimento p/ Idosos em trânsito/perdidos/surtados () Público
() Privado () Filantrópico

() Centro de Convivência () Público () Privado

() Casa Lar () Público () Privado

() Assistência Domiciliar () Público () Privado

() Capacitação da Cuidadores de Idosos () Público () Privado

() Disque-Idoso () Público () Privado

() Programa Saúde da Família (MS) () Público () Privado

() Delegacias do Idoso

() Outros:

IV. OBSERVAÇÕES:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Autora Responsável pelo Projeto de Pesquisa: Mestranda, Assistente Social, e Prof^a. Simone Moraes Lisboa – CRESS/Rg: 1466 AM. Contatos: 9197-8728 E-mail: mone.lisboa@hotmail.com; Orientanda da Prof^a. Dra. Yoshiko Sassaki.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

A POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS NA CIDADE DE MANAUS: AVANÇOS E
DESAFIOS PARA SUA EFETIVAÇÃO.

Questionário para Profissionais e Lideranças que atuam na Rede de Assistência Social, e/ou, atua ou atuaram nos Conselhos de Direitos e Fórum de Idosos.

Data: ____ / ____ / 2010 **Nº.** _____

I. Identificação:

() Conselho Estadual – CEI () Conselho Municipal – CMI () Conselho Nacional – CNDI () Fórum de Idosos – FOPI () Unidades de Assistência

1.1 Nome da Organização (SOMENTE NO CASO DE UNIDADE DE ASSISTÊNCIA):
.....

1.2 Natureza da Organização: () Pública () Privada () Filantrópica

1.3 Zona de Localização: () Norte () Sul () Leste () Oeste
() Centro Oeste () Centro Sul

1.4 Cargo/Função/Profissão:

1.5 Formação:

() Médio () Completo () Incompleto
() Superior () Completo () Incompleto Área de Formação:

1.6 Vínculo Institucional:.....

Comente:

1.7 Possui renda? () Sim () Não Origem:.....

1.8 Período de Atuação junto ao segmento:

1.9 Participou das articulações no período da elaboração das Políticas Estadual e/ou Municipal?

() Sim () Não Comente:

1.10 Conhece as Políticas de Atenção e Proteção ao Idoso? Comente:

1.11 Na sua opinião, quais os avanços da Política para Idosos?

1.12 Na sua opinião, o que falta ser feito para os idosos? Comente:

Autora Responsável pelo Projeto de Pesquisa: Mestranda, Assistente Social, e Profª. Simone Moraes
Lisbôa – CRESS/Rg: 1466 AM. Contatos: 9197-8728 E-mail: mone.lisboa@hotmail.com; Orientanda da
Profª. Dra. Yoshiko Sassaki.

II. Perfil da Organização: (PODE TER MAIS DE UMA OPÇÃO)

2.1 Área de Atuação

- () Político Organizacional () Movimento Religioso () Órgão Jurídico
() Serviços Pessoais () Assistencial () Educacional
() Lazer () Comercial () Preventiva/Curativa
() Atenção a questão do envelhecimento () Outros: _____

2.2 Atividades desenvolvidas, frequência de cada uma e quais os dias da semana:

.....

2.3 Quantos idosos estão cadastrados na organização?

.....

2.4 Quantos idosos participam frequentemente das atividades?

.....

2.5 Horário de Funcionamento: () Manhã () Tarde () Noite () Final de Semana () Horário Comercial

2.6 O local é: () Próprio da Prefeitura () Alugado () Cedido () Outros:

2.7. Há outros profissionais envolvidos nas atividades: () Sim () Não

Quais? ()	Quantos? ()	Vinculo?
() Geriatras –	()	
() Psiquiatras	()	
() Assistentes Sociais	()	
() Ortopedista	()	
() Cuidadores	()	
() Psicólogos	()	
() Fisioterapeutas	()	
() Profº. Educação Física	()	
() Outros:	()	

2.8 A estrutura física do local permite o desenvolvimento de todas as atividades?

() Sim () Não

2.9 Em caso negativo, onde são realizadas as atividades?

.....

2.10 A estrutura física do local está adaptado para o idoso? () Sim () Não

2.11 Há utilização de equipamentos nas atividades? () Sim () Não

2.12 Em caso positivo, quais?

2.13 Quais os critérios para que o idoso tenha acesso aos serviços?

.....

2.14 Há alguma norma ou orientação filosófica/religiosa/política para o usufruto das atividades da organização? () Sim () Não. Qual?

2.15 Possui um atendimento diferenciado ao idoso? () Sim () Não . Qual?

.....

2.16 Todo e qualquer idoso pode participar/frequentar/acessar os serviços da organização? Comente:

.....

2.17 A sua organização atende idosos com histórico psiquiátrico/surtos/perdas de memória? Como? Comente:

.....

2.18 A sua organização atende idosos com limitações físicas? Como? Comente:

.....
III Condições de Vida e Moradia:

3.1 O idoso assistido/atendido na sua organização (**PODE TER MAIS DE UMA OPÇÃO**):

- () Possui Família
- () É Aposentado, ou Beneficiário do BPC
- () É Autônomo, toma decisões por si próprio
- () É Independente, física e mentalmente
- () Já apresentou demandas/ necessidade que sua organização não tem para oferecer
- () Apresenta ou comenta ter dificuldades de relacionamento na família
- () Apresenta ou comenta ter dificuldades de relacionamento com amigos e colegas de atividade
- () É saudável, ou não apresenta queixas costumeiras de doença
- () É queixoso, e destaca comprovantes de doenças comuns a idade
- () Participa ou é Cadastrado em Programas de Saúde do Idoso
- () Possui a Caderneta de Saúde do Idoso

3.2 Com quem o idoso mora:

- () Sozinho
- () Com Filhos () Sanguíneos () Adotados Oficialmente () Adotados Afetivamente
- () Com Afilhados
- () Só com Conjuge/Companheiro (a)
- () Com Conjuge/Companheiro (a) e filhos () Moradia Propria () Moradia dos Filhos
- () Outros Parentes:
- () Amigos

3.3 Como o idoso mora:

- () Casa Própria () Madeira () Alvenaria () Mista
- () Invasão () Madeira () Alvenaria () Mista
- () Cedida () Madeira () Alvenaria () Mista
- () Outros:

3.4 O idoso assistido/atendido na sua organização, costuma solicitar ou procurar por:

- () Cesta Básica
- () Moradia Própria
- () Madeira para construção ou reforma
- () Benefícios Previdenciários
- () Internações Hospitalares
- () Vagas em Abrigos
- () Tratamentos de Saúde
- () Outros:

IV. Qual a sua contribuição/opinião/avaliação sobre a efetivação da Política Pública para Idosos (Nacional – PNI; Municipal – PMI; Estadual – PEI; Saúde do Idoso nas esferas locais – PNSI e ESTATUTO) enquanto Conselheiro (a) , Coordenador (a) de Grupo, ou Profissional que atua junto ao segmento idoso?

.....
.....
.....
.....

V. Qual a sua opinião sobre as condições de vida das pessoas adultas que vivem na rua (moram, trabalham ou estão em transito, devido surtos psiquiátricos, migração e/ou perda dos vínculos afetivo/familiar)? O que fazer? Como? Comente:

.....
.....

VI. Considerando que nossa Constituição Federal, bem como as Políticas Complementares e Setorizadas garantem o “Direito a Vida”, qual a sua contribuição sobre o que fazer com as populações de rua que vivem um processo acelerado de envelhecimento (tanto físico quanto mental)?

.....
.....
.....

VII. Espaço livre para comentários diversos sobre o tema proposto neste Projeto de Pesquisa.

Muitíssimo obrigado por suas contribuições e participação na Pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr(a). para participar do Projeto de Pesquisa intitulado: “**A Política Pública para Idosos na cidade de Manaus: avanços e desafios para sua efetivação**”, que será realizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Esta pesquisa pretende analisar a referida política para Idosos, os avanços e desafios junto às unidades de Assistência Social. Como pesquisadora responsável pelo projeto, eu, **Simone Moraes Lisbôa**, Assistente Social (CRESS-AM 1466), Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), orientanda da **Profª. Drª. Yoshiko Sassaki**, solicito sua autorização para aplicar questionário por meio de endereço eletrônico com o (a) Sr(a)., considerando sua militância junto ao segmento idoso através do Fórum Permanente do Idoso, Conselhos Estadual e Municipal do Idoso, ou como profissional parte atuante das unidades que compõem a rede de Assistência Social. Além do envio de questionários, este estudo será desenvolvido por meio de pesquisa documental e de campo, através de consulta de Atas, Relatórios, Cadastros e Diários de Registros de Ocorrências das Unidades de Assistência, dos Conselhos e Fórum do Idoso. Os procedimentos serão realizados segundo autorização e liberação dos acervos institucionais e das entidades de defesa dos direitos dos idosos. Registrando que você terá total liberdade de participar ou não, sem que haja nenhum problema no caso de desistência. Asseguro que a sua participação nesta pesquisa não trará nenhum desconforto e constrangimento para você e nem para sua família; não terá despesas, bem como não receberá dinheiro ou algo em troca por participar do estudo. E que você é livre para interromper sua participação a qualquer momento sem que isso lhe cause prejuízo. Os resultados alcançados serão devolvidos e apresentados na reunião ampliada do Fórum Permanente do Idoso no sentido de fortalecer, ampliar e consolidar as conquistas e superar os desafios do envelhecimento

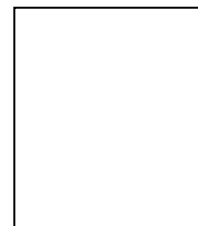
urbano de Manaus. Visando ainda contribuir para sua ampliação e efetivação no contexto Amazônico. Garantido o sigilo profissional e de identificação individual e profissional, assim como o encaminhamento de uma cópia da dissertação final para os respectivos conselhos e fórum. Para qualquer outra informação, e esclarecimentos acerca de dúvidas referente ao projeto de pesquisa o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (92) 9197-8728 ou pelo e-mail: mone.lisboa@hotmail.com; ou ainda pelo (92) 3305-5130; e-mail: cep@ufam.edu.br .

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Manaus, de de 2010.

Assinatura do participante



Simone Moraes Lisbôa
CRESS-AM: 1466
Pesquisadora Responsável